

## Índice

1. Identificação e Justificação do Tema .....	3
1.1 Contexto Histórico .....	5
2. A construção historiográfica da Catedral .....	15
2.1 Os <i>Diálogos Moraes e Políticos</i> de Manuel Botelho Pereira .....	15
2.2 A Historiografia dos Finais do Século XIX. De Francisco Manuel Correia a Maximiano Aragão .....	21
2.2.1. O Manuscrito de Francisco Manuel Correia .....	21
2.2.2. Maximiano Aragão .....	23
2.3 Amorim Girão e a nova historiografia do Século XX .....	27
2.4 A Imagem da Sé Vista por Almeida Moreira .....	30
2.5. A Revista <i>Beira Alta</i> e o Novo Ciclo Historiográfico .....	32
2.6. Últimos avanços historiográficos .....	38
3. A DGEMN no Processo de (des)Construção da Sé de Viseu .....	44
3.1. As Reparações do Século XIX e os Primeiros Registos da 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas-Artes .....	44
3.1.1. “O Vandalismo de Viseu” .....	47
3.2. A Origem da DGEMN e a execução dos primeiros trabalhos na Catedral .....	50
3.3. A Instalação do Arquivo Distrital de Viseu na antiga Cadeia da Vila .....	56
3.4. Adaptação do Arquivo Distrital a Residência Paroquial .....	59
3.5. Um templo em transformação .....	60
3.5.1. A Ausência da catedral viseense na comemoração do Duplo Centenário .....	67
3.6. A segunda fase das Obras de Conservação da Sé .....	69
3.6.1. A recuperação do claustro gótico e a transferência do órgão da Sé .....	74
3.6.2. As propostas da Junta de Província da Beira Alta para restauro da Sé .....	79
3.6.3. Os trabalhos de restauro na capela-mor e a constituição da cripta .....	84
3.7. A prossecução dos trabalhos na Catedral .....	85
3.7.1. Reabilitação do Adro da Sé .....	88
3.7.2. A continuidade do bairro da Sé de Viseu .....	90
3.7.3 A zona de protecção .....	92
3.8. A década de 60 e o abrandamento das Obras na Catedral .....	93
3.9. O fim do Estado Novo e o retrocesso na conservação da catedral .....	97
4. Considerações finais .....	104

Anexos .....	109
Documento 1.....	109
Documento 2.....	110
Documento 3.....	111
Documento 4.....	112
Documento 5.....	113
Documento 6.....	114
Documento 7.....	115
Documento 8.....	115
Documento 9.....	116
Documento 10.....	118
Documento 11.....	121
Documento 12.....	122
Documento 13.....	124
Documento 14.....	125
Documento 15.....	126
Documento 16.....	129
Documento 17.....	131
Documento 18.....	132
Documento 19.....	133
Documento 20.....	134
Documento 21.....	135
Fontes .....	145
Fontes documentais.....	145
Fontes iconográficas .....	145
BIBLIOGRAFIA GERAL .....	146
Agradecimentos .....	150

## 1. Identificação e Justificação do Tema

O ingresso no segundo ciclo de estudos do curso de História da Arte, ao abrigo do programa de Bolonha, permitiu-nos começar a desenvolver um trabalho de investigação dedicado ao estudo da catedral de Santa Maria de Viseu.

A dissertação agora apresentada com o título “Os *Monumentos Nacionais* e a (des)Construção da História. A Sé de Viseu” é o resultado de uma investigação levada a cabo durante o último ano de 2009, pois a limitação cronológica imposta para a realização e entrega do estudo, não permite um trabalho mais ambicioso, susceptível de apurar a verdadeira origem e organizar uma monografia pormenorizada sobre tão enigmático edifício, como seria a nossa intenção inicial. Portanto, na hora de decidir o tema a abordar nesta dissertação, e estimulado por um estudo editado pela revista *Monumentos* dedicado às intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a escolha recaiu, dadas as limitações anteriormente referidas, em compreender qual a acção da DGEMN sobre a Sé de Viseu que hoje conhecemos<sup>1</sup>.

Para a escolha do tema contribuiu também a influência de estudos já desenvolvidos na área do restauro praticado pela DGEMN, nomeadamente a tese de doutoramento de Maria João Baptista Neto sobre a acção deste organismo de Estado, no que diz respeito à sua intervenção no património português, no período compreendido entre a sua criação até ao ano de 1960, e a tese de mestrado de Maria Leonor Botelho onde é analisada a intervenção na Sé do Porto no Século XX<sup>2</sup>. Sendo assim, a novidade do trabalho aqui apresentado reside na compreensão da acção da DGEMN na catedral de Viseu, à semelhança do que se passou com outras catedrais, igrejas e castelos do país durante a vigência do Estado Novo.

Neste sentido entendemos integrar a Sé de Viseu na acção restauradora da DGEMN entre 1921, data da primeira carta a alertar para a urgente intervenção no edifício, e 2001, altura em que terminaram as últimas reparações na catedral. Nestes oitenta anos de obras registados na documentação guardada no fundo arquivístico da DGEMN, podemos tomar contacto com relatórios do arquitecto que nos permitem acompanhar o

---

<sup>1</sup> Cfr. FERNANDES, Maria; FIGUEIRINHAS, Laura; CARVALHO, José Maria Lobo de - “Intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”, *Monumentos*, 13 (2000) 103-117.

<sup>2</sup> Cfr. NETO, Maria João Baptista - *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001; BOTELHO, Maria Leonor - *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

decorrer das intervenções através de memórias descritivas, relatórios de contas e correspondência expedida, onde é noticiada e discutida a forma como se deve reger a intervenção.

No que concerne à sua estrutura, esta dissertação contará com quatro capítulos, subdivididos em diversas temáticas.

O primeiro será destinado à apresentação e identificação do tema em estudo. E dentro deste ponto surgirá, ainda, um contexto histórico, de forma a permitir a compreensão do estado dos monumentos portugueses até à criação da DGEMN, que posteriormente se responsabilizará por eles.

O segundo capítulo vai ao encontro da produção historiográfica referente à catedral, partindo da análise das informações transmitidas na obra seiscentista de Manuel Botelho Pereira e concluindo com as que, nos finais do século XIX, veiculam os escritos de Maximiano de Aragão e Francisco Manuel Correia. Estes três autores, foram os responsáveis pelas primeiras teorias elaboradas acerca da origem e estabelecimento da catedral. Os “alicerces” historiográficos estavam, pois, criados e as primeiras décadas do século XX viriam a conhecer, através do apuro de Amorim Girão e Almeida Moreira, novas revelações sobre a cidade e a catedral, baseadas não só na interpretação dos escritos anteriores, mas também em investigações recentes coincidentes com o início da intervenção da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN). Em resultado disso, na década de quarenta surge a revista *Beira Alta* onde seriam dados à estampa, um conjunto de artigos respeitantes à história da cidade. Neles encontramos também, notas e comentários a propósito do decorrer das intervenções. Contudo, a análise destes comentários serão incluídos não neste capítulo, mas naquele destinado às intervenções, onde podemos acompanhar mais de perto as reacções dos estudiosos e investigadores em relação ao trabalho organizado pelos *Monumentos Nacionais* que se impõe confrontar com o estado das obras em curso. Para finalizar, analisaremos também as últimas tendências historiográficas sobre a catedral e em que ponto se encontra a investigação actual.

O terceiro ponto desta dissertação abrange a questão mais importante deste estudo: a intervenção física da DGEMN na catedral. Procederemos ao estudo de cada passo dado no restauro do monumento, coincidindo com os preceitos ideológicos impostos pelo Estado Novo e, também, o modo como as cartas e convenções internacionais vão influir na intervenção do monumento. O objectivo deste capítulo é desvendar quais os

intervenientes e quais as modificações operadas no edifício, tudo isto acompanhado por uma forte componente gráfica (plantas e fotografias), registadas nos principais momentos da intervenção.

O último ponto destinado, naturalmente, às considerações finais, será apresentada uma sinopse da passagem da DGEMN pela Sé de Viseu, tendo em vista a sua contribuição para a recuperação da pureza original do edifício, tentando esclarecer de que modo essa intervenção pode hoje em dia ser útil para descortinar as origens da catedral e começar a traçar enfim, um novo rumo historiográfico.

### 1.1 Contexto Histórico

Para uma correcta compreensão do período histórico onde se inscreve este estudo, talvez seja necessário recuar ao século XIX para analisarmos quais os organismos intervenientes na decisão de restauro monumental, como se desenvolveu em Portugal a política de protecção patrimonial, como foi gerida esta questão e quais as vicissitudes por que passou até à criação da DGEMN.

O início do percurso de interiorização por parte da sociedade portuguesa, da necessidade da preservação do património cultural, ocorreu durante o século XIX. Neste período o monumento adquiriu um valor histórico e documental, entendendo-se que a sua dimensão histórica é o produto de um conjunto de factores – sociais, culturais e políticos – e não o simples acto de produção artística<sup>3</sup>. A consciencialização da sociedade para esta problemática sedimentou-se, porém, num fenómeno isolado. Quer isto dizer, que, na base desta sensibilização não constavam movimentos de salvaguarda do património, nem fenómenos de massas, mas sim uma pequena célula oriunda do movimento romântico, gerada no ambiente da intervenção pública da intelectualidade ilustrada dos finais do século XIX<sup>4</sup>. O reconhecimento da necessidade de transmissão de um conjunto de valores patrimoniais, sobretudo monumentais, históricos e nacionais, às gerações futuras foi, no entanto, a razão para o levantamento de vozes a favor da defesa do património. Como nos explica Françoise Choay, o património está ligado “às

<sup>3</sup> Cfr. TOMÉ, Miguel - *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP, 2002, p.15.

<sup>4</sup> Cfr. CUSTÓDIO, Jorge - *Salvaguarda do Património: antecedentes históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)*, Catálogo da exposição “Dar futuro ao Passado”. Lisboa: IPPAR, 1993, pp. 33-71.

estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”<sup>5</sup>. Portanto, os acontecimentos históricos de uma nação vão encontrar na arte a matriz para a constituição de uma consciência de nacionalidade e de patriotismo, que deve ser endereçada e educada para as gerações futuras, no sentido de preservar a memória histórica e consolidar o “código genético” da nação.

A Revolução Liberal e a Guerra Civil (1832-1834) trouxeram ventos de mudança. Com o desmantelamento da estrutura do Antigo Regime avizinharam-se novas consequências culturais, proporcionadas pelas profundas alterações sociais. A nova sociedade era o produto de fracturas institucionais e, mais do que isso, da necessidade de procurar disposições culturais capazes de corresponder aos novos interesses e desejos da comunidade. Dos diversos problemas emergentes na primeira metade de novecentos sobressaía a questão dos valores patrimoniais de valor histórico, artístico, literário e científico que constituíam a presença da sociedade do Antigo Regime, constituindo o ano de 1834 um factor determinante na marcação definitiva da ruptura com o passado. A lei da extinção das ordens religiosas e a aquisição de bens culturais por parte de entidades privadas acelerou o processo, por um lado, de deterioração desses bens, porque foram reutilizados para outros fins para a qual não foram concebidos, e, por outro lado, permitiu em determinados casos perder por completo o rasto a muitas das obras. A situação criada por este decreto originou, assim, um cenário semelhante ao vandalismo pós-revolucionário em França<sup>6</sup>.

Deste contexto, emergiu a figura de Alexandre Herculano em defesa dos “monumentos nacionais”, tendo presente na sua consciência a noção de que as convulsões do aparelho social estavam a operar alterações na herança histórica. Por conseguinte ele reconheceu importância da noção de patriotismo para salvar o que de mais válido ainda subsistia do antigo edifício social acabado de ruir. Alexandre Herculano seria o líder do movimento em defesa do património que faltava até então em Portugal, através do periódico “*O Panorama*”, onde iniciou uma rede de

---

<sup>5</sup> Cfr. CHOAY, Françoise - *Alegoria do Património*. Lisboa: Ed. 70, 2006, p. 11.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem...*, pp.103-124. O que aconteceu em Portugal em certa medida é o resultado de uma influência francesa, isto é, em território francês os actos jurídicos da constituinte de 1789 colocaram “à disposição da nação” os bens do clero. Mas por outro lado, os responsáveis jurídicos conscientes do valor económico dos bens adquiridos pelo povo, rapidamente os categorizaram como uma herança, sucessão e património, porque estas antiguidades agora adquiridas, sob a pena de prejuízo financeiro era necessário conservar, e com base neste pensamento nasce a consciência de conservação. Os efeitos revolucionários resultaram em puro vandalismo com igrejas incendiadas, estátuas derrubadas ou decapitadas e castelos saqueados. No entanto, ao contrário do que se passou em Portugal o ímpeto revolucionário francês proporcionou a origem dos elementos necessários para a constituição de uma política de conservação do património monumental francês.

correspondências a nível nacional, e ao mesmo tempo chegaram à sua posse relatos e protestos sobre o que diariamente acontecia no país, sobretudo em relação à delapidação dos bens nacionais decorrente do processo de desamortização<sup>7</sup>. Alexandre Herculano assumiu-se como defensor da herança cultural materializada no património, vislumbrando-o como uma fonte de criatividade cultural e um meio de revisão pátria, necessária para transmitir às gerações futuras. O próprio, em “*Opúsculos*” define-se como o “escritor que alentava a voz a favor do bom, do justo e do belo [...] para se esperar que mova os ânimos dos seus concidadãos”<sup>8</sup>. Este entendimento do significado histórico dos monumentos deve-se a uma sólida formação histórica de Herculano, radicada nas principais correntes historiográficas suas contemporâneas.

Por outro lado, a criação de uma consciência de defesa patrimonial susceptível de transmitir a mensagem de Herculano seria inútil, caso o sistema de ensino particularmente no ramo da educação artística, através da formação de técnicos devidamente habilitados para a preservação e estudo dos monumentos, não atingisse um grau de desenvolvimento considerável. Em Portugal, a Aula de Risco e a Academia de Belas-Artes não conseguiram responder de forma positiva a esses anseios, sem ver que em cursos superiores como o de arquitectura se carecia de determinados conhecimentos teóricos e práticos, como a matemática ou a arte das construções. A juntar a isto acrescia um deficiente desenvolvimento da historiografia portuguesa, principalmente a nível do conhecimento dos estilos medievos, o qual nos inícios do século XIX era ainda embrionário, dificultando em grande medida a realização de análises pormenorizadas aos monumentos e, por conseguinte, a associação das obras a períodos estilísticos ou escolas regionais<sup>9</sup>.

No plano internacional, o avanço da historiografia da arte dever-se-ia a nomes como Gerville ou Caumont ao atribuírem independência ao estilo românico em relação ao gótico. Esse movimento teria correspondência em Portugal em 1823, quando Cyrillo Volkmar Machado distingue o românico do gótico. Todavia, Alexandre Herculano, apesar desta categorização, continua a considerar a Idade Média como um todo, sem classificações estilísticas<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> Cfr. CUSTÓDIO, Jorge - *Salvaguarda do Património: Antecedentes históricos...*, p. 34.

<sup>8</sup> Cfr. HERCULANO, Alexandre - “Monumentos Pátrios”. In *Opúsculos*, organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Porto: Presença, 1982, pp. 175-219.

<sup>9</sup> Cfr. TOMÉ, Miguel - *Património e Restauro em Portugal...*, p. 20.

<sup>10</sup> *Idem, ibidem...*, p. 25.

Porém, a renovação da educação artística avança de acordo com as necessidades suscitadas pela indústria e pelo fenómeno da industrialização disseminado a partir de Inglaterra, durante a primeira metade do século XIX. As escolas de desenho, as escolas de arte e as primeiras escolas de design, impulsionadas por William Morris, e a criação de Escolas Superiores e Gerais de Arte Aplicada à Indústria marcavam a diferença no panorama internacional<sup>11</sup>.

Em 1875, o Marquês de Sousa Holstein a propósito do atraso do ensino das artes aplicadas à indústria referiu que “Portugal é o único país da Europa que não tem por ora prestado a devida atenção a este tão importante ramo do ensino”<sup>12</sup>. No entanto, neste mesmo ano Sousa Holstein em conjunto com o arquitecto Joaquim Possidónio da Silva e Luciano Cordeiro integram uma comissão para estudar a reforma do ensino e das Belas-Artes e da Organização dos museus, nomeada por António Rodrigues Sampaio, por este considerar “que o ensino das Belas-Artes já não correspondia aos fins da sua instituição, sendo necessário resolver com urgência as questões da fundação de um Museu de Belas-Artes e da protecção de monumentos históricos e objectos arqueológicos”<sup>13</sup>.

Coube a Passos Manuel, influenciado pelos modelos escolares franceses, contrariar a tendência para a estagnação do ensino e introduzir o ensino técnico profissional em Portugal, tendo como base as matérias leccionadas no *Conservatoire des Arts et Métiers* e da *École Polytechnique*. A instrução primária conhece também uma remodelação no seu programa curricular com a introdução da disciplina de desenho linear. Mas só através de António Augusto Aguiar, o ensino técnico profissional com aplicação à indústria, demarca-se do ensino das Belas-Artes estabelecendo uma nova relação entre arte e a indústria<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Em 1837, na Inglaterra foi criada a *Normal School of Design*, que já contava com dezasseis departamentos em meados do século. Na sequência da grande exposição mundial foi fundado o *Departement of Pratical Art*, convertido, mais tarde, no *Department of Science and Art*. Ao mesmo tempo foi criado o *Victoria and Albert Museum*, em Kensington, que funcionava como uma escola central de desenho, donde irradiavam os modelos e os programas das numerosas *School of Arts* espalhadas pelo país. Escolas elementares, de iniciação – as *Art Classes* – preparavam a admissão para essas escolas através do ensino do desenho, desde o grau elementar até ao desenho de figuras. As *Schools of Art* foram, também, fundamentalmente escolas de desenho, verificando-se nestas uma nítida predominância do elemento decorativo nas suas diferentes secções – desenho, pintura ornamental, desenho aplicado e modelação.

<sup>12</sup> Cfr. COSTA, Lucília Verdelho da - *Ernesto Korrodi – 1889 – 1944 arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 26.

<sup>13</sup> *Idem, ibidem...*, p. 18.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem...*, p. 32.



O esforço realizado na tentativa da modernização do ensino, culminou em 1863, sob o impulso de Joaquim Possidónio da Silva, com a fundação da *Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses* destinada a ocupar-se “dos assuntos da sua profissão, tanto na parte teórica como prática e bem assim da jurisprudência e administração relativamente à arquitectura civil”<sup>15</sup>. A sua intervenção pautou-se logo de início pela criação do curso de física e química com aplicação à indústria, à partilha de ideias com associações internacionais de arquitectura, e à participação em escavações arqueológicas. O Marquês de Sousa Holstein, um dos sócios amadores, propõe logo, em 1866, a nomeação de uma comissão que tivesse a seu cargo a conservação dos monumentos, desta feita orientada para o campo dos estudos histórico-arqueológicos e da defesa dos monumentos nacionais. Para a divulgação da investigação e difusão dos trabalhos, foi publicado, a partir de 1874, o *Boletim de Architectura e Archeologia*.

Pouco tempo depois, em 1875, o interventivo Sousa Holstein teceu duras críticas ao descrever o estado calamitoso dos monumentos, muitos deles arruinados ou mutilados. As verbas destinadas a reparações prioritárias eram inexistentes e os técnicos não se encontravam aptos a exercer o seu dever, e muito menos ainda, existia um inventário capaz de identificar os monumentos em risco e daqueles que necessitavam de conservação. Na perspectiva de Holstein, “um país não é só rico dos seus caminhos-de-ferro, das suas estradas, dos seus bancos; no seu activo devem ainda entrar os monumentos que produziu o génio do homem e, entre estes, ocupam eminente lugar as criações artísticas. Possuí-las é sem dúvida uma glória; mas conservá-las é indubitavelmente um dever”<sup>16</sup>.

O primeiro passo no sentido de salvaguardar os monumentos foi dado em 1880 pelo Ministério das Obras Públicas ao solicitar à *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos*, assim designada a partir de 1872, a constituição de um inventário para classificar os primeiros edifícios como Monumentos Nacionais e, deste modo, proceder à sua protecção.

A *Real Associação dos Architectos e Archeólogos* teve um papel importante no desenvolvimento de uma forte corrente de opinião pública em favor dos monumentos, o que proporcionou a sua afectação ao Ministério das Obras Públicas, a partir de 1894. Contudo, a afectação desta comissão ao Ministério das Obras Públicas cessou, para dar lugar, em 1898, ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionais com aptidão para

---

<sup>15</sup> *Idem, ibidem...*, p. 74.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem...*, p. 73.

classificar os monumentos, elaborar monografias histórico-artísticas, reunir colecções e modelos para as escolas e museus, e proceder à aprovação e fiscalização dos projectos de conservação e restauro dos Monumentos Nacionais<sup>17</sup>.

Em síntese, a conjuntura política e social, imposta pelo liberalismo colocou o património português numa situação de risco, prontamente alertada por Alexandre Herculano e Sousa Holstein, exigindo uma resposta rápida por parte de técnicos e pessoas especializadas para a salvaguarda dos bens culturais, de maneira a resgatarmos da acção do camartelo. No entanto, a resposta não foi a esperada, uma vez que o nível de ensino ministrado na Academia de Belas-Artes não correspondia às necessidades impostas pelos monumentos. A lacuna somente foi atenuada com a reforma do ensino e com a fundação da *Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, que, sem demora, tratou de coordenar uma nova consciência sobre o património artístico, devendo-se àquela instituição as primeiras classificações de monumentos.

O início do século XX marcou um período de viragem no que respeita à conservação patrimonial. Nas Sés de Coimbra, Guarda e Lisboa foram realizadas as primeiras campanhas de restauro, rapidamente interrompidas pelos gastos inerentes com a intervenção. Logo em 1904, Rosendo Carvalheira na qualidade de presidente da Real Associação participou no 6º Congresso Internacional de Architectos realizado em Madrid, onde pela primeira vez foi regulamentado um conjunto de normas internacionais que deviam ser aplicadas no restauro dos monumentos. O congresso estabeleceu ainda directrizes específicas em matéria de restauro, tais como, o monumento retomar ao seu estilo primitivo, a fim de preservar a sua unidade estilística, mas também, respeitar todas as partes executadas em outros estilos sempre que apresentem mérito artístico<sup>18</sup>.

Em 1910, já sob o auspício dos ventos republicanos, foi aprovada a primeira lista de imóveis classificados como Monumentos Nacionais, que desde logo sofreu críticas da Real Associação por a considerar incompleta, pois deviam ser incluídos paços episcopais e outros espaços arquitectónicos. Nesse mesmo ano, o Ministério do Fomento, principal responsável pela defesa dos monumentos, legislou no sentido do protecção dos bens culturais portugueses e o resultado materializou-se com o

---

<sup>17</sup> *Idem, ibidem...*, p. 82.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem...*, p. 86.

decreto-lei de 19 de Novembro de 1910, que proibiu a deterioração dos monumentos, assim como a saída de objectos do património artístico e histórico para o estrangeiro.

Todavia a instabilidade vivida pelo recém-criado governo republicano foi dominada pela contenda entre esta nova ideologia e a Igreja. Desta vez, o governo intensificou a acção anticlerical, pela revitalização das antigas leis do Marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar contra as ordens religiosas e, em especial, contra a Companhia de Jesus. Consumada a vitória republicana, os conventos e mosteiros foram vítimas de assaltos e pilhagens resultando inclusive na morte de clérigos residentes nesses edifícios. Este conflito agravou-se pelo facto da Igreja acolher ainda, e sobretudo nos meios rurais, núcleos de resistência ao republicanismo. O Estado declarou-se como o único proprietário dos templos e de todos os edifícios religiosos, extinguiu as verbas para o culto, mandou entregar às juntas da paróquia os recheios mobiliários, e aos museus os objectos de valor histórico ou artístico<sup>19</sup>. Os motivos de ordem económica foi outra das razões a apontar para se proceder à nacionalização dos bens da igreja. As finanças eram satisfeitas não pela tomada dos templos, mas pelas propriedades dos seus rendimentos, como os passais ou as fábricas das Igrejas matrizes e os cabidos das catedrais.

Mais uma vez assistiu-se a um rude golpe na manutenção do equilíbrio do património nacional, o saque e a violência perpetrada contra os clérigos acarretaram consequências danosas, resultado de um novo câmbio político. O Estado vê-se novamente responsável por um infindável número de bens que decide distribuir pelos museus. Com tudo isto, as duas primeiras décadas do século XX sentiram ainda a inexistência de uma séria reflexão sobre o património, situação que a Real Associação tentou inverter através da sua secção de Conservação e Restauração dos monumentos e do conselho de arte nacional.

A reorganização dos serviços Artísticos e Arqueológicos, inerente à estruturação da política republicana, culminou com a divisão do país em três circunscrições: Lisboa, Porto e Coimbra, à frente das quais se encontrava um conselho de Arte e de Arqueologia com funções consultivas e deliberativas. As principais competências deste organismo diziam respeito à classificação dos monumentos da respectiva circunscrição, a vigilância pela sua conservação e a proposta ou apreciação dos projectos de reparação

---

<sup>19</sup> Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo - "A primeira República (1910-1926)". In *História de Portugal*, vol. XII. Lisboa: Verbo, 1989, pp. 129-348.

e restauro<sup>20</sup>. Porém, as circunscrições foram desmanteladas em 1932 e centralizadas na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, prevendo, no entanto, a hipótese da elaboração de comissões consultivas de âmbito municipal.

Ainda na tentativa da construção de um sistema administrativo capaz de suprir as deficiências apresentadas pela questão da política patrimonial, surge em 1920, através do Ministério das Obras Públicas, a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN), em substituição das direcções regionais do mesmo ministério<sup>21</sup>. Desta feita a AGEMN dotada de engenheiros civis, arquitectos e desenhadores, assume a responsabilidade pela intervenção no património arquitectónico e consegue, com uma maior dotação orçamental, proceder a um maior número de intervenções em relação ao realizado no início da centúria. Rapidamente alguns edifícios de Lisboa e do norte do país sentiram a acção interventiva desta instituição. A simples reparação de telhados ou a correcção de determinadas patologias culminou com o aparecimento dos vestígios primitivos em determinados conjuntos arquitectónicos. Em face destes resultados optava-se por reintegrar e reconstituir determinados elementos baseados na sua feição original. Este organismo foi dissolvido e substituído pela 3ª Repartição da Direcção-Geral de Belas-Artes, sob a tutela do ministro Alfredo Magalhães e chefiada por Adães Bermudes.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 adejou novamente uma nuvem de desconfiança sobre a política patrimonial, esclarecida três anos depois com a fundação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), constituída pelos funcionários que transitaram da 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas-Artes. Estava criado o organismo capaz de garantir a estabilidade e as directrizes para uma rígida e direccionada intervenção patrimonial, nunca encontradas até então.

A instauração de um novo regime político conduziu o país para uma profunda restauração; restauração política, económica, social e patrimonial, sendo que esta última, era o paradigma para a fundamentação e exaltação da pátria e dos seus heróis. O restauro dos monumentos permitiu, inclusive, servir de crítica ao descuido e negligência praticada por parte dos regimes anteriores, devido ao estado de abandono e profunda degradação em que grande parte dos monumentos se encontrava.

A DGEMN aplicava a imagem da perfeita harmonia entre o binómio passado e tradição histórica *versus* modernidade e progresso, para que o estatuto assumido pelos

---

<sup>20</sup> Cfr. NETO, Maria João Baptista - *Memória, Propaganda e Poder...*, p. 95.

<sup>21</sup> Cfr. TOMÉ, Miguel - *Património e restauro em Portugal...*, p. 32.

monumentos seja indissociável da intenção nacionalista de reconduzir Portugal na tradição do seu glorioso passado<sup>22</sup>.

Todavia, para a instrumentalização patrimonial surtir efeito foi necessário redireccionar o ensino e, como tal, foi criada a Academia Portuguesa da História com objectivos claros de uma reconstituição crítica do passado. Foi preponderante e urgente corrigir a interpretação até agora feita da história, e recorrer a novos métodos de ensino de modo a fazer sobressair os valores nacionalistas. Para o ideário estado-novista foi essencial a recuperação da memória, patente na fundação da Nação, nos Descobrimentos e na Restauração, na qual os monumentos evocativos desses períodos foram os principais alvos de intervenção, enquanto momentos históricos, como a dominação espanhola e os conturbados períodos entre 1820 e 1926, surgem como períodos negros, dos quais Portugal apenas tinha de retirar o exemplo de não os repetir<sup>23</sup>.

A historiografia nacional retomou factos e figuras, com especial predilecção pelas personagens que encarnaram valores histórico-simbólicos, criteriosamente seleccionados. O ressurgimento nacional saído da revolução de 1926 ganhou especial dimensão dentro dos quadros da história. Isto implicou que, também no campo do património arquitectónico, se atribuíssem critérios de selecção, de acordo com os valores históricos enunciados e muitas vezes contrários à dimensão artística dos imóveis.

Os monumentos restaurados ilustravam a história determinada pelo regime, funcionando como testemunhos vivos que validavam os momentos de triunfo da nação secular. O atavismo da nação e a luta desencadeada pela sua independência eram características do mais alto interesse que importava destacar nas intervenções dos exemplares religiosos do nosso românico rural, assim como os nossos castelos, expoente máximo da independência nacional.

As catedrais como legitimação do poder espiritual, que os primeiros reis souberam utilizar como forma de organizar o espaço territorial e estruturar social e economicamente as terras até então conquistadas, serão outro instrumento didáctico na esfera do ensino da história a favor da vanglória da nação. Rapidamente o regime tirou proveito do valor simbólico destes monumentos, no âmbito das comemorações e

---

<sup>22</sup> Cfr. NETO, Maria João Baptista - *Memória, Propaganda e Poder...*, p. 18.

<sup>23</sup> Cfr. BRITES, Joana Rita da Costa - "Uma nova memória para um Estado Novo: restauro de monumentos e ensino da História no Salazarismo". *Biblos* 3 (2005) 285-308.

exposições evocativas, que se tornaram o veículo ideal e eficaz de acção propagandística da sua ideologia. Os monumentos agora intervencionados adquiriram uma gramática estético-artística de acordo com o período da sua fundação. O românico, o gótico e o manuelino vão ser os estilos privilegiados na matéria de restauro monumental, em grande medida devido à sua conotação com os momentos áureos da nação.

A escolha dada aos estilos artísticos e aos monumentos, no âmbito do ensino, tinha como principal objectivo, o reforço de um conjunto de valores nacionais, assim como ilustrar o passado da pátria, alicerçado na fé cristã e nos homens que haviam feito dele motivo de orgulho. Pertenceu ao Estado Novo o papel de restaurar essa grandeza, devendo assegurar essa memória, não só garantindo a leitura da história nacional, como também preservar e purificar as pedras que a contavam.

Em conclusão, os noventa e cinco anos que antecederam a fundação da DGEMN (1834-1929) foram caracterizados pela instabilidade, com consequências danosas para o património. Não devemos esquecer, contudo, que na origem desta inconstância estiveram as convulsões políticas, sociais e económicas proporcionadas tanto pelo período liberal como pela República, dois regimes políticos incapazes de atribuir um sentido ou rumo ao património português como conseguiu a DGEMN.

Sabemos de antemão como foi instrumentalizado o processo de intervenção monumental, de forma a construir uma nova história, eliminando e despojando os edifícios de períodos e marcas de outros tempos, seguindo metodologias e técnicas de restauro adequadas aos princípios do Estado Novo. Por outro lado, devemos também reconhecer, que, embora a metodologia utilizada não fosse a mais correcta, foi a única capaz de resgatar os edifícios devolutos da irremediável destruição a que foram votados pelos anteriores governos.

Está claro que em tempos de crise o património é relegado para segundo plano, embora em último recurso este seja recordado pela sua dimensão económica capaz de reanimar os cofres do Estado sendo por isso novamente valorizado, não pela sua grandeza histórica enquanto representante de um momento marcante da história da arte ou da história de um país, mas sim, pelo valor económico inerente à sua afectação a outras identidades. Tudo isto é revelador da ausência de um eficaz programa educativo destinado à formação cívica do povo português, no intuito de proteger e, naturalmente,

identificar-se com a sua matriz cultural. Este era, em suma, o panorama em que se encontrava o património português ao tempo da DGEMN.

## 2. A Construção Historiográfica da Catedral

### 2.1 Os *Diálogos Moraes e Políticos* de Manuel Botelho Pereira

A viagem pela historiografia viseense no sentido de apurar o enquadramento da edificação da catedral começa com a crónica elaborada por Manuel Botelho Pereira, em 1630<sup>24</sup>. Nesta obra, a história e a lenda confundem-se num discurso inflamado, onde Botelho Pereira imprimiu às personagens históricas gloriosos feitos, desde os tempos da Lusitânia, em que Viriato num combate fugaz conseguiu expulsar as tropas romanas da Cava, passando, inclusive, pelo relato das fáticas lutas proporcionadas por reis mouros e cristãos em sacrifício da conquista da cidade.

Os *Diálogos*, assim designados por se construírem com base no diálogo entre um estudante e um filósofo, acerca dos feitos históricos ocorridos em Viseu, constituem a primeira pedra para a construção historiográfica da cidade. A crónica estruturada em cinco partes, inicia com os antepassados dos portugueses, a governação romana, a vinda dos godos, a destruição dos mouros e, por fim, a presença dos cristãos.

A leitura do texto revela informações importantes da cidade ao tempo e permite a constituição de um panorama histórico de Viseu, embora frágil, só complementado pelos estudos surgidos no século XIX e que a seu tempo analisaremos.

O autor atribuiu um principal destaque à antiguidade como se deduz das suas palavras: “de Viseu, que tendes por moderna; mas é engano; antes eu a tenho por muito antiga e falta foi dos escriptores romanos [...] para que sirva de rasto aos doutos e vereda para o verdadeiro caminho da sua história...”<sup>25</sup>. Portanto, para justificar a antiguidade de Viseu Botelho Pereira invoca a perda na memória dos tempos a origem deste território “de que foi sábio arquitecto a mestra natureza”<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Cfr. PEREIRA, Manuel Botelho Ribeiro - *Diálogos Moraes e Políticos*. Viseu: Junta Distrital, 1955.

<sup>25</sup> *Idem, ibidem...*, p. 81.

<sup>26</sup> *Idem, ibidem...*, p. 87.

Ao nosso estudo interessa, sobretudo, apurar e discernir alguns dos acontecimentos relatados, nomeadamente no período de transição entre a capitulação mourisca e os inícios da dominação cristã e quais as interpretações elaboradas por Botelho Pereira. Depois disso analisaremos também um pouco o percurso dos bispos e a sua influência na modelação arquitectónica da catedral.

Botelho Pereira diverge da sua linha narrativa na tentativa de descortinar a toponímia da cidade, sugerindo uma primeira vez o nome de *Vacca*<sup>27</sup>, devido à sua proximidade com a região do Vouga, e logo de seguida, devido à ocupação romana, caracteriza a cidade com “altas torres, baluartes, muros fuertes, barbacana, la han hecho Frontonio e Flaco que este en lettras se allan. Pusieran-le nombre Viso que buena vista declara, por estar en um collado sobre la outra madrasta”<sup>28</sup>. Por conseguinte, verifica-se no discurso de Manuel Botelho Pereira uma transposição para Viseu da fundação mitológica de Roma por Rómulo e Rémulos, mas desta vez com Frontonio e Flaco a erigirem uma cidade que radica o seu nome na sua posição orográfica, dotada de boas capacidades defensivas, que em boa verdade hoje em dia têm sido reveladas.

A matriz da formação da diocese de Viseu, segundo este autor está prontamente relacionada com a submissão do império romano ao catolicismo pela acção de Constantino. Mas a constituição da diocese com um bispo a dirigir os seus destinos, remonta somente ao período suevo-visigótico, com o bispo Remissol, sem fazer qualquer alusão ao local onde se edificaria o primeiro templo conotado com a Sé<sup>29</sup>.

A crónica introduz-nos de seguida um dado fundamental e até agora inexplicado pela historiografia, ou seja, o contexto do aparecimento da igreja de S. Miguel do Fetal. A esta igreja está associado o rei Rodrigo por nela se fazer sepultar. Conta Botelho Pereira que o rei ao não querer desamparar a cidade agora despovoada, em virtude das invasões muçulmanas radicou-se na igreja de S. Miguel do Fetal em hábito de ermitão, onde acabou por falecer e ser sepultado. Os autores posteriores a Botelho Pereira como poderemos verificar mais à frente apontam a igreja de S. Miguel do Fetal, como a primitiva catedral de Viseu. Os dados até hoje apurados não nos permitem afirmar categoricamente que assim seja, mas segundo as palavras proferidas nos *Diálogos*, esta igreja surge descontextualizada no tempo imprimindo a ideia, de ter sido edificada

---

<sup>27</sup> *Idem, ibidem...*, p. 98.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem...*, p. 106.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem...*, p. 230.



durante o período suevo-visigótico e assistiu incólume à queda do seu último rei quando a cidade sofreu as primeiras incursões árabes.

De facto a cidade submeteu-se ao poder sarraceno em 716 e esteve sob seu domínio por quatro períodos, a saber: 716-734, 757-803, 811-842 e 999-1038. Durante este tempo, correspondente grosso modo a cento e cinquenta anos, existiu uma empresa construtiva para albergar os exércitos árabes e cristãos nesta dança de avanços e recuos que foi o período da Reconquista e que ainda hoje continua por descortinar.

Contudo, o episódio onde se regista os primeiros indícios de uma construção militar nesta época está directamente relacionado com a morte de Afonso V de Leão, que após uma primeira e fracassada investida sobre a cidade, ao fazer um novo reconhecimento das muralhas da cidade para detectar o melhor ponto de ataque, foi morto pelas hostes muçulmanas. No momento da reconquista da cidade por Fernando Magno, em 1058, e como retaliação pelo rude golpe infligido pelos mouros junto das hostes cristãs a pretexto da morte de Afonso V, tendo os árabes conhecimento de que Fernando Magno reunira as suas tropas para o assalto final, depressa os defensores determinaram “fortalecer mui bem esta cidade, e provê-la de todo o necessário, como quem lamentava o castigo que se lhe aparelhava”<sup>30</sup>.

Viseu capitulava para as forças cristãs dezoito dias depois do início do cerco, e segundo Botelho Pereira, rapidamente o Rei Leonês tornou a fortificar a cidade o melhor que pode, e deixou-a povoada de cristãos, embora sem muralha capaz de garantir a segurança da cidade, conhecendo-a somente no século XV por iniciativa de D. João I e concluídas durante o reinado de D. Afonso V<sup>31</sup>.

Da obra *Diálogos Moraes e Políticos* de Botelho Pereira podemos retirar duas ilações: em primeiro lugar a referência às estruturas arquitectónicas dominantes na colina da Sé, embora o seu discurso pareça envolto em alguma incongruência, isto porque numa primeira fase refere a existência de um troço de muralhas onde o rei Afonso V de Leão foi morto e posteriormente, aquando da reconquista definitiva por Fernando Magno, ignora a presença dessas muralhas para destacar a acção do rei em fortificar a cidade visto que “somente o castello ficou em seu vigor com as duas antigas torres romanas, quais são as de menagem, e parte da do relógio”<sup>32</sup> e proceder ao seu

---

<sup>30</sup> *Idem, ibidem...*, p. 291.

<sup>31</sup> Sobre a construção das muralhas viseenses Cfr. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa - “Viseu no rasto da guerra: dos conflitos Fernandinos à paz definitiva com Castela”. In, *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Coimbra: SPEM, 2009 (no prelo).

<sup>32</sup> Cfr. PEREIRA, Manuel Botelho Ribeiro - *Diálogos...*, p. 294.

povoamento. A segunda ilação descende da questão da diocese. Botelho Pereira refere que a fundação da diocese viseense remonta ao período suevo-visigótico, pese embora não faça qualquer menção ao local onde se edificou o primeiro templo conotado com a Sé. Portanto fica a dúvida de como seria possível ao tempo, e caso essas muralhas existissem, alguém ignorá-las ao ponto de não as reconstruir? Talvez elas não existissem e o único ponto de refúgio fosse mesmo o castelo.

Até agora, tudo isto não passa de conjecturas, apenas passíveis de ser desmanteladas por provas documentais e arqueológicas capazes de esclarecer melhor estes indícios.

A partir deste momento a cidade encontrava-se sob domínio cristão não sofrendo mais nenhum revés, uma vez que as forças muçulmanas recuaram para sul instalando-se em Coimbra. Nas palavras de Botelho Pereira, por esta altura, Viseu começava a projectar um novo espaço em resultado da conquista. E volta a reforçar que, em consequência da batalha somente resistiu o castelo com duas torres, correspondendo na actualidade ao alçado sul do complexo catedralício.

O condado Portucalense governado por D. Henrique vai encontrar em Viseu o cenário perfeito para aplicação das reformas religiosas e políticas de influência francesa, agora empreendidas no território. Com efeito, a segunda metade do século XI assiste à reestruturação da política e da igreja peninsular, com a adopção dos costumes monásticos cluniacenses, a imposição do ritual romano em substituição do ritual hispânico e, por último, à reorganização litúrgica das dioceses<sup>33</sup>. A reforma pretendida pelo conde, teve logo as suas repercussões pois o “castello teve de pois alguma mudança, por se edificar a Sé dentro delle por mandado do Conde D. Henrique, como hoje a vemos”<sup>34</sup>.

Portanto, o conde D. Henrique pretende congregar no mesmo espaço o poder temporal com o poder espiritual, encontrando na estrutura militar já edificada um local propício para a edificação de um templo segundo os novos modelos arquitectónicos, espelho da influência da nobreza francesa, e dos Beneditinos de Cluny, então empenhados na implantação do rito litúrgico romano em toda a cristandade<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Cfr. MATTOSO, José - “D. Afonso Henriques”. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2007, p. 29-31.

<sup>34</sup> Cfr. Nota 32.

<sup>35</sup> Cfr. RODRIGUES, Jorge – “O Primeiro Românico”. In, *O mundo Românico (séculos XI-XIII)*, História da Arte Portuguesa, vol. 2, dir. Paulo Pereira, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1997, p.17.

Na continuação dos *Diálogos Moraes e Políticos* de Botelho Pereira surge agora a referência à residência do prior S. Teotónio localizada no primeiro piso da Sé onde posteriormente se instalou a casa do Capítulo<sup>36</sup>. Fica desta feita a indicação, de existir a par da Sé, uma outra valência arquitectónica relacionada com residência do prior.

Séculos depois as lutas contra Castela, nos finais do século XIV, ficaram igualmente registadas nesta crónica à semelhança do que escreveu Fernão Lopes, Viseu sucumbiu perante as invasões castelhanas por ela não ter “outra cerca nem fortaleza, se não a Sé”<sup>37</sup>. Mais uma vez é reforçado o carácter militar, na qual a Sé está inscrita, no tempo de guerra, ao abrigar a população da cidade por não existir mais nenhuma estrutura defensiva<sup>38</sup>.

Os *Diálogos Moraes e Políticos* assinalam ainda as modificações operadas na catedral durante os episcopados de D. João Vicente (1444-1463), D. Diogo Ortiz (1505-1519), D. Miguel da Silva (1526-1547), D. Gonçalo Pinheiro (1562-1567) e D. Jorge de Ataíde (1568-1578).

A D. João Vicente (1444-1463) está relacionada a construção da capela de Jesus, mesmo por baixo do local onde supostamente residiu o prior S. Teotónio e onde aquele prelado fundador dos Lóios se fez sepultar<sup>39</sup>.

No entanto, a D. Diogo Ortiz (1505-1519) coube a responsabilidade de reformular todo o edifício a começar pela fachada onde “as figuras e folhagem da porta principal”<sup>40</sup> acompanhavam o “portal e o mais frontespício, que está entre as torres com a curiosa invenção de vidraça, que dá luz ao coro”<sup>41</sup>. E para culminar a coroação de tão rico episcopado em matéria de obras registou-se a substituição do forro de madeira da igreja pelas abóbadas de nós que hoje em dia se podem contemplar.

Com D. Miguel da Silva (1526-1547) o gosto da renascença entra em Portugal e materializou-se no claustro edificado na catedral viseense tendo o claustro medieval sido substituído por uma nova gramática arquitectónica, que não é mencionada nesta crónica<sup>42</sup>.

---

<sup>36</sup> Cfr. PEREIRA, Manuel Ribeiro Botelho – *Diálogos Moraes e Políticos...*, p. 305.

<sup>37</sup> *Idem, ibidem...*, p. 415.

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*

<sup>39</sup> *Idem, ibidem...*, p. 451.

<sup>40</sup> *Idem, ibidem...*, p. 464.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*

<sup>42</sup> *Idem, ibidem...*, p. 475.

A D. Gonçalo Pinheiro (1562-1567) pertenceu a edificação da capela de S. Sebastião, situada no canto sudeste do claustro, cuja abóbada mostra as suas armas, assim como a escadaria de acesso ao coro alto.

Por último, nesta modelação espacial, durante o episcopado de D. Jorge de Ataíde (1568-1578) construiu-se a sacristia e o corredor que parte dela para o coro na parte norte da catedral.

Portanto, as conclusões retiradas dos *Diálogos Moraes e Políticos* escritos no século XVII arrogam-se como uma ferramenta importante para a construção historiográfica da cidade, por ser a primeira compilação histórica sobre Viseu, onde é apresentado um discurso contemplativo da antiguidade da cidade perdida na memória dos tempos.

Ao revelar os primórdios do Cristianismo e a adesão da cidade ao novo culto, Botelho Pereira introduziu a referência à igreja de S. Miguel do Fetal como refúgio do último rei godo, sem, contudo, referir qual o papel deste templo na cidade à época. Quando reflectiu sobre o domínio árabe em Viseu, relatou a existência de uma estrutura defensiva repartida entre muralhas e castelo, transparecendo a ideia de uma cidade bem fortificada na colina da Sé na qual Fernando Magno se apodera somente do castelo, esquecendo-se desta feita das muralhas como obstáculo à conquista da cidade.

O período condal foi o principal responsável pela edificação da Sé românica, à luz de uma nova política religiosa de influência francesa, directamente relacionada com as raízes do conde D. Henrique, congregando no castelo recém-conquistado, em virtude da sua favorável posição geográfica e defensiva, o poder espiritual e temporal.

Por último, as descrições fornecidas por Botelho Pereira permitem-nos fazer uma pequena reconstituição das obras empreendidas no templo, durante os governos episcopais dos séculos XV e XVI, onde foi impresso um novo desenho ao edifício apagando alguns dos seus traços primitivos.

## 2.2 A Historiografia dos Finais do Século XIX. De Francisco Manuel Correia a Maximiano Aragão

### 2.2.1. O Manuscrito de Francisco Manuel Correia

O final do século XIX presenteou-nos com dois estudos bastante distintos no seu conteúdo e consistência argumentativa mas igualmente importantes na definição da história da cidade e em particular da catedral viseense. Seguindo a ordem de publicação dos trabalhos somos inicialmente conduzidos para o manuscrito de Francisco Manuel Correia<sup>43</sup>, elaborado em 1876 e reeditado pela revista *Beira Alta*, nos inícios da década de setenta, com comentários de Alexandre de Lucena e Vale<sup>44</sup>.

O pensamento de Francisco Correia apresenta algumas incongruências, desde logo, em relação à toponímia de Viseu, por indicar num primeiro momento o nome de *Viso* como o nome fundacional da cidade, por esta usufruir de condições geográficas que permitiam uma boa visibilidade dos seus arredores adoptando assim este nome. Em seguida contra-argumenta a proposta toponímica apresentada anteriormente através da assinatura do bispo Remissol no ano de 572, no segundo Concílio de Braga, onde se intitula como bispo de *visensis*.

A parte mais importante deste manuscrito encontra-se no terceiro capítulo destinado à “antiga fortificação de Viseu”, onde pela primeira vez somos confrontados com uma tipologia arquitectónica que se apresenta “em formato de um quadrado equilátero, com quatro torres nos ângulos e duas outras torres de menor capacidade do que aquelas, no centro, em pequena distância uma da outra”<sup>45</sup>. Francisco Manuel Correia associa a fortificação ao período romano como também foi adiantado por Botelho Pereira.

Contudo, o quadrado equilátero que compunha a fortaleza foi sucessivamente desmantelado ao longo do tempo mediante as obras de expansão física da catedral. Ou seja, logo no século XII para a construção da cabeceira do templo foi necessário demolir o muro nascente, enquanto o muro poente, que fechava a outra parte do quadrado no

---

<sup>43</sup> Sobre Francisco Manuel Correia é importante traçar a sua biografia para uma correcta interpretação do seu trabalho. O autor nasceu em Viseu no ano de 1802 e aqui faleceu em 1882. Foi cónego da Sé e o manuscrito resulta da sua curiosidade em desvendar o segredo da constituição do templo e seus anexos. A observação directa e a análise pormenorizada da arquitectura que constituía o complexo naquele período, assim como os apontamentos que recolheu e estudou são a base para a elaboração do estudo.

<sup>44</sup> Cfr. VALE, A. de Lucena e – “O manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia”. *Beira Alta*, 32-1 (1973) 3-49.

<sup>45</sup> *Idem, ibidem...*, p. 18.

meio do adro da Sé foi arrasado muito mais tarde, apenas no século XVI. O alçado sul do complexo com as suas duas torres foi o único vestígio dessa fortificação a chegar até ao nosso tempo. As torres foram prontamente alienadas da sua função militar, para no canto sudeste o bispo D. João Homem (1391-1425) colocar os sinos, e na torre sudoeste, o bispo D. João Gomes de Abreu (1464-1482) instalar o aljube eclesiástico<sup>46</sup>.

Mais uma vez na tentativa de compreender o processo de origem da catedral, Francisco Manuel Correia elabora um discurso pouco claro, onde não consegue discernir a relação existente entre a igreja de S. Miguel e a primitiva Sé referindo uma doação feita por Fernando Magno à Sé e que nela declarou “não ser fora dos muros da cidade, como consta do tombo da catedral que a dá muito distante de S. Miguel do fetal”<sup>47</sup>. Por outro lado, Lucena e Vale no comentário do manuscrito entrega a responsabilidade pela edificação da catedral aos condes, mas agora a dúvida residia em apurar se a Sé românica já existia ou não antes da Reconquista definitiva de Viseu<sup>48</sup>. E continua, ao afirmar que no interior da fortaleza estava edificado um paço real habitado pelos condes D. Henrique e D. Teresa e pelos primeiros reis de Portugal nas suas visitas a Viseu, demolido quando se procedeu à construção do actual claustro por D. Miguel da Silva (1526-1547), apenas possível através de uma doação de D. João III. E remata ao afirmar que o local onde hoje se encontra a capela da Cruz, no extremo sudeste do claustro, foi até ao século XVI terreno aberto, entre o templo e o pano ou troço da face sul do primitivo castelo<sup>49</sup>.

Todavia o manuscrito produzido por Francisco Manuel Correia introduz um novo dado ignorado por Botelho Pereira, e diz respeito à eventual existência de um claustro no lado norte do complexo catedralício. Esse espaço foi desmantelado para dar lugar à sacristia edificada por D. Jorge de Ataíde (1568-1578), na segunda metade século XVI, onde relata terem encontrado dezasseis sepulturas sem letreiro<sup>50</sup>.

Sobre o coro alto da Sé, Francisco Manuel Correia refere que este era o único que tinha a catedral possuía até ao tempo da edificação da capela-mor e mais obras da dita vacância de 1639 a 1670. Refere-se ainda às cadeiras deste coro e ao facto de serem de delicada construção em todo sentido, inicialmente decoradas com certos embutidos e a madeira descoberta e sem tinta preta que depois lhe aplicaram. Este autor não soube

---

<sup>46</sup> *Idem, ibidem...*, p. 20.

<sup>47</sup> *Idem, ibidem...*, p. 27.

<sup>48</sup> Cfr. VALE, A. de Lucena e - *A catedral de Viseu*. Viseu. [s.n], 1945.

<sup>49</sup> Cfr. VALE, A. de Lucena e - “O manuscrito sobre Viseu...”, p. 37.

<sup>50</sup> *Idem, ibidem...*, p. 38.

identificar os acessos ao coro alto, anteriores à edificação da escadaria pelo bispo D. Gonçalo Pinheiro (1562-1567), embora não exclua a possibilidade destes se realizarem pela torre norte da fachada do edifício por via de umas escadas em caracol ali existentes. As actuais escadas como já dissemos mandadas edificar por D. Gonçalo Pinheiro (1562-1567) foram formadas na parte descoberta do templo onde caíam as águas do telhado da abóbada da catedral. A construção das escadas proporcionou a edificação do baptistério, logo por baixo do patamar das mesmas, no lado esquerdo da entrada da Sé. O baptistério foi transferido da torre sul por ser um espaço exíguo, onde posteriormente foi colocada a capela e altar pertencente à casa dos fidalgos da prebenda de Nápoles, instituída pelo cónego Henrique de Lemos, e pertencente ao morgado de Moure.

Pese embora Francisco Manuel Correia apresente um discurso com algumas fragilidades históricas, talvez fruto do seu tempo e da sua formação, ele teve o rasgo, baseado nas suas observações, de adiantar uma tipologia de planta, que como veremos mais adiante pode ser importante na discussão da origem deste complexo arquitectónico. A este autor também se deve a introdução de uma nova questão, a respeito da existência de um claustro na zona norte do complexo, onde predominavam as sepulturas de bispos, desmantelado posteriormente por iniciativa de D. Jorge de Ataíde (1568-1578) para a construção da sacristia.

### **2.2.2. Maximiano Aragão**

No final do século XIX, Maximiano Aragão organizou um numeroso e exaustivo conjunto de estudos relativos à história de Viseu, suas personalidades e instituições políticas e religiosas de que em seguida daremos conta.

Dentro deste pormenorizado e exaustivo trabalho, abordaremos somente o período da Reconquista e da governação condal até à formação da monarquia, o qual, como já vimos nos anteriores autores, foi o período mais intrigante e na qual ganha forma a catedral de Viseu.

Maximiano Aragão apontou 716 como ano da entrada dos muçulmanos no território luso e adiantou ainda a disputa intercalada da cidade por mouros e cristãos. Por conseguinte governava o rei Ramiro quando no seu regresso a Oviedo, logo após a

submissão de Viseu ao jugo cristão, uma aliança entre alcaides mouros fez novamente guerra à cidade recém-conquistada, não resistindo ao cerco mourisco e acabando por ser destruída e os seus moradores passados a fio da espada.

Este autor conferiu a Afonso III de Leão a responsabilidade de povoar entre outras cidades, Viseu, e nela “fez acrescentar os seus muros, que haviam sido destruídos no tempo de Ramiro I”<sup>51</sup>. Mais uma vez somos confrontados, à semelhança do que escreveu Botelho Pereira, com a possibilidade da existência de uma cinta de muralhas, ou a tentativa de edificação de uma muralha prontamente atacada pelo monarca de Córdoba, que “marchando com um poderoso exército sobre Viseu, aqui chegou, quando ainda os seus habitantes andavam ocupados em a fortificar”<sup>52</sup>.

Tendo o rei cristão tomado conhecimento do sucedido, depressa fez guerra cruel aos mouros e regressou à cidade de Viseu para a reconquistar e reforçar o seu carácter militar com “fortes muralhas e com presidio”<sup>53</sup>.

Com a morte de Afonso III, o seu filho Ordonho II estabelece corte em Viseu até 914, altura em que partiu para Leão para suceder ao seu irmão. Na cidade permaneceu também com a corte Ramiro II, irmão de Afonso IV, rei de Leão. A Ramiro II sucedeu o seu filho Ordonho III que seguiu a tradição dos anteriores familiares e estabeleceu a sua residência e corte em Viseu.

Depois de mais um período de domínio cristão com a corte a instalar-se na cidade “fronteira dos mouros”, o terror chegou às terras da beira através de Almansor. Quando este tomou a cidade e destruiu-a escapando apenas as torres romanas. Viseu conhecia agora o período mais longo de ocupação muçulmana, onde procedeu-se à sua reedificação e aqui permaneceram os mouros, até à conquista definitiva por parte de Fernando Magno, em 1058<sup>54</sup>.

Todavia, surge novamente em Maximiano de Aragão uma referência às torres romanas, também já mencionadas por Botelho Pereira e Francisco Manuel Correia, mas agora atribui aos árabes a responsabilidade de uma construção durante o século X, no sentido de restabelecer as defesas da cidade. Este autor realça que pese embora a cidade possa ter estado durante muito tempo sob domínio muçulmano não deixou de possuir bispo, sem contudo identificar o lugar de culto. A análise levada a cabo por Maximiano

---

<sup>51</sup> Cfr. ARAGÃO, Maximiano Pereira da Fonseca e – *Vizeu: apontamentos históricos*. Tomo I, Viseu: Tipografia Popular, 1894, p. 132

<sup>52</sup> *Idem, ibidem*

<sup>53</sup> *Idem, ibidem...*, p. 133.

<sup>54</sup> *Idem, ibidem...*, p. 163.



Aragão é inconclusiva na hora de referenciar o local onde foi edificada a primitiva Sé. Mas menciona que os mouros após a conquista da cidade, toleraram, em troca de avultados tributos, a prática religiosa por parte dos vencidos num templo modesto, “porque se porventura o tivessem grandioso, apoderavam-se dele e transformavam-no em mesquita”<sup>55</sup>. Ao pequeno templo, mais uma vez se associa o nome da igreja de S. Miguel do Fetal, a última morada do Rei Rodrigo, não rejeitando este autor a hipótese dos suevos ou os godos serem os responsáveis pela sua construção, numa das elevações da cidade, a mais central e mais acessível à maioria dos seus habitantes para poderem praticar os seus actos religiosos.

Sobre o incidente da morte de Afonso V, Maximiano Aragão não acrescenta nada de novo em relação aos autores precedentes e reforça até esta posição invocando estudos de Alexandre Herculano, afirmando que o rei na altura em que “discorria em volta dos muros inimigos, uma besta partia, das ameias, e fere-o mortalmente”<sup>56</sup>.

Como sabemos, a conquista definitiva de Viseu foi obra de Fernando Magno, que, uma vez ultrapassada a fronteira física constituída pelo rio Douro, procedeu à submissão de pequenos castelos e fortalezas, como foram os casos de Seia, Lamego e Tarouca<sup>57</sup>. Como consequência da batalha travada em Viseu, esta ficou desprovida de população, sem muros e arrasada tendo escapado apenas as duas torres e o castelo. No entanto, Maximiano Aragão diverge da opinião dos restantes historiadores, por adiantar que neste período a Sé estava dentro do castelo, sendo restaurada quando Fernando Magno a conquista e na sua doação é declarada como episcopal e entrega à cidade tudo o que ficava “dentro do muro velho entre a rua de S. Miguel, a da Regueira e a rua pública”<sup>58</sup>, numa clara alusão ao couto doado à Sé por Fernando Magno.

Que ilações podemos retirar? Primeiro a partilha de opinião tanto por Botelho Pereira como Maximiano Aragão ao reflectirem sobre as movimentações políticas e militares no domínio do território viseense ao tempo da Reconquista, e como ficaram reduzidas as defesas da cidade ao castelo e às suas torres. Em seguida, e ao contrário do pensamento de Botelho Pereira, que defendeu o facto da estrutura militar presente no período condal ser fruto de uma construção romana, Maximiano Aragão utiliza o argumento da estância das cortes leonesas em Viseu durante alguns períodos, para

---

<sup>55</sup> Cfr. ARAGÃO, Maximiano Pereira da Fonseca e – *Viseu: instituições religiosas*. Porto: tipografia Sequeira, 1928, p. 444.

<sup>56</sup> Cfr. ARAGÃO, Maximiano Pereira da Fonseca e – *Viseu: apontamentos históricos*, Tomo I..., p. 168.

<sup>57</sup> *Idem, ibidem...*, p. 172.

<sup>58</sup> *Idem, ibidem...*, p. 175.

justificar a necessidade da edificação de uma estrutura defensiva, materializada no castelo que sobreviveu até ao período condal. E mesmo após a conquista da cidade por Almansor a construção ou reconstrução do castelo com a sua residência foi avante conhecendo o único revés com a incursão de Fernando Magno.

Durante o período coincidente com a dominação condal, a Sé, na opinião deste autor era parte integrante do castelo, sofrendo desta feita obras de ampliação e um reforço estrutural com o levantamento de grossas paredes e esforçadas colunas<sup>59</sup>. Após a morte de D. Henrique, D. Teresa residiu por vários momentos em Viseu, no “palácio” que conjecturamos ser o mesmo habitado em tempos pelos reis de Leão, situado onde hoje se acham os claustros da Sé, entre a antiga Torre do Relógio e a capela de Santo António. Sendo o local da cidade onde havia maior segurança, por se encontrar encerrado dentro das fortificações, muralhas e castelo, é natural que os monarcas o escolhessem para sua residência.

Depois deste conturbado período, só durante o reinado de D. Dinis nos chegamos mais informações sobre o complexo onde está inserido a catedral. O rei *Lavrador* autoriza o bispo D. Egas (1289-1313) a construir um “muro com uma porta no alcácer desta vila entre a torre e a Sé, derribando-se para isso as casas precisas, cuja pedra, telha e madeira cada um poderá levar, com tanto que fique uma em que se recolha o alcaide”<sup>60</sup>.

Ao escrever sobre as invasões castelhanas que, como sabemos, resultaram em grande perda para a cidade, Maximiano Aragão estabeleceu ainda um interessante raciocínio capaz de exemplificar o porquê da inexistência de muros naquela época. Ele admite, e como já verificamos, a possibilidade de durante as lutas entre mouros e cristãos surgirem as primeiras “notícias seguras da existência de muros” provenientes dos reinados de Ramiro I, Afonso III e Afonso V. Depois não hesita em afirmar categoricamente que no berço da monarquia, Viseu ainda estava cercada de muros, porém, como se negligenciou a sua conservação, por se entender desnecessária em virtude do distanciamento da cidade em relação à fronteira, o tempo encarregou-se de agravar a sua deterioração, a ponto de não oferecerem resistência alguma aquando das invasões castelhanas<sup>61</sup>. Se realmente estas estruturas existiram, a incúria associada à

---

<sup>59</sup> Cfr. ARAGÃO, Maximiano Pereira da Fonseca e – *Viseu: instituições religiosas...*, p. 446.

<sup>60</sup> Cfr. ARAGÃO, Maximiano Pereira da Fonseca e – *Viseu: apontamentos históricos*. Tomo II, Viseu: Tipografia Popular, 1894, p. 76.

<sup>61</sup> *Idem, ibidem...*, p. 130.

acção do tempo remeteu para o complexo arquitectónico, onde estava implantada a Sé, o papel de defender a cidade e os seus moradores, no momento em que foi chamada ao cumprimento do seu dever, constituindo-se como um bastião inexpugnável dando a entender a dimensão e o poder da estrutura ali existente.

Acerca das obras realizadas na catedral durante os séculos seguintes, só devemos acrescentar mais um importante apontamento e que colide directamente com o tema abordado por esta dissertação, respeitante à primeira intervenção de restauro no edifício datada de 1875. Esta intervenção vem no seguimento da acção dos cónegos da Sé, durante a vacância do século XVII, quando decidiram revestir com argamassa e cal todo o templo. No acto de aplicação da argamassa as paredes e as colunas foram picadas para a argamassa ter uma melhor adesão ao material de suporte. Depois da remoção da argamassa ficaram unicamente as marcas do flagelo do escopo na pedra. O deputado viseense Luís de Barros Coelho e Campos ficou também ligado à história da Sé por conseguir desbloquear do governo em 1875 as verbas necessárias e os homens incumbidos de estudar e restaurar a Sé<sup>62</sup>.

### 2.3 Amorim Girão e a Nova Historiografia do Século XX

Do aparo de Amorim Girão surge na terceira década do século XX o estudo do aglomerado urbano de Viseu, onde apresenta uma nova visão sobre as origens da cidade e acrescenta novos dados ao processo de edificação da catedral<sup>63</sup>. Este autor defende que a cidade radica a sua origem numa povoação castreja à semelhança dos já existentes castros de Santa Luzia e Senhora do Crasto situados a poucos quilómetros do centro da cidade. O castro de Viseu terá sido ocupado posteriormente pelos romanos e consequentemente alvo da urbanização característica deste povo, transformando a cidade num ponto de convergência de vias que estabeleciam a ligação aos diversos pontos ocupados pelos romanos em território luso.

---

<sup>62</sup> As obras realizadas em específico na catedral serão abordadas no capítulo destinado às intervenções da Direcção-Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais de forma a conseguirmos estabelecer um raciocínio lógico do que foram as obras de restauro.

<sup>63</sup> Cfr. GIRÃO, A. de Amorim - *Viseu: estudo de uma aglomeração urbana*. Coimbra: Coimbra Editora, 1925.

Terminado o domínio romano, a presença das vias de comunicação terrestre foram um importante meio de desenvolvimento e expansão da cidade medieval convertendo-a num ponto de passagem obrigatório para quem de leste rumasse à costa ou de nordeste para sul.

Perante isto a análise elaborada por Amorim Girão conduziu-nos irremediavelmente para a existência de dois centros de grande importância na cidade, de onde o primitivo burgo irradiou em ondas concêntricas acabando por encontrar-se dificultando a interpretação da urbanização da cidade. Eram estes dois núcleos o pólo romanizado, localizado na parte mais baixa da cidade, correspondendo sensivelmente à zona compreendida entre a Santa Cristina, Prebenda, Regueira, S. Miguel, Largo das Freiras, Rua do Arco e Avenida Emídio Navarro, onde a orografia apresentava um fraco declive permitindo uma maior facilidade na fixação populacional, assim como uma correcta gestão dos recursos hídricos, não havendo a necessidade de canalizar água para o ponto mais elevado da cidade. O segundo pólo constituído pelo núcleo castrejo no morro da Sé apresentava somente uma simples posição fortificada proveniente dos tempos proto-históricos<sup>64</sup>. No entanto o ponto mais seguro devido às suas condições estratégicas era, naturalmente o sítio mais elevado da cidade, e foi para esse ponto que começavam a convergir as atenções durante o período medieval.

Amorim Girão debateu-se com a questão da localização da primitiva Sé de Viseu. Sabendo da ocupação da cátedra episcopal desde meados do século VI, importa saber onde se realizava então o culto. Remeteu novamente as atenções para a igreja de S. Miguel do Fetal, como a primeira catedral de Viseu, mas mais uma vez sem apresentar provas para atestar tal situação, a não ser formulação da possibilidade da existência de um primitivo centro povoado cercado de muralha na Regueira e imediações, onde o templo principal se localizava intra-muros. Durante o período medieval o morro da Sé tornou-se o centro de gravidade do burgo, com a consequente mudança de local do edifício catedralício. No decorrer das suas observações, Amorim Girão corrobora a opinião de Maximiano de Aragão quando ao referir-se à tolerância por parte dos mouros em relação ao culto católico na cidade, mediante o pagamento de pesados tributos, mas desta vez aponta que o lugar de culto estava estabelecido na igreja de S. Miguel do Fetal<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> *Idem, ibidem...*, p. 22.

<sup>65</sup> *Idem, ibidem...*, p. 37.

Para o período relacionado com a Reconquista, Amorim Girão equaciona a hipótese de ser ter construído uma nova cintura de muralhas a defender o morro da Sé em detrimento da muralha romana, em virtude do seu mau estado de conservação fruto das invasões dos povos germânicos.

Interessante reflexão, e por nós partilhada, elaborou este autor quando analisou a carta de doação de Fernando Magno, posteriormente confirmada pelos condes D. Henrique e D. Teresa, em 1110, onde aquele monarca coutou à Sé uns terrenos dentro dos muros velhos da cidade. Na interpretação de Amorim Girão este facto era o indício da danificação ou destruição daquela parte da cidade, devido à sua localização geográfica, como referimos atrás, este seria o núcleo romano mais povoado e desenvolvido da cidade que, em contrapartida, não beneficiava de um sistema defensivo totalmente eficaz e teria sido alvo de fortes ataques por parte das hostes muçulmanas a ponto de a arrasarem. Isto proporcionou aos reis leoneses a procura de uma fortificação noutra parte onde a defesa fosse mais fácil, e essa procura correspondeu ao local mais elevado de Viseu onde existia uma fortificação primitiva<sup>66</sup>.

Conquistada a cidade por Fernando Magno coube aos condes D. Henrique e D. Teresa começar o projecto de edificação da catedral românica. Contudo este autor introduz novos dados em relação ao que sabemos até agora, sobre o complexo arquitectónico onde se inscreve a Sé. Amorim Girão adianta que se procedeu, a par das obras de construção do templo, à construção de uma nova fortificação no alto onde ela assenta e na perspectiva deste autor seria uma “restauração ou adaptação da anterior linha de muralhas”<sup>67</sup>, com o objectivo de defender a catedral o paço condal e episcopal que lhe ficava contíguo. A carta de doação do rei D. Fernando, de 1370, e citada por Amorim Girão pode esclarecer melhor o tipo de fortaleza construído no local, ou seja, o rei doa e outorga “por cerca a dita cidade pera sempre o meu castello e alcacer desta cidade”<sup>68</sup>. Portanto, a fortificação edificada a par da Sé pode muito bem ter sido o castelo da cidade, visto não haver mais nenhuma estrutura capaz de garantir a defesa da mesma, que agora começava a ganhar novos contornos com a edificação de tão importante espaço.

Ainda sobre as duas torres constituintes do alçado sul do complexo, relacionadas pela historiografia ao período romano, Amorim Girão corrige a sua designação

---

<sup>66</sup> *Idem, ibidem...*, p. 39.

<sup>67</sup> *Idem, ibidem...*, p. 43.

<sup>68</sup> *Idem, ibidem...*, p. 44.

estilística para Românicas permitindo aos estudiosos posteriores delinear uma nova visão sobre o templo.

Para finalizar, ao contrário do percurso secundário adquirido pelo morro da Sé na dinâmica da cidade, este converteu-se agora no epicentro da cidade, fruto do enobrecimento do local e do seu engrandecimento em todos os quadrantes, embora tivesse um especial pendor pelas zonas compreendidas entre ele e a parte velha da cidade, correspondendo agora à parte mais baixa.

## 2.4 A Imagem da Sé Vista por Almeida Moreira

Na sequência dos estudos até então organizados, surge em 1937 a primeira análise artística da catedral viseense inserida num capítulo autónomo de *Imagens de Viseu*, obra organizada por Francisco de Almeida Moreira<sup>69</sup>.

Este autor imprimiu um cunho muito pessoal e emotivo à análise artística sobre a catedral, onde incidiu especial destaque ao anacronismo da obra, como resultado das constantes transformações arquitectónicas operadas no edifício. Invoca, inclusive, o conde Raczynski para realçar o particularismo da arte portuguesa nesse capítulo da diversidade artística apresentada pelos monumentos portugueses.

Almeida Moreira concedeu especial ênfase à obra do prelado D. Diogo Ortiz (1505-1519), por corresponder à realização da elegante abóbada de nós em substituição da velha cobertura de madeira proveniente ainda dos tempos primitivos da catedral. A delicadeza do gótico expressa naquela abóbada veio a repousar nas robustas colunas românicas conferindo ao espaço redesenhado uma complementaridade e cumplicidade artística. Almeida Moreira dedicou ainda algumas páginas ao percurso biográfico do bispo D. Diogo Ortiz (1505-1519), destacando o seu papel como conselheiro dos reis D.

---

<sup>69</sup> Cfr. MOREIRA, Francisco de Almeida - *Imagens de Viseu*. Viseu: [s.n], 1937, p. 53-79. Esta obra é uma viagem pelos monumentos mais emblemáticos da cidade onde este autor revela alguns aspectos da sua história. Francisco de Almeida Moreira foi uma insigne personalidade da cultura viseense. Fundador e primeiro director do Museu de Grão Vasco, nasceu nesta cidade em 1873 e na sua casa do Soar de Cima faleceu em 1939, onde reuniu um extraordinário espólio de obras de arte, fruto da sua paixão pelo coleccionismo e pela arte. Seguiu a carreira militar que rapidamente terminou devido aos seus problemas de saúde, para seguir o apelo da arte. Foi um dos fundadores do Instituto Etnológico da Beira e foi sócio da Academia de Belas Arte de Madrid. Foi também o responsável pela secção artística dos pavilhões portugueses na Exposição do Rio de Janeiro e o delegado ao congresso internacional de História da Arte, que se realizou em Paris em 1921, assim como no Congresso Americanista de Roma, em 1926. Destaca-se ainda, e como veremos adiante, a sua participação activa no processo de restauro da catedral.

Afonso V, D. João II e D. Manuel I, dada a ligação e estima dos monarcas a este bispo. Matemático e interessado pela ciência astronómica, este bispo teve um importante papel na tomada de decisão da descoberta do Novo Mundo, negando a Cristóvão Colombo a hipótese do reino português apadrinhar as suas descobertas. Ainda referente ao episcopado de D. Diogo Ortiz (1505-1519) este autor invoca a riqueza da decoração arquitectónica impressa na edificação da nova fachada, por nós já referenciada anteriormente e destruída pelas intempéries de 1635.

Sobre a actual fachada, Francisco de Almeida Moreira descreveu-a como uma obra de “estilo pesado e jesuítico [...] dum medíocre artista espanhol, o arquitecto João Moreno, de Salamanca”<sup>70</sup>. Talvez esta reacção e o demérito atribuído à obra se devam a um sentimento de nostalgia pelo facto de não optarem pela reconstrução da fachada que tinha ruído. A nova fachada, com a sua sobriedade e geometria decorativa associada à forte componente iconográfica, com a representação dos quatro evangelistas e de S. Teotónio ao centro e Nossa Senhora da Assunção como padroeira de Portugal a assumir o lugar cimeiro da fachada, contribuiu, por um lado, para a incumbência de uma nova forma de viver a religiosidade, e por outro lado acentuou ainda mais o anacronismo artístico da catedral referido no início.

O mesmo é expresso em relação à obra da capela-mor edificada durante o episcopado de D. João de Melo (1673-1684) ao ser qualificada por Almeida Moreira de “infeliz modificação” por perder todo o seu carácter primitivo. Sobre a primitiva capela-mor escreveu ainda: “a antiga abside românica, que era de forma poligonal, de muitos lados, alternado os contrafortes com as reentrâncias, onde se abriam as esguias frestas, com as suas molduras próprias, como ainda se vê nos absídiolos, postas já a descoberto, exteriormente, foi transformada e substituída por outra (que é a actual) de forma rectangular, pesada e sem graça”<sup>71</sup>. O objectivo desta transformação seria a de conferir maior luminosidade ao templo, defendendo este autor a necessidade de retomar à forma primitiva as janelas adulteradas durante a vacância do século XVIII, etapa levada a cabo entretanto pela DGEMN.

Em 1722 a catedral foi invadida pelo domínio da cal e do azulejo, todo edifício fora revestido no seu interior com este material e um silhar de azulejos provenientes de Coimbra, onde estava retratada a vida de Cristo e de S. Teotónio. Somente aquando da

---

<sup>70</sup> *Idem, ibidem...*, p. 61.

<sup>71</sup> *Idem, ibidem...*, p. 62.

visita a Viseu da rainha D. Amélia, em 1895, se procedeu à remoção da cal que revestia o templo.

Sobre os claustros da Sé, Almeida Moreira comunga da opinião dos autores até agora referenciados, ao mencionarem a localização naquele espaço da residência condal demolida graças à edificação do claustro renascentista.

Quando, em 1919, se procedeu à remoção da cal a revestir a restante parte do edifício, apareceram os primeiros vestígios de um portal de arco apontado que estabelecia a comunicação entre o templo e o claustro. O portal formado por doze arquivoltas, que nascem aos grupos de duas de um ábaco simples, apresenta quatro colunas de fustes cilíndricos lisos sustentando de cada lado as ogivas. Nos capitéis estão representadas aves entrelaçadas. A rematar o portal na parte superior está uma Virgem com o Menino em granito de feição muito primitiva. O portal foi entaipado quando se procedeu à construção do claustro renascentista e já no século XVIII, naquele local, procedeu-se à construção de duas capelas destinadas ao arcanjo S. Miguel e a S. José.

Em síntese, podemos encarar esta *imagem* da catedral de Santa Maria elaborada por Almeida Moreira como um nostálgico manifesto em favor do regresso ao estado primitivo da catedral. Todas as obras administradas no edifício, em certa medida, como referiu o autor, contribuíram para o acentuar do anacronismo artístico, foram condenadas e reprimidas e pouco entendidas como um passo da evolução artística, produto da necessidade de adaptação do templo às novas formas de culto por parte da Igreja.

## **2.5. A Revista *Beira Alta* e o Novo Ciclo Historiográfico**

A década de quarenta do século XX marcou decisivamente a historiografia viseense e principalmente o estudo da catedral, por dois motivos: em primeiro lugar através da Revista *Beira Alta* fundada em 1942, que adquiriu um papel preponderante no desenvolvimento da historiografia local e na difusão da cultura da Beira; em segundo lugar é de realçar o primeiro trabalho monográfico sobre a catedral de Viseu, da autoria de Alexandre de Lucena e Vale, que de seguida passamos a analisar<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> Cfr. VALE, Alexandre de Lucena e - *A catedral de Viseu*. Viseu: [s.n], 1945.



A reflexão levada a cabo por Lucena e Vale consistiu numa compilação dos principais estudos elaborados sobre a história da cidade onde tentou apurar a origem da catedral. Logo no início, descartou a hipótese da Sé existir antes da conquista feita pelo rei leonês Fernando Magno, afirmando não ter uma base documental suficientemente sólida para poder afirmar tal situação. Esta estratégia por parte deste autor foi também uma maneira de evitar introduzir na discussão o papel desempenhado pela igreja de S. Miguel do Fetal no contexto da formação da diocese viseense.

Sendo assim refugiou-se na teoria elaborada por Francisco Manuel Correia onde no local onde se veio a edificar a catedral estaria uma fortaleza de quatro panos ou faces, resultado da dominação romana que, logo após a conquista visigótica sofreu as consequentes modificações para albergar o templo católico sendo edificado no alçado sul do complexo um paço para os futuros governadores de Viseu<sup>73</sup>.

Todavia imputa a responsabilidade da construção do templo ao conde D. Henrique, seguindo as matrizes arquitectónicas dos edifícios religiosos seus contemporâneos, e que o próprio importou para o condado portugalense, apresentando características externas pesadas e severas, semelhante a um castelo militar do que propriamente, a uma “casa de Deus para murmúrios e preces”<sup>74</sup>, sendo também, um local para o refúgio do povo quando passou pelas tormentas da guerra.

Ao partir da análise do portal sul da Sé, Lucena e Vale classifica a catedral como um edifício inserido num românico terciário ou de transição para o mundo gótico, onde a força e robustez românicas começam a ser dissimuladas na elegância das arquivoltas presentes no portal. Se este autor pudesse enquadrar a catedral de Viseu numa linha estilística colocava-a na fronteira entre o mundo românico e o mundo gótico.

As marés dos Descobrimentos trouxeram ao reino a prosperidade necessária para dar início a uma época artística de grandeza e luxo, e a catedral de Viseu não ficou fora desse processo. O erudito bispo D. Miguel da Silva (1526-1547) encarregou-se de enriquecer a Sé de alfaias, onde se inclui a custódia com o seu nome, e paramentos litúrgicos coroando o seu episcopado com a construção do claustro<sup>75</sup>.

Como sabemos aos episcopados de D. Gonçalo Pinheiro (1552-1567) e D. Jorge de Ataíde (1568-1578) corresponderam a construção da escada de acesso ao coro alto e à actual sacristia da Sé, onde porventura existia um claustro.

---

<sup>73</sup> *Idem, ibidem...*, p. 6.

<sup>74</sup> *Idem, ibidem...*, p. 8.

<sup>75</sup> *Idem, ibidem...*, p. 19.

Com a união ibérica a diocese passou por graves dificuldades pois “era tanta a miséria na cidade que o bispo D. Frei Bernardino de Sena (1630-1633) [...] cede aos pobres as totalidades dos rendimentos do bispado”<sup>76</sup>. A mesma situação repetir-se-ia com o episcopado de Dinis de Melo e Castro (1636-1639) ao pagar o imposto da câmara com dinheiro do seu bolso.

Foi neste cenário de dificuldade económica que, em 1635, a diocese se debateu com outro dilema, desta vez a fachada edificada durante o episcopado de D. Diogo Ortiz (1505-1519) ruíra e a Sé ficara despida. Da vacância resultante dos conflitos entre Portugal e Espanha surgiu a vontade do cabido de Viseu em reerguer a fachada da Sé. Nas palavras de Lucena e Vale, a fachada actual foi “alçada nos moldes pesados e desgraciosos de então, sob o predomínio avassalador da recta que tudo invade e em tudo aparece nos frontões clássicos [...] despojaram-se as torres do encanto evocativo das ameias seculares, e impoz-se-lhes o modernismo atroz das balaustradas e zimbórios...”<sup>77</sup>. À semelhança do pensamento de Almeida Moreira, para Lucena e Vale a actual fachada não cumpria os desígnios de um templo concebido durante o período medieval correspondendo, contudo, para o acentuar da anacronia estilística.

Ao período menos positivo no capítulo da história da catedral resultante da vacância entre 1639 e 1670, correspondeu o enobrecimento do claustro superior com colunas e alpendres, e ao levantamento na frontaria de varandas voltadas para o adro da Sé. Outra das reformas empreendidas nesta época disse respeito à remodelação das salas posteriores do antigo paço condal. A completar as obras do século XVII está a ampliação do corpo da capela-mor, durante o governo do bispo D. João de Melo (1673-1684), fixando a fisionomia actual da catedral.

A partir do momento em que a revista *Beira Alta* foi editada, desde cedo o mistério sobre a edificação da Sé, e o modo como aquele espaço cresceu, e como em torno dele se formou uma cidade, foi a pergunta que ao longo dos anos, os sucessivos autores, cada um à sua maneira, tentou dar resposta e que nós agora vamos passar em revisão.

Ainda na década de quarenta do século XX e no rescaldo da publicação da primeira monografia sobre a catedral, o sentimento nostálgico do primitivo templo ganhou adeptos, coincidindo com as primeiras obras de restauro levadas a cabo pela DGEMN. Nessa ocasião foi colocada a descoberto a porta de entrada para o actual baptistério, obra do bispo D. João Vicente (1444-1463), em que Lucena e Vale enaltece a grandeza

---

<sup>76</sup> *Idem, ibidem...*, p. 22.

<sup>77</sup> *Idem, ibidem...*, p. 24.

dos “homens desse tempo, embora seduzidos pela novidade do labor à romana nessa hora alta do renascimento, devem ter sentido que seria criminoso destruir essa formosura de Antanho, relíquia do passado que para eles já era o velho portal românico de construção primitiva”<sup>78</sup>.

Anos mais tarde, Lucena e Vale, ao analisar as referências de Viseu na documentação medieval, concluiu que no século VI a cidade era sede diocesana sob a governação de Remissol<sup>79</sup>. A partir da documentação consultada e da confirmação do foral de D. Afonso II do ano de 1217, Lucena e Vale cria a teoria que em tempos remotos a cidade de Viseu se distinguiu entre cidade velha – *civitas veteris* – e, cidade nova. Para consolidar esse pensamento socorre-se da teoria conjecturada por Amorim Girão no início do século, quando propôs a existência de dois núcleos urbanos: o núcleo da Regueira e o morro da Sé.<sup>80</sup>

No entanto sendo o morro da Sé o ponto dominante da colina, naturalmente deveria ser em torno dele ou sob a sua guarda vigilante que ali se desenvolveria um aglomerado populacional. Lucena e Vale admite a possibilidade da primitiva cidade romana, ao expandir-se para fora do núcleo castrejo e ao descer às terras fundas do sopé do monte, preferisse construir as suas habitações na vertente voltada a nascente correspondendo ao lado da Regueira. Perante isto, este autor concluiu que a vertente da Regueira corresponde na verdade à cidade velha referenciada pelos documentos.

Na década de sessenta Alexandre Alves publicou um valioso estudo onde explana todas as obras sofridas pela Sé nos séculos XVII e XVIII<sup>81</sup>. Nesse sentido e durante a vacância do século XVIII iniciou-se uma série de obras marcantes para a fisionomia do templo que se prolongaram até ao começo do século XX. Talvez seja necessário destacar algumas delas para posteriormente, na devida altura ao desenvolvermos o capítulo dedicado às intervenções da DGEMN, percebermos qual o contexto da sua operação.

Neste período o templo e o claustro conheceram um novo pavimento, construiu-se um novo baptistério, sendo necessário abrir no vão da parede, uma porta que comunicasse com o claustro. As capelas colaterais de S. João e de S. Pedro eram muito

---

<sup>78</sup> Cfr. VALE, A. de Lucena e - “Viseu Antigo”. *Beira Alta*. 8-1/2, (1949), 108.

<sup>79</sup> Cfr. VALE, A. de Lucena e - “A menção de Viseu nos documentos medievais”. *Beira Alta*. 15-2/3, (1956), 125-135.

<sup>80</sup> *Idem, ibidem...*, p. 128.

<sup>81</sup> Cfr. ALVES, Alexandre - “Elementos para um inventário artístico da diocese de Viseu”. *Beira Alta*. 20-1, (1961), 57-100.

baixas e os respectivos arcos não se encontravam em proporção em relação ao da capela-mor reformada por D. João de Melo (1673-1684). Por isso, a altitude dos arcos foi elevada à semelhança da capela-mor e procedeu-se ao abobadamento das mesmas capelas. Nelas foram também rasgadas frestas para uma maior absorção de luz.

O retábulo do altar-mor foi removido para o topo norte do braço do cruzeiro e substituído por um novo e fizeram-se de novo os altares colaterais de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Ana. O cadeiral do coro da capela-mor foi retirado e substituído por um outro semelhante ao da Sé do Porto. Algumas das cadeiras do antigo cadeiral foram aproveitadas para servirem de assentos no claustro<sup>82</sup>.

No momento da reedificação das bases das colunas foi necessário remover o púlpito, no corpo da igreja, do lado da epístola, transferido posteriormente para a igreja de S. Martinho.

Nas escadas do coro viradas para o paço dos Três Escalões construiu-se uma casa para os clérigos guardarem, em armários próprios, as suas murças, sobrepeliças e breviários. Por último no espaço conotado como pertencente à residência de S. Teotónio foi aberta uma porta encimada por um nicho e rebocada a frontaria e o interior.

Novamente na década de setenta, Lucena e Vale brinda-nos com mais uma reflexão sobre a arquitectura que compõe a colina da Sé. Desta feita, manifesta interesse em relação ao castelo romano presente no morro e que serviu durante largos períodos de refúgio tanto a tropas sarracenas como a tropas cristãs<sup>83</sup>. No seu entender reporta ao período muçulmano a eventualidade da construção desta fortaleza ou castelo, e argumenta a sua tese com base nos documentos medievais encontrados no arquivo do cabido<sup>84</sup>. Como verificamos anteriormente, alguns autores mencionam a existência de uma posição fortificada no morro da Sé durante o período muçulmano. Lucena e Vale recorre portanto a Botelho Pereira como o principal responsável pela criação da ideia da fortaleza romana, e imputa a Francisco Manuel Correia a responsabilidade de traçar uma tipologia de planta para a fortaleza, justificando deste modo a razão da existência da estrutura militar. Sobre a fortaleza, a investigação de Manuel Alvelos veio consolidar esta tipologia de planta ao revelar com base documental a existência do referido pano de

---

<sup>82</sup> Para uma melhor interpretação da reestruturação dos retábulos e das capelas da Sé de Viseu Cfr. EUSÉBIO, Maria de Fátima – *A talha Barroca na diocese de Viseu*. 3 vols. Porto: Edição de Autor, 2005; EUSÉBIO, Maria de Fátima – *Retábulos joaninos no concelho de Viseu*. 3 vols. Porto: Faculdade de Letras, 1998.

<sup>83</sup> Cfr. VALE, A. de Lucena e - “O castelo Romano de Viseu”. *Beira Alta*. 30-2, (1971), 215-226.

<sup>84</sup> *Idem, ibidem...*, p. 215.

muralha que cortava ao meio o actual adro e constituía a face poente do quadrilátero pertença da primitiva fortaleza<sup>85</sup>.

Nesta mesma década foi retomado o debate sobre as origens da cidade de Viseu, surgindo agora um novo interveniente: Orlando Ribeiro<sup>86</sup>. Este autor defende o desenvolvimento da cidade no castro natural radicado no morro da Sé, não sendo a Regueira na pretensa origem de Viseu mais do que um arrabalde. E acrescenta que a cidade só conheceu uma ascensão urbana quando foi sede de uma diocese suevo-visigótica e centro de um território da reconquista. E para concluir deixa em suspenso a questão se a fortaleza, tantas vezes expugnada por mouros e cristãos, era ainda o castelo romano ou alguma reformulação e ampliação dos muros que abrigaram a Sé da diocese sueva e visigótica, da pequena cidade muçulmana, da Reconquista e dos primeiros séculos da monarquia portuguesa.

Para concluir esta revisão sobre alguns dos mais proeminentes títulos da *Beira Alta* terminamos com a análise de António Cruz<sup>87</sup>. Para este investigador a produção historiográfica anterior ao século XIX mais não pode do que apresentar-nos uma construção mítica para o problema das origens de Viseu. Aponta o dedo à falta de intervenções arqueológicas de forma a tornar esclarecedor a génese da Sé e dos edifícios da colina.

Suporta a teoria desenvolvida por Orlando Ribeiro ao reafirmar a continuidade temporal no povoamento no castro viseense, e se alguma vez ele foi interrompido, rapidamente foi reatado sem que dessa descontinuidade nos tenha chegado qualquer testemunho. E mais importante que tudo, procede a uma interpretação e correcção da designação proposta por Francisco Manuel Correia para a fortificação, de romana, classifica-a agora como românica, tendo em conta as siglas riscadas na torre sudeste do complexo arquitectónico. Para terminar levanta a questão se porventura era possível a existência de duas estruturas fortificadas tão próxima uma da outra como era a cava e a fortificação da colina da Sé.

---

<sup>85</sup> Cfr. ALVELOS, Manuel - "Monumentos antigos de Viseu I – As muralhas da Sé e o Convento de Jesus". *Beira Alta*. 7-4, (1948), 331-335.

<sup>86</sup> Cfr. RIBEIRO, Orlando - "Ainda em torno das origens de Viseu". *Beira Alta*. 30-4, (1971), 437-443.

<sup>87</sup> Cfr. CRUZ, António de Carvalho da - "Em torno das origens de Viseu (notas arqueológicas)". *Beira Alta*. 45-1/2, (1986), 145-180.

## 2.6. Últimos Avanços Historiográficos

Perante tudo isto, convém agora fazermos um ponto de situação sobre as investigações levadas a cabo na última década do século XX de modo a esclarecer a evolução do complexo arquitectónico onde foi edificada a catedral viseense.

As escavações arqueológicas pelas quais António Cruz clamava há alguns anos atrás, surgiram na transição da década de oitenta para noventa e o primeiro alvo foi a praça D. Duarte. Sob a responsabilidade do arqueólogo João Luís Inês Vaz as escavações efectuadas junto do muro e da torre sudoeste do complexo arquitectónico da catedral vêm revelar importantes dados capazes de constituir de forma mais detalhada a história deste espaço. Os trabalhos culminaram com o aparecimento do que tudo indica ser uma basílica paleocristã, constituída por três absides de arco ultrapassado, sendo que a central se destaca das demais. Segundo esse arqueólogo, esta construção terá sido erigida com o reaproveitamento de materiais da época romana visíveis nos cunhais da estrutura<sup>88</sup>. Exterior às absides foi identificado um muro, talvez pertencente à casa do guarda existente naquele local até à década de trinta do último século.

Em 1989, no ângulo nordeste com o decorrer de novas escavações arqueológicas foi identificado um lajeado, eventualmente relacionado com uma torre árabe existente no local, no entanto, após o seu desmantelamento em circunstâncias ainda por apurar os silhares integraram a muralha construída durante a Idade Média. De seguida em 1991, em nova campanha arqueológica, numa zona fronteira à basílica, um pouco mais para o interior da praça D. Duarte, colocou-se a descoberto um forte muro marcando a divisória entre a basílica e a necrópole também aí encontrada.

Todavia alguns dos mistérios sobre a origem de Viseu começou a ser desvendado, desde logo a começar pela toponímia que ocupou durante muito tempo os investigadores. As obras levadas a cabo recentemente pela empresa Archeoje, perto do Adro da Sé culminaram com o aparecimento de uma ara datada de meados do século I d. C. Na ara está gravado o nome do povoado pré-romano designado de *Vissaium*<sup>89</sup>. A isto devemos juntar também a confirmação da existência de um castro no morro da Sé, através da recuperação de vestígios datados do século IV a. C, portanto pertencentes à Idade do Ferro.

---

<sup>88</sup> Cfr. RAPOSO, Luís e VAZ, João L. Inês - *Por terras de Viriato. Arqueologia da região de Viseu*. Viseu: Governo Civil – MNA, 2000, p. 183-184

<sup>89</sup> Cfr. “O nome de Viseu”. *National Geographic*. Maio de 2009.

No entanto, o período compreendido sensivelmente entre os finais da ocupação romana e o início da alta Idade Média continua para a historiografia viseense envolta em alguma incerteza. Num trabalho por nós apresentado à Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais tentámos conhecer e compreender a dinâmica da ocupação da colina da Sé durante os inícios da alta Idade Média<sup>90</sup>. Para tal, socorridos da bibliografia mencionada nos pontos anteriores e com base em fontes medievais somos capazes de adiantar uma hipótese de como seria a fortificação romana descrita por Manuel Botelho Pereira ou Lucena e Vale.

Um aspecto relacionado com a história da cidade ainda por estudar corresponde à presença muçulmana na cidade. Como nos referiu Manuel Botelho Pereira na sua crónica, a cidade esteve cerca de século e meio sob domínio árabe, portanto, onde residem os vestígios dessa ocupação? A arqueóloga e investigadora Helena Catarino associa fragmentos de cerâmica encontrados nas escavações realizadas nas obras de remodelação do Museu de Grão Vasco, ao período Califal e aos reinos das taifas, correspondendo *grosso modo* aos séculos X e XI<sup>91</sup>. Ainda assim, sublinha que continua por elaborar uma análise de outros vestígios apurados para os inícios da conquista muçulmana, durante o século VIII e a presúria cristã de meados do século seguinte. Na continuidade deste seu estudo Helena Catarino realça ainda as campanhas dirigidas por Almansor a partir de Viseu, entre 988 e 997 contra Leão, Astorga e Santiago de Compostela<sup>92</sup>. Tudo isto concorre para corroborar a importância estratégica de Viseu do ponto de vista defensivo, talvez por esta cidade reunir as condições militares necessárias para acolher significativos contingentes.

Seguindo a etimologia, “alcácer” descrita na documentação medieval, somos conduzidos para um termo de origem árabe designativo da presença de um palácio ou cidadela fortificada. Sobre a fortificação de Viseu escreveu Francisco Manuel Correia quando nos apresenta uma tipologia de planta quadrangular com as suas quatro torres nos ângulos. Com efeito, estabelecemos uma relação com este período a partir da etimologia e tipologia de planta acima referida. Convém ter em conta que, desde meados do século IX, para além de reconstruções urbanas e fundações de cidades se

---

<sup>90</sup> Cfr. ALVES, Carlos Filipe Pereira – “A evolução arquitectónica de um espaço de múltiplas funções: O Alcácer e o Castelo de Viseu (século XII-XIV)”. In *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. Coimbra: SPEM, 2009 (no prelo).

<sup>91</sup> Cfr. CATARINO, Helena - “Notas sobre o período islâmico na marca inferior (Tagr al-Gharbí) e as suas escavações na Universidade de Coimbra”. In, *Muçulmanos e cristãos entre Tejo e o Douro (séculos VII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal, 2005, p. 199-203.

<sup>92</sup> *Idem, ibidem...*, p. 200.

começam a construir diversos castelos, mediante as influências orientais sírio-palestinianas e bizantinas do norte de África, adquirindo uma tipologia de planta quadrangular ou rectangular<sup>93</sup>.

Todavia, o mais recente estudo sobre arquitectura militar do período islâmico elaborado por António Filipe Pimentel, revela-nos ter estado o alcácer da cidade de Coimbra no local onde hoje se encontra o Paço das Escolas da Universidade<sup>94</sup>. Na sua planimetria a construção de Coimbra apresenta uma vasto quadrilátero quase regular provido de torres circulares. Sendo possível estabelecer uma filiação em relação a uma tipologia particular de palácios fortificados do Próximo Oriente de planta quadrangular.

Na Península Ibérica a introdução do modelo de planta quadrangular terá tido a sua proveniência em Mérida, por volta de 835, durante o reinado de Abderramão II. Este modelo foi sucessivamente aplicado a uma escala reduzida nos castelos de El Vacar e Trujillo enquanto em solo luso o castelo velho de Alcoutim e o castelo das Relíquias são o exemplo da adopção deste tipo de planta.

Todos estes estudos concorrem para o reforço da ideia da presença de um núcleo muçulmano em Viseu, não só pelos vestígios identificados por Helena Catarino, mas também pelo termo de comparação que o Alcácer de Coimbra constitui, como sendo até ao momento o caso mais bem estudado da região centro.

A possível transformação do Alcácer de Viseu processou-se a partir do momento que a cidade foi reconquistada aos muçulmanos, em 1058. A metamorfose do alcácer viseense deve-se aos condes D. Henrique e D. Teresa por dada a edificação da catedral como já foi adiantado por Maximiano de Aragão e Amorim Girão. No entanto encontramos-nos, agora em condições de avançar com outro dado e que está directamente relacionado com o castelo da cidade de Viseu, sendo que a primeira referência escrita, data de 1188. Questiona-se sem grande precisão a sua localização, a sua forma e a sua origem, mas agora uma correcta interpretação das fontes documentais permitem esclarecer esta situação.

A presença dos condes D. Henrique e D. Teresa em Viseu durante a primeira década do século XII foi o motor de arranque para uma revolução arquitectónica, desde logo com a edificação do castelo. Este acompanha o advento das fortificações

---

<sup>93</sup> Cfr. CATARINO, Helena - *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados*. 3 vols. Coimbra: Faculdade de Letras, 1997, p. 60.

<sup>94</sup> Cfr. PIMENTEL, António Filipe - "O Alcácer de Qulumryya". In *A Morada da Sabedoria*, Coimbra: Almedina, 2005, p. 133-186.



românicas que devido às suas características foram concebidas para uma “defesa passiva”, em substituição dos castelos roqueiros de acentuada fragilidade dada a constituição dos seus materiais<sup>95</sup>.

O final do século XII e a primeira metade da centúria seguinte constituíram um período crucial na definição tipológica da arquitectura militar. Por esta altura surgem as primeiras soluções góticas, baseadas no conceito de defesa activa<sup>96</sup>. O castelo vai ser dotado de uma estrutura que permitia um contra-ataque em segurança e uma maior resistência aos cercos. Em Portugal só a partir do reinado de D. Afonso III se verificará a assimilação destas novidades, sendo concretizadas apenas com D. Dinis na reforma das estruturas defensivas do reino realizada com particular incidência entre os anos de 1290 a 1310<sup>97</sup>.

As alterações estruturais passaram por um reforço das portas, agora enquadradas por dois torreões e pela multiplicação de torres ao longo do pano de muralha. Talvez a principal inovação resida na colocação da torre de menagem, que através do conceito de defesa activa se converte num dispositivo solidário no conjunto em que se integra, deslocando-se para junto da muralha e aproximando-se das zonas onde a defesa era mais sensível e difícil.

A construção do castelo viseense foi necessária para a consolidação da defesa do território. Os condes estabeleceram-se em Viseu porque a fronteira estava localizada perto das margens do Mondego e a adversa conjuntura sócio-política encontrada em Coimbra pelo conde D. Henrique devido à forte contestação moçárabe materializada posteriormente, em 1111 na revolta coimbrã, devido à pretensão em introduzir as reformas francas, fez com que encontrasse em Viseu um reduto pacificado, e em virtude da posição geográfica desta cidade, e da anterior presença das cortes Asturiano-Leonesas foram factores determinantes para D. Henrique escolher esta cidade para albergar a sua corte perto do final da sua governação<sup>98</sup>.

---

<sup>95</sup> Cfr BARROCA, Mário Jorge - *Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séculos XI e XII)*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1991, p. 9.

<sup>96</sup> Cfr. BARROCA, Mário Jorge - “Arquitectura militar”. In *Nova história militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol 1, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, p. 116.

<sup>97</sup> *Idem, ibidem...*, p. 117.

<sup>98</sup> Cfr. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – “*Viseu em tempos fundacionais: Do governo condal ao reino de D. Afonso Henriques (1096-1185)*”. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional “Afonso Henriques 900 anos depois” em Setembro de 2009.

As estruturas defensivas existentes na cidade deviam estar muito debilitadas pelas vicissitudes da Reconquista, portanto, a construção do castelo tornou-se prioritária, isto porque o espaço fora entretanto ocupado pela Sé e paço condal e a cidade não possuía uma cerca para a defesa de um local tão importante como passou a ser a colina.

Outro factor que pode concorrer para a construção do castelo está directamente relacionado com as recém criadas circunscrições – as terras – de dimensões mais reduzidas que as suas antecessoras, as civitates, e o conseqüente aumento da importância de algumas estruturas fortificadas, como foi o caso de Viseu. A existência de uma fortificação, que fora reaproveitada para a construção do paço condal e da catedral, imprimiu uma nova funcionalidade ao espaço. A edificação do castelo vai alcançar um papel preponderante para a defesa do interior do território português numa localização de nordeste para sudoeste, de modo a proteger o território de uma incursão proveniente de leste ou do sul, constituindo a par de outras, a linha mais exterior de três que defendiam o território<sup>99</sup>. Mais interessante ainda é verificar como se encontrava o castelo viseense rodeado de fortificações, aquilo a que Miguel Martins chama de sistemas defensivos “locais” e “regionais” estruturados em linhas de detenção ou redes, vocacionadas para a defesa dos principais centros urbanos do reino<sup>100</sup>. Neste caso, Viseu afirmava-se nos inícios do século XII como um centro urbano de importância relativa, e a proteger a cidade encontravam-se os castelos de Penedono, Trancoso, Sernancelhe, Aguiar da Beira, Penalva, Tavares, Besteiros e Santa Comba. Porém, a maioria destas estruturas foi desmantelada porque a sua importância estratégica foi enfraquecendo à medida que o avanço da Reconquista se efectuou.

A documentação medieval contribui no entanto para enriquecer a pouca informação sobre o castelo. Em 1370, e no contexto da primeira guerra Fernandina, sabemos ter D. Fernando doado ao concelho da cidade o alcácer e o castelo para que fossem reparados com intenção de prover a sua defesa, à qual o concelho alegou não o poder fazer por si só, porque a “see da dicta cidade e em hum com o dicto castello”<sup>101</sup>. No ano seguinte sabemos da pressão do concelho junto do cabido da Sé, para este

---

<sup>99</sup>Cfr. MARTINS, Miguel Gomes- «*Para Bellum*», *organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*. Coimbra: FLUC, 2007, p. 395-396.

<sup>100</sup>*Idem, ibidem...*, p. 396-397.

<sup>101</sup> Cfr. ALVES, Carlos Filipe Pereira – “A evolução arquitectónica de um espaço de múltiplas funções: O Alcácer e o Castelo de Viseu (séculos XII-XIV)”. In *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. Coimbra: SPEM, 2009 (no prelo).

contribuir com os seus benefícios e bens eclesiásticos no sentido de procederem à reparação dos muros do castelo cedido por D. Fernando.

No reinado de D. João I, no ano de 1392, a documentação refere a doação do rei à Sé do castelo “que agora é derribado” para no adro se fazer um cemitério<sup>102</sup>.

Na mesma data o rei de *Boa Memória* concede ao bispo D. João Homem (1391-1425) “a torre grande que sta junto com a see” para nela ser feito o aljube<sup>103</sup>.

Para finalizar, em 1434 durante o reinado de D. Duarte surge documentação que nos ajuda a esclarecer quanto à localização da fortificação, ao referir a existência de um muro e alicerces em frente da porta da Sé “onde soya estar o castelo”, assim como da porta do miradouro parte outro alicerce para o mesmo<sup>104</sup>. Isto permite ter a percepção da configuração desta estrutura que se estendia sensivelmente para o Adro da Sé.

Hoje em dia nada resta da fortificação a não ser a torre de menagem que sobreviveu graças à sua adaptação a aljube eclesiástico. Contudo, o seu desaparecimento justifica-se pelo facto referido anteriormente e que diz respeito à crescente perda de importância da estrutura na organização do território, assim como, pelo total alheamento da Coroa na manutenção dessa estrutura, uma vez acrescida à anarquia causada pelas guerras fernandinas conduziu ao inevitável derrube do castelo<sup>105</sup>.

Ainda antes de encerrarmos este capítulo convém destacar a questão relacionada com os claustros da catedral. Já Francisco Manuel Correia conjecturava sobre a existência de um claustro na parte norte do complexo, demolido para a construção da sacristia edificada por D. Jorge de Ataíde (1568-1578). Hoje é possível validar a teoria de Francisco Manuel Correia, através dos dados apresentados por Anísio Miguel de Sousa Saraiva onde revela ter existido pelo menos desde 1296 um claustro reservado aos bispos, no alçado norte do templo. Enquanto no lado oposto da Sé Românica localizava-se o claustro reservado aos cónegos, que sob o patrocínio do bispo D. João Homem I (1333-1349) entrega, ao mestre João de Lamego, em 1314, a responsabilidade de edificar um novo claustro<sup>106</sup>.

---

<sup>102</sup> *Idem, ibidem...*

<sup>103</sup> *Idem, ibidem...*

<sup>104</sup> *Idem, ibidem...*

<sup>105</sup> Cfr. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa - “Viseu no rasto da guerra: dos conflitos Fernandinos à paz definitiva com Castela”. In *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. Coimbra: SPEM, 2009 (no prelo).

<sup>106</sup> Cfr. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa - “A Sé um templo em transformação”. In *Monumentos de Escrita. 400 Anos de História da Sé e da Cidade de Viseu (1230-1639)*. Roteiro da exposição. Viseu: IMC/MGV, 2008, p. 39.

Portanto, como verificamos já é possível reunir um significativo conjunto de dados que permitem o apuramento da origem deste monumental complexo arquitectónico onde se inseriu a catedral, sendo estes dados apenas o princípio do fio do gigantesco novelo.

### **3. A DGEMN no Processo de (des)Construção da Sé de Viseu**

#### **3.1. As Reparações do Século XIX e os Primeiros Registos da 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas-Artes**

As primeiras obras de beneficiação arquitectónica da Sé foram realizadas no último quartel do século XIX, sendo que, para o século XX ficaram reservadas as intervenções a cargo numa primeira fase da AGEMN e, posteriormente, até à constituição da DGEMN, da 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas-Artes.

Como ficou esclarecido anteriormente, aquando da análise dos estudos desenvolvidos por Maximiano Aragão, as primeiras reparações realizadas na catedral de Viseu remontam a 1875<sup>107</sup>. Pese embora não tenhamos encontrado nenhum documento a atestar estas intervenções, restam-nos os apontamentos recolhidos por aquele investigador, onde regista o acontecimento de que, porventura, foi coetâneo.

Com efeito, a veleidade e o empenho do deputado Luís de Barros Coelho e Campos permitiu a disponibilização da verba de três contos de reis para a realização de algumas reparações da catedral, sem contudo descrever quais as patologias corrigidas. As obras recaíram principalmente sobre as casas do tesouro *Velho e Novo*, a sacristia, a sala capitular, o arquivo do cabido, o órgão da Sé, as portas e as ameias, o telhado e armações, enquanto a abóbada de nós foi desentulhada, visto existir um imenso peso sobre esta, dada a quantidade de depósito ali acumulado; e, por fim, o claustro foi ladrilhado com granito.

---

<sup>107</sup> Cfr. ARAGÃO, Maximiano Pereira da Fonseca e – *Viseu: instituições religiosas...*, p. 473.

Portanto, o último quartel do século XIX define o curso das intervenções no templo viseense, pois contribuiu de forma significativa para a sua inserção num ciclo irreversível de obras respeitantes a remodelações e reparos, culminando com o aparecimento dos vestígios primitivos da catedral. E disso nos deu conta Francisco de Almeida Moreira na sua *imagem de Viseu*, quando em 1919 iniciou o trabalho de remoção da cal das paredes do templo, desencadeando a descoberta do portal sul da catedral.



No seguimento da descoberta do portal (fig. 1), a Direcção-Geral de

Fig. 1 – Portal sul depois da sua desobstrução. DGEMN

Belas-Artes, a 8 de Janeiro de 1921, por intermédio do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição, pede ao Ministério das Obras Públicas a elaboração de um orçamento para a conclusão das obras de desobstrução do “pórtico românico ogival descoberto pelo director do Museu de Grão Vasco numa parede da Sé de Viseu”, justificando que estas obras foram inspeccionadas, a pedido do Conselho de Arte e Arqueologia, pelo arquitecto Silva Pinto, que emitiu um parecer positivo à continuidade das mesmas por constituir um benefício para a igreja<sup>108</sup>.

Prontamente o engenheiro-adjunto Francisco de Mello, da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, procede à disponibilização de 4.982\$00 correspondentes ao restauro do portal, “afim de evitar um possível desabamento”<sup>109</sup> e de maneira a terminar quanto antes a reintegração arquitectónica. A capitanear todo este processo de recuperação encontrava-se Francisco de Almeida Moreira, na qualidade de correspondente do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição em Viseu, que de uma forma pertinente alertava para os reparos necessitados pela catedral.

<sup>108</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx. 2981; Pasta 335; Ofício n° 249 de 8-1-1921.

<sup>109</sup> *Idem, ibidem...*, ofícios n°. 5 de 12-01-1921; n°. 46 de 19-02-1921.

Aparentemente concluído o processo de restabelecimento do portal sul, depressa se avizinharam novos problemas no edifício, desta feita relacionados com a capela do Calvário e de Nosso Senhor dos Passos no claustro. Em 1925 a catedral revelava outras debilidades tais como a urgente necessidade de reparação dos telhados da capela-mor (fig. 2) da Sé e das absides,



Fig. 2 – Telhado da capela-mor antes do restauro. DGEMN

sendo dotada de um orçamento de 4.878\$00 para proceder à reparação dos rebocos e refechamento de juntas das paredes e abóbadas das paredes anexas, assim como corrigir os telhados e respectiva armação da capela-mor e laterais, bastante danificadas<sup>110</sup>.

O estado de conservação apresentado pelos telhados era ruinoso, com evidente prejuízo para o edifício, pois as águas das chuvas infiltraram-se nas abóbadas e estavam a danificar a pintura do tecto da capela-mor, a desarranjar o cadeiral e os painéis de talha que o coroavam: aliás toda a talha das capelas laterais de S. Pedro e Santa. Isabel encontrava-se em sério risco, sendo necessária a realização de um novo orçamento para satisfazer as obras necessárias à recuperação destes espaços<sup>111</sup>.

Entretanto, nos alvares de 1927 a catedral conheceu no seu conjunto as primeiras obras de restauração programáticas colocando de lado as pontuais reparações, como se verificava até então. Deste modo o mestre pedreiro Manuel Barros, sob a aprovação do arquitecto Adães Bermudes, compromete-se a executar o enchimento em cantaria do vão localizado na parede do evangelho e a desobstruir uma rosácea por cima do referido vão, assim como a conclusão da parte superior, por sua vez mutilada. Ainda na capela do Senhor dos Passos, foi realizada a desobstrução de um portal e rasgada uma janela para uma melhor acessibilidade e luminosidade da capela, e realizou-se também, a remoção da guarnição de madeira do altar. Para concluir este ciclo de obras executaram-se trabalhos de restauração no fecho da abóbada em granito<sup>112</sup>.

<sup>110</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º. 3927 de 9-06-1925.

<sup>111</sup> *Idem, ibidem...*, expediente n.º. 17 de 7-08-1926.

<sup>112</sup> *Idem, ibidem...*, contrato de execução de obra; 22-12-1926.

Logo no ano seguinte, as principais interferências na constituição arquitectónica do templo estiveram directamente relacionadas com o travejamento do telhado da galeria das ameias numa tarefa de ajuste particular com António Baptista da Silva<sup>113</sup>.

Em conclusão, no último quartel do século XIX surgem as primeiras intervenções no templo, graças à sensibilidade do deputado Luís Barros de Coelho e Campos, através da disponibilização de verbas para a recuperação das patologias da Sé, mas foi sob a orientação e intervenção da AGEMN e com Francisco de Almeida Moreira a ter um papel decisivo no processo de restauração do templo, que este processo iniciado ainda no século XIX ganharia um novo ritmo e uma outra visibilidade no século XX.

### 3.1.1. “O Vandalismo de Viseu”

Assim ficou designada pelo Ministro da Instrução a medida tomada pelo Ministério da Guerra, atinente a instalar uma estação telegráfica na Sé de Viseu, servindo-se das torres do monumento para suportar as antenas.

Porém, antes da notícia chegar ao gabinete do Ministério da Instrução mais uma vez Francisco de Almeida Moreira levantou a voz contra o “acto de vandalismo” que estava prestes a ser perpetrado na cidade, através de uma carta endereçada à 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas-Artes. Nela invoca a sua qualidade de vogal correspondente do Conselho de Arte e Arqueologia, para manifestar o “mais profundo desgosto” perante a intenção do Ministério da Guerra em mudar o posto de telegrafia para “o primeiro pavimento do edifício do colégio” (actual museu de Grão Vasco) ficando as respectivas espias das antenas nas torres da catedral. Considera mesmo ilegal a atitude do Ministério da Guerra, ao utilizar monumentos classificados para estes fins e, ao mesmo tempo, ignorar os avisos e a existência do Conselho de Arte e Arqueologia na hora de tomar uma decisão<sup>114</sup>.

Lançado o alerta por parte de Almeida Moreira, a ele juntou-se o Ministério da Instrução ao considerar que as obras acarretavam um claro “prejuízo material e estético dos monumentos”, visto que o Ministério da Guerra, ao ter efectuado a compra de um

---

<sup>113</sup> *Idem, ibidem...*, contrato de execução de obra; 25-01-1928.

<sup>114</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º. 305; 24-03-1927.

terreno, precisamente à tutela da Instrução, no alto da Via-Sacra para a instalação daquele posto, não encontrou uma justificação plausível para a instalação das antenas na colina da Sé<sup>115</sup>.

Todavia a opinião de Adães Bermudes, enquanto director da 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas-Artes, não se fez esperar, ao advogar a posição do Ministério da Instrução, isto porque a instalação das comunicações estava a “causar graves prejuízos nos Monumentos Nacionais”<sup>116</sup>. Adães Bermudes adianta ainda que os telhados dos monumentos foram convertidos em “logradouros públicos”, e que ao “longo das cimalhas cresce uma estranha floresta de pontaletes carregados de fios que convergem de todos os lados para enlear desagradavelmente o edifício”; enquanto isso, as torres eram transformadas em suportes de antenas e, quando “açoitadas pelo vento, imprimem à construção uma vibração permanente que desagrega os materiais”<sup>117</sup>. Conclui o director da 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas-Artes, que sobre a intenção do Ministério da Guerra em levar adiante a instalação das antenas de comunicação, que, a despeito do ponto de vista económico, ser mais “cómodo e barato”, se tornava contudo, “indecoroso”, pois em parte alguma se consentiria tal acto, por prejudicar “a beleza e segurança do monumento e deturpa o seu carácter e significado histórico”<sup>118</sup>.

A resposta do exército foi objectiva, realçando o facto de as estações transmissoras se instalarem no piso esquerdo do rés-do-chão do pátio do Governo Civil, sob a biblioteca do edificio do colégio, e somente se utilizar uma das torres da catedral, em comunhão com a torre da Igreja da Misericórdia sua fronteira. Conclui que todo este trabalho de instalação de cabos e antenas não alterava “em nada o aspecto exterior do edificio”, antes pelo contrário, através da disposição e conforto do espaço interior iriam “ornamentar condignamente as dependências que lhe estão destinadas”<sup>119</sup>.

Mesmo após toda esta manifestação contra a instalação das comunicações no edificio da Sé, o Ministério da Guerra seria intransigente e prosseguiria com o processo de instalação das antenas, e disso daria conta o telegrama enviado por Almeida Moreira,

---

<sup>115</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º. 271; 31-03-1927

<sup>116</sup> *Idem, ibidem...*, parecer de Adães Bermudes; 1-04-1927.

<sup>117</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>118</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>119</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º. 208/7; 31-03-1927.



em Abril, a Adães Bermudes, a solicitar providências imediatas, pois as obras estavam prestes a arrancar já com a “apresentação do pessoal”<sup>120</sup>.

No verão de 1927, o Ministro da Instrução Pública autorizaria o acabamento da instalação das antenas telegráficas, embora manifestem a contrariedade em autorizar tal situação, por “entender que os nossos velhos monumentos não devem ser utilizados como mastros”<sup>121</sup>.

Todavia o acontecimento relativo à instalação das antenas de comunicação para servirem o exército, somente viria a conhecer o seu *terminus* aquando da vigência da DGEMN, corria o ano de 1933, por estas causarem manifestamente má impressão e transmitirem um aspecto desagradável ao edifício, seriam removidas para um outro edifício já construído para esse efeito<sup>122</sup>.

Em conclusão, as intervenções oitocentistas levadas a cabo em alguns dos monumentos medievais portugueses como foram o caso do Mosteiro dos Jerónimos ou das Sés de Coimbra e Lisboa, embora já se encontrassem imbuídas numa actividade teórica e prática do restauro desenvolvido em território português, assumem um carácter predominantemente revivalista e os momentos relacionados com a actividade de restauro revestem-se geralmente de depuração de objectos de forma a promover o regresso do monumento a um estado que se reputava primitivo<sup>123</sup>.

A situação seria bem diferente na Sé de Viseu. O estado da catedral nos inícios dos anos 20 era sintomática do abandono ao qual foi votada, e a necessidade de obras era vital para evitar a progressiva degradação facto, que ficou expresso na constante utilização do termo “reparação” surgido na documentação dos arquivos da DGEMN. Nesta primeira fase tornava-se necessário colocar termo a pequenas debilidades localizadas, que estavam manifestamente a afectar o templo. Só depois, quando os monumentos ficaram afectos à 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas-Artes, passou a ser utilizada a expressão “restauro”, aplicada no fechamento de um vão e na desobstrução de uma rosácea, sendo porventura estas as primeiras obras no sentido de devolver o edifício ao seu estado primitivo.

---

<sup>120</sup> *Idem, ibidem...*, telegrama de Francisco de Almeida Moreira para Adães Bermudes n.º. 534; 6-04-1927.

<sup>121</sup> *Idem, ibidem...*, Carta do Ministro da Instrução Pública ao Ministro da Guerra; 21-06-1927.

<sup>122</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 2581 de 17-02-1933.

<sup>123</sup> Cfr. TOMÉ, Miguel - *Património e restauro em Portugal...*, p. 30.

Por último, “o vandalismo de Viseu” constituiu um verdadeiro atropelo ao já de si frágil monumento, prontamente manifestado por Francisco de Almeida Moreira e Adães Bermudes, conscientes da noção de património e das necessidades de conservação da catedral. Mas a luta contra uma instituição de topo na hierarquia estatal, como era o Ministério da Guerra e a falta de uma legislação capaz de proteger os monumentos permitiram a prossecução desse projecto.

### **3.2. A Origem da DGEMN e a Execução dos Primeiros Trabalhos na Catedral**

O nascimento da DGEMN deve-se ao decreto nº 16791, de 30 de Abril de 1929, sob a dependência do Ministério do Comércio e Comunicações. Os funcionários desta instituição eram oriundos da 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas-Artes e ficaram incumbidos de visitar os monumentos e palácios para sugerir medidas necessárias à sua conservação. Os funcionários foram também responsáveis pela promoção e cooperação entre o Estado e as entidades particulares possuidoras de imóveis classificados em relação aos encargos a assumir.

Este organismo surge no preciso momento em que o regime tem o cuidado em definir com clareza e objectividade uma tipologia de nacionalismo, capaz de promover uma nova ordem, onde a identidade nacional surge fortalecida e assume o lugar de chefe de fila de um grupo que não possuía espaço para o individualismo liberal, onde a célula familiar seria a matriz para a solidificação do Estado<sup>124</sup>. O Estado Novo adopta o sistema corporativo como ideologia, de maneira a combater o individualismo, o liberalismo e o socialismo, e este sistema foi utilizado como um mecanismo para a conciliação dos conflitos económico-sociais, provenientes dos fragilizados governos precedentes ao Estado Novo.

Esta máquina, onde a imagem do poder foi o alicerce para transparecer um correcto funcionamento do país, encontrava no catolicismo os princípios catequizadores de uma ética e obediência exigida aos cidadãos por parte do Estado. Por conseguinte, na lógica do pensamento “Estadonovista” tornava-se necessário encontrar na arte uma filiação, elegendo o período artístico que melhor ilustrava o espírito corporativo

---

<sup>124</sup> Cfr. NETO, Maria João Baptista - *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*..., p. 140.

pretendido pelo governo para incutir na sociedade. António Sardinha (1887-1925)<sup>125</sup> consideraria a arte medieval como a mais indicada a preencher os propósitos do espírito corporativista, pois era “o fruto da acção colectiva das corporações de artesãos, impregnada de pureza, verdade e verosimilhança, feita em comunhão espiritual com Deus numa simbiose perfeita entre a forma e a beleza, para fruição e prazer da inteligência”<sup>126</sup>. Defenderia deste modo, a necessidade de restaurar os conceitos de arte e beleza, baseados agora nos preceitos medievais, para corrigir os contributos pagãos e sensualistas impostos por outros tempos históricos.

Embora seja estabelecida uma conexão entre a recuperação de valores histórico-sociais e os critérios de intervenção no património arquitectónico, na medida em que os monumentos eram considerados o espelho vivo desses valores e neles estava guardada a memória dos tempos, foi dado privilégio à reintegração estilística dos monumentos, na sua “concepção primitiva”, contribuindo para que os preceitos da unidade de estilo encontrassem, neste suporte ideológico, um incentivo para se instalarem e desenvolverem.

O engenheiro Henrique Gomes da Silva, director dos *Monumentos Nacionais*, seria bem claro ao traçar a política de intervenção desta instituição: “importava restaurar e conservar com verdadeira devoção patriótica os nossos monumentos nacionais para que eles possam influir na educação das gerações futuras; o restauro deve ser feito de modo a integrar o monumento na sua beleza primitiva expurgando-o de excrescências posteriores, e por fim, serão mantidas as construções de um estilo diferente desde que o seu valor artístico assim o justifique”<sup>127</sup>.

Deste modo, ao levarmos em consideração as palavras proferidas por Henrique Gomes da Silva verificamos que os primeiros momentos de acção da DGEMN, perante os monumentos portugueses, se regulavam por uma reintegração arquitectónica, com base na pureza de estilo, com o sacrificio de elementos de outras épocas considerados como atentados estéticos à harmonia dos edifícios. Os monumentos são intervencionados por representarem factos significativos da história portuguesa, em prejuízo do seu valor artístico e, principalmente, da sua vivência. O regime político

---

<sup>125</sup> António Maria de Sousa Sardinha (1887-1925) foi político, poeta e ensaísta, fundador da Revista de filosofia política *Nação Portuguesa* (1914) e foi o mentor e chefe do *Integralismo Lusitano* (1916). Após uma passagem pelo republicanismo, aderiu aos ideais nacionalistas, tornando-se um acérrimo defensor da monarquia. Estudioso do enquadramento de Portugal na Península Ibérica, em 1915 participou nas conferências dos integralistas na Liga Naval, onde fez uma exposição sobre o território e a raça.

<sup>126</sup> *Idem, ibidem...*, p. 142.

<sup>127</sup> Cfr. Boletim da DGEMN – *Igreja de Leça do Bailio*, nº 1, Setembro de 1935.

pretendia favorecer essa filosofia de actuação, de maneira a exhibir os testemunhos do passado de acordo com perspectivas históricas criteriosamente gizadas para servir a propaganda ideológica do Estado Novo.

A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais converte-se num dos estandartes do Estado, no exercício de recuperação do tesouro patrimonial da nação, essencial para o estabelecimento da nossa identidade, descuidada e vilipendiada pelos anteriores governos.

Perante tudo isto, seria neste cenário idealista criado pelo Estado Novo que a unidade de estilo se enraizou, optando por uma real reconstrução dos monumentos restaurados<sup>128</sup>. O estado primitivo de um edifício era o objectivo a alcançar no acto da intervenção, porque a sua origem remontava ao período que se pretendia exaltar; nesta lógica, os elementos susceptíveis de corromper a pureza do edifício são conotados com deturpações, as quais, na maior parte dos casos, se considera não possuírem qualquer qualidade artística e, mesmo ainda, qualquer significado histórico, por corresponderem a um período em decadência do passado nacional.

Miguel Tomé, todavia, que se dedicou ao estudo desta matéria, apresentar-nos-ia uma visão diferente sobre este conceito de unidade estilística e sua aplicação prática. Considera que, em determinados casos, a DGEMN não acatava o princípio de reintegração inventiva, pelo efectivo desconhecimento da parte a restaurar, podendo condenar o monumento a um falso carácter de antiguidade e qualidade histórica, não passando grande parte das intenções do projecto<sup>129</sup>.

Mediante a impossibilidade de alcançar o ideal de uma totalidade primitiva, aceitavam-se unidades estilisticamente diferenciadas, entendidas como materiais de

---

<sup>128</sup> Cfr. BOTELHO, Maria Leonor - *A Sé do Porto no século XX...*, p. 77.

<sup>129</sup> Cfr. TOMÉ, Miguel - *Património e restauro em Portugal...*, p. 36. Por outro lado este autor aponta uma série de condicionalismos que permitem a conservação dos elementos conotadas com a Época Moderna e concorrem directamente para a anulação da efectiva recuperação do estilo original. Passamos a destacar alguns desses aspectos, tais como a integridade construtiva - onde os acréscimos mantinham-se caso o seu estado de conservação fosse bom e, principalmente, se apresentassem materiais de construção de carácter nobre relacionados aos indispensáveis sinais de antiguidade. A integração formal - através da aceitação da *collage* que dependia de uma ideia subjectiva de ajustamento formal entre os diferentes estratos artísticos evidenciados pelo edifício. A aparência visual da obra, embora seja o resultado de diferentes categorias estéticas podia explicar a decisão restauradora. Exemplaridade artística - a manutenção do objecto dependia da sua qualidade artística. Por vezes, esta qualidade era responsável pela sua transformação em peça museológica, retirando-lhe a sua anterior funcionalidade. Qualidade didáctica - a manutenção podia depender igualmente do que se considerava fundamental à compreensão histórica e simbólica do edifício. Por último, a ocultação de elementos "primitivos", onde a manutenção não se realizava caso o elemento mais recente ocultasse outro de superior valorização. Era frequente o desmantelamento de retábulos e a destruição de volumes adossados e de portais para dar a conhecer pórticos ou vãos primitivos. Desta forma a restituição de elementos góticos limitou-se ao exterior e não foi global, evitando-se qualquer solução que implicasse a alteração do espaço interior.

construção com qualidade artística, desde que devidamente integrados na arquitectura medieval. A partir dessa matriz arquitectónica, as transformações modernas eram interpretadas como elementos passíveis de recomposição e alienação, de acordo com as exigências de organização formal definidas à partida no projecto de intervenção.

A recomposição de elementos da construção abarcava muitas das vezes os próprios elementos medievais, como os capitéis, os frisos e as colunas, que eram recoladas em novas posições, num completo desrespeito ou desconhecimento do seu relacionamento com a iconografia global.

A actividade de restauro arquitectónico neste período revestir-se-ia, anuí de um carácter prejudicial para o edifício, visto que, este adquiria uma interpretação totalmente diferente, transformando-se, como no caso das igrejas, numa simples sala, num espaço expurgado de grande parte dos objectos interiores seus característicos, onde cada elemento tinha sido o veículo de uma intencionalidade e assumia o signo de uma espiritualidade que aceitava o espaço litúrgico pouco iluminado e misterioso<sup>130</sup>.

Mesmo as mais simples operações de reparação ou restauração, comportam um acto de demolição e uma reconstrução que tornavam imprescindíveis a utilização e integração de elementos novos no edifício. O relacionamento entre o novo e o existente, condensado nos critérios de autenticidade histórica e material, determinava a formulação de princípios de acção que garantiam a necessária veracidade da operação.

A DGEMN encontrou na unidade estilística desenvolvida por Viollet-le-Duc a legitimação para a utilização de materiais modernos em substituição de peças degradadas, defendendo a semelhança entre cópia e original de modo a que os novos materiais se fundissem na

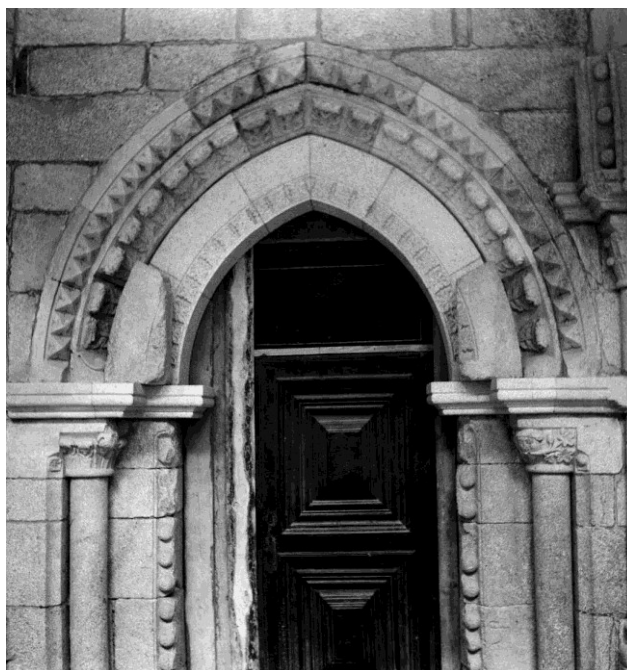


Fig. 3 – No portal de acesso ao baptistério localizado no claustro é comparado o resultado final do restauro com os achados efectuados durante a desobstrução do pórtico, que permitiram efectuar a reconstrução. DGEMN

<sup>130</sup> *Idem, ibidem...*, p. 43.

matéria de construção, pois a veracidade histórica resultava da integridade estilística, recuperada pelo restauro. As operações de reintegração no estilo original foram realizadas por analogia formal, recorrendo ao método de comparação e à noção de “estilo” como um sistema global, que permitia identificar as regras formais das diferentes partes, organicamente referenciadas ao todo. Desta maneira, o preenchimento das lacunas derivadas das transformações sofridas pelo edifício foram realizadas por cópias de motivos análogos existentes no próprio monumento ou em exemplos de idêntica cronologia ou genealogia formal (fig. 3)<sup>131</sup>.

Noutra perspectiva, Camilo Boito desenvolveu uma interessante reflexão em torno do princípio da notoriedade. Admitiu a intervenção em monumentos, através de acções preferencialmente minimalistas, com objectivos de consolidação estrutural, o que impunha a necessária distinção entre a nova construção e a preexistência. Esta diferenciação resultava de parâmetros formais e perceptivos, como a diferença de estilo, o uso de materiais distintos e a simplificação e sinalização de partes novas.

Nos diversos casos intervencionados pela DGEMN, raramente se aplicaram critérios de diferenciação visual. A procura de emprego de materiais idênticos, provenientes normalmente das demolições efectuadas no próprio monumento, ou o recurso a patines artificiais, permitiam camuflar as alterações introduzidas. Percebe-se, em determinados casos, a intencionalidade de apagar do monumento os sinais mais evidentes de antiguidade, como é o caso das mutilações provocadas por transformações construtivas, ou simplesmente pelo uso ou por acções naturais. Só pequenos indícios podiam denunciar os elementos recém-construídos, como o acabamento das superfícies, o tipo de pedra, o tratamento das juntas e a patina.

Consagrado o novo movimento político com ideias estritamente definidas para a política de intervenção patrimonial, através da criação da DGMEN, a aurora do dia 20 de Junho de 1930 marcou na Direcção dos Monumentos do Norte, uma viragem para a já longínqua história da catedral de Viseu. A preocupação de Francisco de Almeida Moreira em relação ao templo da sua cidade, ficaria claramente expressa na carta endereçada a esta direcção onde noticia a descoberta de um portal que garantia a comunicação entre a praça Camões (hoje praça D. Duarte) e o adro da Sé, no pequeno troço de muralha entre a antiga cadeia civil e o claustro da catedral. O capitão salientou o avançado estado de degradação do portal, pois ao tentar fazer a desobstrução do

---

<sup>131</sup> *Idem, ibidem...*, p. 46.

mesmo deparou-se com a destruição do abobadamento, restando somente algumas aduelas pertencentes às paredes laterais da mesma. Para concluir a nota informativa, o director do Museu de Grão Vasco rematou com um apelo urgente à Direcção do Norte para remediar as deficiências existentes na catedral: “tanto mais que o vetusto monumento tem estado



ultimamente votado ao mais desolador ostracismo, chovendo nele como na rua”<sup>132</sup>.

Fig. 4 – Portal que comunicava entre a Praça Camões e o Adro da Sé. DGEMN

Das palavras de Francisco Almeida Moreira podemos retirar duas ilações: em primeiro lugar as obras levadas a cabo pela 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas-Artes foram insuficientes no sentido de conservar o edifício, revelando ainda neste período graves deficiências no seu conjunto; em segundo lugar, o director do Museu de Grão Vasco, como profundo conhecedor e estudioso da arquitectura que durante séculos moldou o morro da catedral, também ele certamente ciente da política orientadora deste novo organismo estatal, tentou desta forma, através da descoberta do portal na muralha medieval, lançar um “isco” a esta repartição para o templo ganhar outra dimensão e sair do isolamento a que foi votado.

O apelo do capitão Almeida Moreira surtiu efeito e ainda nem um mês tinha passado sobre a elaboração da sua carta, e o Director dos Monumentos do Norte, Baltazar de Castro providenciava a elaboração de um orçamento para as obras de pedreiro, carpinteiro e pintor para o edifício viseense.

Em 1931, o toque da DGEMN fazia-se sentir na restauração da Sé, com a formulação do projecto para derrubar a casa da Guarda Republicana e a de uma outra estrutura que servia de arrecadação, agora sem utilização alguma e sem qualquer “valor apreciável”<sup>133</sup>. Nesse mesmo plano de restauro foi cuidada a separação física entre a

<sup>132</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx. 2981; Pasta 335; expediente nº. 497; 26-06-1930.

<sup>133</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002; Ano de 1931; Cx. 2981; pasta 336; Memória Descritiva; 27-12-1931.

catedral e duas das alas do Museu de Grão Vasco que atravessavam o templo, através da reconstrução de paredes no braço norte do transepto.

O templo iniciava, assim o seu processo de metamorfose: as obras e os projectos começaram a ser pensados para a catedral e o cabido da Sé avançou com uma proposta para a realização de obras no monumento, tendo em vista a construção de um museu de Arte Sacra, devido à passagem para a posse capitular de uma quantidade significativa de peças do Museu de Grão Vasco<sup>134</sup>.

### 3.3. A Instalação do Arquivo Distrital de Viseu na antiga Cadeia da Vila

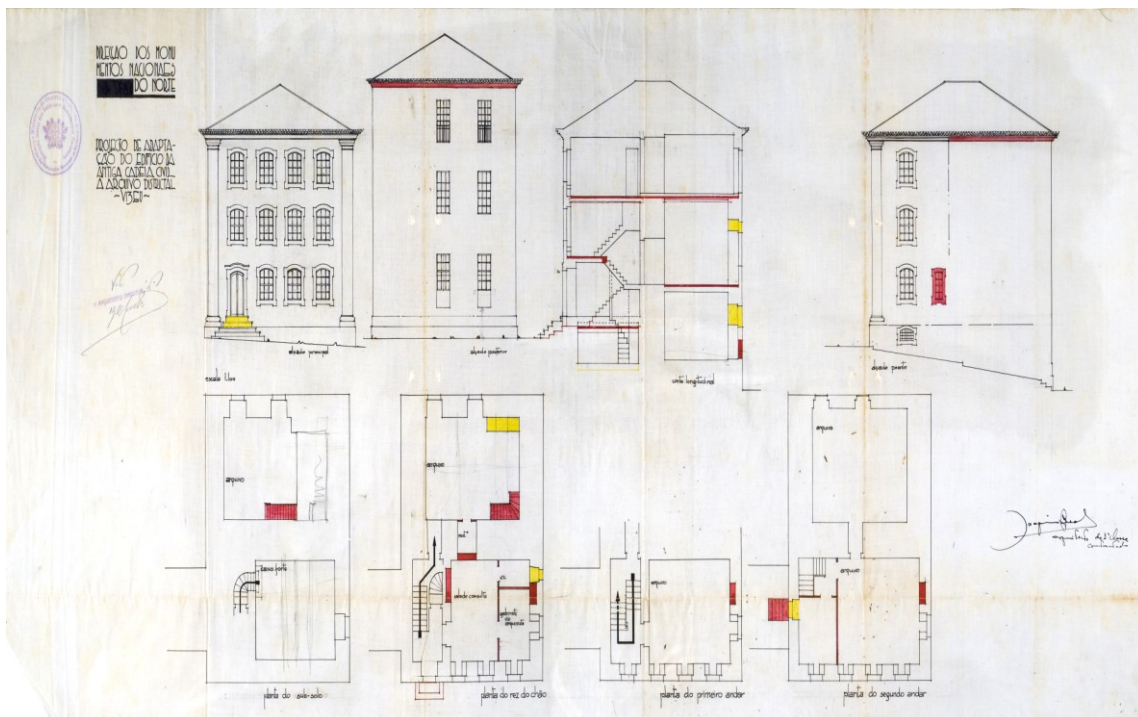


Fig. 5 – Projecto de adaptação da Cadeia Civil a Arquivo Distrital. DGEMN

Ainda antes de conhecermos o Arquivo distrital de Viseu no local onde hoje se encontra, na Casa Amarela, este teve as suas primeiras instalações no complexo arquitectónico da Sé. A antiga torre de menagem do castelo viseense e posterior aljube eclesiástico passou a ser a guardiã da documentação que compunha o cartório do cabido da Sé.

<sup>134</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx. 2981; Pasta 335; ofício n°. 1746; 28-01-1932.



O projecto da sua instalação foi aprovado a partir de 1932, mas o estado ruinoso da torre, com os pavimentos, portadas, telhados e rebocos a apresentarem graves problemas, à semelhança de toda a catedral, não permitia o acelerar da obra e a criação das condições essenciais para o bom funcionamento do respectivo arquivo<sup>135</sup>.

A adaptação daquele espaço a esta nova funcionalidade acarretaria uma avultada despesa, em consequência do já mencionado estado de degradação da torre<sup>136</sup>. Para a sua completa recuperação foi necessário demolir todos os pavimentos de madeira e substituir por pavimentos em betão armado; a armação do telhado teve também de ser reconstruída, assim como grande parte da cantaria mutilada. O arquitecto responsável pelo projecto foi Luís Amoroso Lopes, que gizou o espaço com cinco salas para arquivo, uma espaçosa caixa-forte, sala de consulta, gabinete do arquivista e WC.

No desenrolar dos trabalhos de adaptação da torre os responsáveis da DGEMN deparar-se-iam com a porta de acesso à galeria e, no momento de desentaipar esse acesso, verificam que esta pertenceria à primitiva torre, procedendo à reparação de alguma da cantaria mutilada (fig. 6).

Para presentear a influência adquirida por Almeida Moreira em todo este processo de restauro como provedor do monumento, o arquitecto Baltazar de Castro encarrega o capitão de fiscalizar as obras deste edifício e, ao mesmo tempo, no Museu de Grão Vasco<sup>137</sup>.



Fig. 6 – Porta de ligação da actual casa paroquial com o passeio dos cônegos.

<sup>135</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo de Adaptação da Cadeia Civil em Arquivo; Nº IPA: 021823240002; Cx. 3019; Pasta 468; ofício nº. 1851; 8-03-1932.

<sup>136</sup> O orçamento para esta obra importava a quantia de 78.500\$00. Cfr. *Idem, ibidem...*, memória descritiva; 23-02-1933.

<sup>137</sup> *Idem, ibidem...* ofício nº. 2851, 9-05-1933.

Não tardou até Almeida Moreira expressar o seu desconforto em relação ao procedimento dos trabalhadores para com o trabalho realizado e pelo modo como os empregados estavam a interferir negativamente na conservação da catedral.

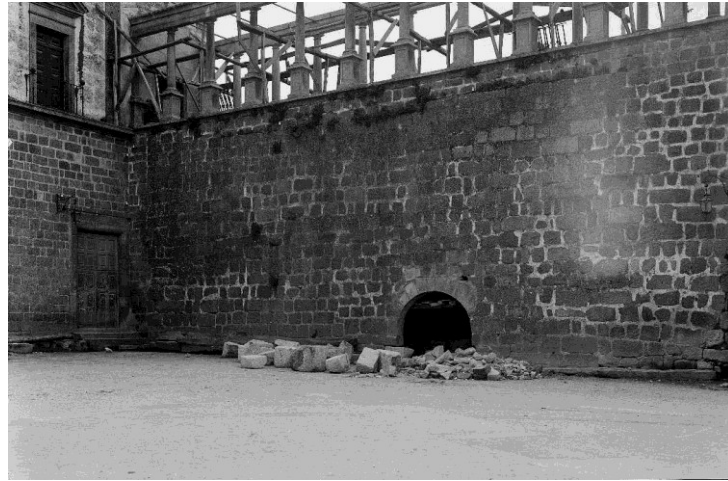


Fig.7 – Face norte do muro que liga a torre sudoeste ao corpo da Sé.

Num ofício dirigido a Baltazar de Castro descreve a forma como os “artistas” utilizaram uma escavação no pavimento térreo da torre para nele depositarem os seus dejectos e do cheiro pestilento ali presente ficara “misturado ao pó dos arquivos”<sup>138</sup>. Com um total desrespeito pela catedral, os operários instalaram uma cozinha junto da muralha que suporta a galeria superior virada para a praça e, a partir de determinada altura, a muralha começou a denotar sujidade e mudança de cor provocada pelo fumo da referida cozinha. A acrescentar a tudo isto, o capitão em boa hora impediu a construção de uma instalação sanitária em cimento armado do lado direito da fachada do templo viseense. A terminar o rol de abusos cometidos no monumento, Almeida Moreira destacou a forma desadequada como a reintegração do portal por ele descoberto em 1930 decorria. Segundo este, o portal agora reconstruído em arco volta inteira estava incorrecto, isto porque na opinião do Capitão era “certo que a pedra que lá existia como fecho da parte superior do portal, e que não foi destruída, é em ogiva”<sup>139</sup>.

Do que se conclui que em meados da década de trinta se encontravam prontas as novas instalações para o arquivo distrital da cidade, onde funcionou até ao ano de 1962.

<sup>138</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx. 2981; Pasta 335; ofício n°. 516; 1-09-1933.

<sup>139</sup> *Idem, ibidem.*

### 3.4. Adaptação do Arquivo Distrital a Residência Paroquial

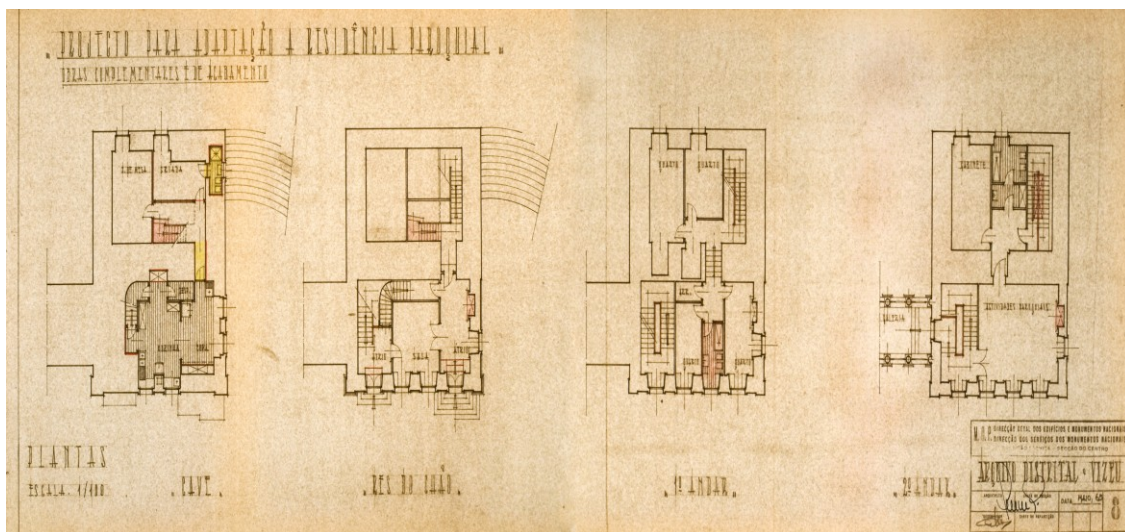


Fig. 8 – Projecto de adaptação do Arquivo a residência paroquial. DGEMN

O período de existência do Arquivo Distrital na torre de menagem do castelo viseense estava, porém, destinado a ser limitado. Então novo projecto delineava-se para aquele espaço, em 1950, e começava a pensar-se na solução a dar ao arquivo. Todavia, este processo de transferência seria longo e só passados quatro anos o ministro Arantes de Oliveira ordenou o seguimento do processo tendo em vista a sua conclusão.

As restrições económicas e as singularidades arquitectónicas do edifício adiaram a concretização do projecto para o ano de 1962. Está claro que as adaptações arquitectónicas necessárias para a fruição do espaço como residência paroquial iriam acarretar despesas avultadas e “onerar os respectivos orçamentos”, ainda para mais numa época onde “maior restrição económica”<sup>140</sup> era a palavra de ordem. Por outro lado, uma preocupação especial recaía sobre a porta de acesso ao passeio dos cônegos, devido às suas características. Segundo os técnicos, a porta seria a entrada original da torre outrora ali presente, com as suas características ogivais, que se ligava histórica e, arqueologicamente, às próprias muralhas e às torres medievais de Viseu, não sendo prudente o seu alargamento, equacionando-se a hipótese de a substituir por outra, capaz de garantir a segurança e o escoamento das pessoas que utilizassem esta comunicação.

A obra fora adjudicada a Cândido Patuleia, mas inusitados contratemplos relacionados com a especificidade do local contribuíram para o atrasar da obra. A necessidade de efectuar uma intervenção capaz de estar em harmonia com o restante

<sup>140</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: projecto de adaptação a residência paroquial; Ano 1962; Cx. 3020; Pasta 492; officio 722; 24-10-1962.

conjunto da Sé foi um dos objectivos e também um dos motivos do atraso do projecto. As características históricas presentes na “galeria seiscentista que se sobrepõe a um dos troços das antigas muralhas da Alcáçova” condicionaram sobremaneira o bom funcionamento das obras<sup>141</sup>.

Como já referimos, para além da preocupação estética adjacente à empreitada, os gastos inerentes ao projecto também estavam no pensamento dos responsáveis, uma vez que o país atravessava um período conturbado com desenrolar da Guerra Colonial. E, à data da elaboração do primeiro projecto de obras, a redução ao mínimo dos encargos seria uma prioridade prevendo-se, posteriormente o aproveitamento exagerado de materiais para o desenvolvimento dos trabalhos. No entanto essa solução veio afinal demonstrar não ser possível, nem prudente defender essa possibilidade. Foi necessário proceder à consolidação de tectos, aumentar divisórias e rever a frágil instalação eléctrica, que ameaçava a segurança do edifício. A previsão para a inauguração da obra apontava para o ano de 1966<sup>142</sup>.

Contudo, foi na execução deste projecto que se procedeu à distinção no edifício entre a parte oitocentista, aquela que recebeu o reboco, e a parte edificada durante o período medieval, voltada para a praça D. Duarte.

Hoje é possível traçar parte da evolução arquitectónica da torre sudoeste presente no complexo arquitectónico da Sé. Pelos dados coligidos até agora sabemos ter este espaço servido de torre de menagem para o castelo da capital da Beira Alta, de seguida foi aljube eclesiástico, depois cadeia civil para dar lugar ao arquivo distrital, e terminar como residência paroquial, da década de 60 do século XX até aos nossos dias.

### 3.5. Um Templo em Transformação

O recomeço das obras de conservação da catedral ficou, porém adiada por mais um impasse, desta vez relacionado com a inexistência de uma zona de protecção do monumento<sup>143</sup>. A Câmara Municipal de Viseu insistiu em construir nas imediações do templo a estação dos bombeiros, mas a Direcção dos Monumentos do Norte, por

---

<sup>141</sup> *Idem, ibidem...*, memória descritiva; 14-07-1965.

<sup>142</sup> *Idem, ibidem...*, ofício 543; 15-07-1965.

<sup>143</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx. 2981; Pasta 335; expediente nº. 3730; 6-09-1933.

intermédio de Baltazar de Castro, impediu a construção do edifício por ir contra a legislação em vigor referente aos monumentos nacionais<sup>144</sup>.

Com efeito, à semelhança do sucedido na década de vinte com a problemática colocação das antenas transmissoras do exército, utilizando as torres da catedral para esse efeito, desta vez o conflito opôs a DGEMN ao exército, que pretendeu usufruir novamente do mesmo espaço para a instalação das linhas telefónicas, sendo prontamente boicotado pelos *Monumentos Nacionais*<sup>145</sup>.

Não tardou muito, porém, até ao alerta voltar a soar na Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte, com mais uma carta de Almeida Moreira a relatar a calamidade que, agora vinda do céu, se abateria sobre a catedral. Na sequência do violento temporal ocorrido no dia 14 de Maio de 1935, os vidros do óculo da parede do transepto, correspondente à nave central, haviam sucumbido e, em algumas partes do interior do templo, chovia. Do mesmo modo o tecto do claustro superior apresentava maiores sinais de debilidades, correndo o risco de desabar<sup>146</sup>. Como podemos verificar,

nada tinha mudado no que dizia respeito à conservação da catedral, em relação aos relatos dos inícios dos anos vinte, quando a catedral apresentava as mesmas patologias. Os impasses administrativos e o abuso por parte de outras autoridades oficiais impediam e adiavam o



Fig. 9 – Vista do claustro do Museu de Grão Vasco. DGEMN

começo das obras de conservação, com nítido prejuízo para o templo.

<sup>144</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 3266; 7-09-1933.

<sup>145</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 299; 13-4-1934

<sup>146</sup> *Idem, ibidem...*, expediente n.º 420; 18-5-1935.

No Verão de 1935, e perante o cenário catastrófico descrito pelo Capitão Almeida Moreira, foi elaborado um novo orçamento, no sentido de iniciar com urgência as obras de conservação da Sé<sup>147</sup>. Executado este só no Outono desse ano, a



Fig. 10 – Restauração do braço norte do transepto, onde se encontravam os modilhões. DGEMN

primeiras intervenções, procedendo-se à recuperação da armação e cobertura dos telhados da galeria superior do claustro e à reparação das portas exteriores. Na sequência da preparação dos trabalhos o Capitão Almeida Moreira solicitou à Direcção dos Monumentos do Norte a mudança das vidraças na fachada da catedral tendo em conta o trabalho desenvolvido no interior do mesmo edifício, com vista a reparar o óculo danificado pela tempestade<sup>148</sup>.



Fig. 11 – Momento de remoção do telhado para procederem à colocação das ameias. DGEMN

A antiguidade da Sé de Viseu começava a ser revelada, através do aparecimento dos modilhões românicos no topo norte do

edifício, suscitando o entusiasmo de Almeida Moreira, que prontamente noticia o sucedido à Direcção do Monumentos do Norte. A carta por ele enviada assume especial importância, não só pela descoberta escultórica, mas também por atestar um dado importante: a orientação e comando das obras por Baltazar de Castro. Como ficou registado nessa missiva, “ao retirar-se a armação do telhado que o vosso architecto Baltazar quando aqui esteve pela última vez comigo tinha recomendado [...] para se

<sup>147</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 486; 20-07-1935.

<sup>148</sup> *Idem, ibidem...*, expediente n.º 794; 1-10-1935.

fazer mais baixo, apareceu uma série de modilhões românicos...»<sup>149</sup>. No entanto, a resposta proveniente da Direcção dos Monumentos do Norte não foi bem recebida por Almeida Moreira porque, segundo os responsáveis, conscientes da realidade artística do templo e após a inspecção da respectiva abóbada, previam



Fig. 12 – Estado do claustro do Museu de Grão Vasco e do braço norte do transepto após as obras de restauro. DGEMN

o “aparecimento da parte românica”<sup>150</sup>. Depressa o espírito crítico de Almeida Moreira elaboraria uma resposta energética e ao mesmo tempo demonstrativa do conhecimento sobre a catedral, levando-o a questionar aquela direcção sobre o rumo das obras. Para o Capitão, era “velhíssimo” o conhecimento da parte românica descoberta agora pela DGEMN. No seu entender, o decorrer do rebaixamento do telhado e o modo como os modilhões estavam a ser tratados de maneira a deixar esses vestígios românicos visíveis, não era o mais adequado, e deixava o desafio à Direcção dos Monumentos do Norte: “se nós condenamos aqueles que fizeram esses entaipamentos e nos propomos destruí-los, como é que nós vamos também entaipar com o telhado uma fiada de “cachorros”, da mesma forma como eles o tinham feito?”<sup>151</sup>. A resposta surgiu no cômputo final da obra, quando os modilhões voltaram a ver a luz do sol passados todos aqueles séculos.

Em 1936, os *Monumentos Nacionais* procederam à realização de um memorial das obras levadas a efeito no templo desde 1910, registando várias demolições sem o devido entendimento com os responsáveis eclesiásticos, agindo mesmo contra a sua vontade, com manifesto prejuízo para o templo, de que foi o exemplo a demolição da sacristia dos pontificais. O mesmo organismo anunciava àquela data a demolição do vestiário do cabido. Imputou, inclusive, ao regime republicano a falta de responsabilidade e respeito pela arte, quando foi demolido um alpendre que cobria um

<sup>149</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Cx. 2981, Pasta 338; Anos de 1936-1944; expediente n.º 265; 14-3-1936.

<sup>150</sup> *Idem, ibidem...*, officio n.º 200; 16-3-1936.

<sup>151</sup> *Idem, ibidem...*, officio n.º 622; 18-3-1936.

terraço e, em consequência, as chuvas invadiram as paredes e danificavam a abóbada e o retábulo de Nossa Senhora do Rosário expostos a estas contrariedades durante uma década, até que os *Monumentos Nacionais* decidiram restaurar o templo. Também a sacristia da Sé, devido às infiltrações da chuva, sofreu graves danos principalmente nos estuques e pinturas<sup>152</sup>.

Portanto, este memorial podia muito bem ser considerado um manifesto contra a política de restauração e pelo desrespeito do regime republicano pelos monumentos e pela Igreja, uma vez que há dez anos atrás, o organismo que agora administrava o património em Portugal ainda não se encontrava instituído e, curiosamente, as primeiras preocupações respeitantes ao restauro da catedral de Viseu, persistiam válidas.

Depois da realização do memorial, pode-se dizer que as obras entraram em velocidade cruzeiro, com a reparação dos telhados a tornar-se prioridade para

neutralizar os danos provenientes da última década e que provocavam graves prejuízos ao corpo da catedral. E, nesse sentido, proceder-se-ia ao arranjo dos parapeitos em cantaria e à remoção da armação do telhado, para ali serem colocadas ameias ao longo do corpo do templo, um trabalho que, como veremos adiante, foi um erro crasso. Neste momento toda a catedral se transformaria num estaleiro de obras, com o arranque



da reparação da escada para garantir a comunicação entre o corpo da

Fig. 13 – Remoção do telhado e respectiva colocação de ameias ao longo do corpo da catedral. DGEMN

igreja e o coro alto embebida na torre norte do templo. Procederam também à tentativa de demolição da escada de pedra que garantia a comunicação entre a sacristia e o coro, para libertar a parede exterior da catedral, assim como à demolição do telhado sobre a sacristia, substituindo-o por um terraço inclinado<sup>153</sup>.

<sup>152</sup> *Idem, ibidem...*, memória descritiva, 22-05-1936.

<sup>153</sup> *Idem, ibidem...*, expediente n.º 650; 15-09-1937.



Em 1937, seria tomada uma decisão distinta, pela sua particularidade e racionalidade, em relação à história do templo e modo de actuação dos *Monumentos Nacionais*. A filosofia do “bota-abaixo”, muitas vezes empreendida em determinados monumentos intervencionados pela DGEMN, foi colocada em causa no momento de restaurar a catedral de Viseu, e partir daqui, todo o restauro será feito com uma cautela acrescida tendo em atenção o benefício estrutural do templo em detrimento da conquista da pureza original. As pretensões deste organismo para a restauração da catedral acabariam por ser megalómanas e adquiriam contornos financeiros excessivamente avultados.

Desde logo a intenção da DGEMN passava pela construção de um terraço no topo norte do edifício, na confrontação da sacristia da Sé com o Museu de Grão Vasco, com o fito de possibilitar ao visitante, por momentos, desfrutar de uma paisagem bucólica à semelhança de alguns



Fig. 14 – Restauro da caixa de escada Seiscentista que comunica com o coro alto. DGEMN

dos quadros expostos nas galerias do museu. A obra assumiria custos muito elevados e seria um “desabono do bom gosto – que deve presidir não só no interior como também no exterior dum edifício destes”<sup>154</sup>. Todavia, a tentativa de eliminar a escadaria seiscentista de ligação ao coro alto, foi considerada “inconveniente e perigosa”, pois a escada surgia apoiada numa parede mestra do templo, que inicialmente teve como principal papel o suporte da catedral e das abóbadas acabadas de construir, e só mais tarde a sua função foi garantir a comunicação com o coro alto. No entanto, a caixa de escada não foi o suficiente para suportar o peso do templo e seria ainda necessário acrescentar contraforte à parede exterior para garantir a segurança de ambas, devido às fendas ali presentes. Concluir-se-ia, portanto, que “a escada é um elemento

<sup>154</sup> *Idem, ibidem...*, officio n.º 735; 16-11-1937.

imprescindível ao conjunto” do alçado onde se encosta, e “construída na mesma época das abóbadas delas tirou – justificação da sua traça”<sup>155</sup>.

Porém, a principal resolução do processo de intervenção da DGEMN na catedral esteve directamente relacionada com a restituição do templo à sua essência primitiva, até porque, segundo os técnicos, esse trabalho “implicaria o arrasamento das abóbadas, a transformação da fachada, apeamento das torres”, o que seria uma tarefa algo complicada de realizar porque “nalgumas partes nem as fundações devem ser as primitivas”<sup>156</sup>. Concluem que “a substituição de um mal por outro peor é cair duas vezes no mesmo erro e daí ser de bom conselho escolher-se o mal menor”<sup>157</sup>.

Acreditamos que a escolha por um mal menor seria uma das opções menos viáveis por parte da DGEMN, tendo em conta a proximidade das comemorações do duplo centenário da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, e do forte empenho por parte do Governo em manipular os monumentos concordantes com a evocação da história pátria. Cidades como o Porto, Lisboa, Guimarães, Braga e Vila Viçosa foram o exemplo dessa reconstrução histórica, onde cada uma delas assumia um papel político-ideológico de grande importância. Assim ficou estabelecido durante o plano para as Comemorações Centenárias realizado em 1938, onde estas cidades e seus respectivos monumentos foram objecto de um grau de maior ou menor intervenção mediante o conteúdo histórico que importava destacar.

Esta tomada de posição por parte dos *Monumentos Nacionais* em relação ao templo viseense vai ao encontro da linha de raciocínio do investigador Miguel Tomé, que reafirmou a falta de concretização de determinados projectos quando não havia a certeza do que se ia realizar, para não cair no erro de proceder a uma invenção artística.

Depois da primeira guerra mundial tornou-se imprescindível começar a pensar na salvaguarda do património, onde cada país, influenciado pelas diferentes correntes teóricas, define qual a metodologia de restauro a seguir, não existindo um só plano capaz de uniformizar e regular as operações de restauro.

Todavia, a Carta de Atenas, datada de 1931, afigura-se como uma ferramenta reguladora do restauro dos monumentos. Como sabemos, as exigências do diploma não foram rigorosamente cumpridas, pois a unidade estilística adoptada pelo Estado Novo colidia directamente com o respeito pela obra histórica ou artística do passado, sem

---

<sup>155</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>156</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>157</sup> *Idem, ibidem.*

eliminar estilos de nenhuma época, defendido pelo diploma internacional. Por outro lado, o respeito pela fisionomia da cidade e o cuidado pela envolvência urbanística dos monumentos decretado pela norma internacional foi um ponto respeitado pelos *Monumentos Nacionais*. A aprovação do uso de novas técnicas construtivas para a consolidação dos edifícios, como foi o caso do betão armado, foi outro dos elementos acatados pela DGEMN para proceder ao restauro dos monumentos, embora dissimulados na construção de modo a não alterarem o aspecto e o carácter do edifício a restaurar<sup>158</sup>.

Deste modo, verifica-se uma intransigência na política de restauro dos monumentos em Portugal, resultado da ideologia imposta pelo movimento político agora em vigor no país, mas que, por outro lado, não fez tábua rasa das normas internacionais e adaptou determinadas normas, em benefício da política de restauro imposta pelo regime como podemos verificar.

### **3.5.1. A Ausência da Catedral Viseense na Comemoração do Duplo Centenário**

Para grande parte dos monumentos portugueses a comemoração do Duplo Centenário de 1140 e 1640 foi o pretexto para o seu restauro, devido ao forte valor simbólico que comportavam. O valor histórico dos imóveis, por estarem directamente ligados à fundação da nação ou à restauração da independência, e a sua componente artística por serem a expressão desses importantes momentos históricos, são os principais elementos a serem destacados nas comemorações.

As celebrações do Duplo Centenário, em 1940, tornaram-se um veículo de regeneração social, sendo que estas festividades permitiram concluir um ciclo – a Era da Restauração – e conseqüentemente dar início a uma nova etapa desta vez direccionada para a Era do Engrandecimento.

---

<sup>158</sup> Cfr. LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito – *Património arquitectónico e arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, pp. 43-44.

Os monumentos, através do seu valor histórico e artístico, dentro do programa das comemorações, vão oferecer cenários privilegiados e converter-se no centro das atenções através dos diversos actos festivos. Este contributo arquitectónico é o elemento que garante a autenticidade histórica de acontecimentos e factos

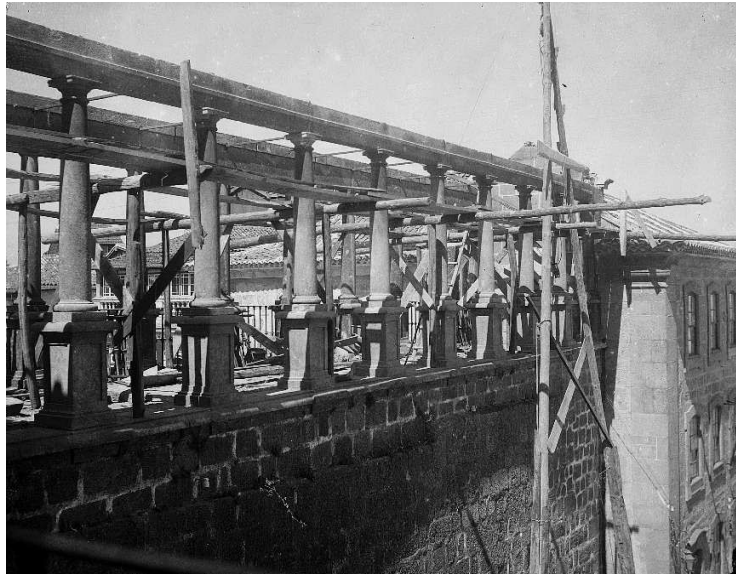


Fig.15 – Aspecto do Passeio dos Cónegos durante o seu restauro. DGEMN

narrados segundo uma perspectiva triunfalista da história de Portugal.

Dos monumentos que figuravam na lista da DGEMN, o já de si importante valor histórico-artístico permitiu a sua selecção para integrar as comemorações, pese embora os *Monumentos Nacionais* fossem tirar partido e exacerbar essas características para corresponderem aos requisitos ideológicos do regime<sup>159</sup>.

No entanto, a catedral de Viseu fora excluída desse processo não só pela sua anacronia estilística mas também, e sobretudo, pela demorada conclusão das obras de restauração da galeria da Sé (fig. 15). Disso nos deu conta a Câmara Municipal de Viseu quando dirigiu um ofício àquele organismo para solicitar uma maior celeridade na

<sup>159</sup> Segundo Maria João Baptista Neto no decorrer das comemorações a DGEMN preocupou-se em elaborar um reportório de Edifícios e Monumentos representativos de um património cuidado e expurgado de elementos posteriores à primitiva construção, constituindo-se assim como o testemunho autêntico das gloriosas épocas da história de Portugal. Para isso foram expostas fotografias e maquetas dos melhores exemplares na qual Viseu não constava. E foram representados os seguintes monumentos: conjunto monumental de Guimarães (castelo, capela de Nossa Senhora da Oliveira, monumento a D. Afonso Henriques e Paços dos Duques de Bragança); do Castelo de S. Jorge (Lisboa); do Castelo da Vila da Feira; do *Domus Municipalis* de Bragança; de Igreja de Leça do Bailio; e da torre do Salvador (Évora). Os castelos de Porto de Mós, flor da Rosa, Ourém, Pombal, Arraiolos, Vila Viçosa, S. Jorge, Vila da Feira, Sabugal, Elvas, Alcanede, Montemor-o-Novo, Amieira, Alandroal, Marvão, Beja, Óbidos, Santiago do Cacém, Póvoa do Lanhoso, Leiria, Palmela, Silves e Almourol; muralhas de Évora e de D. Fernando (Porto); Sés de Évora, do Porto, da Guarda e Sé Velha de Coimbra; Forte da Berlenga; Mosteiro de Alcobaça, da Batalha e de Celas, Conventos de Cristo (Tomar); de S. Bento de Castrins (Évora) e de Santa Clara (Évora); igreja dos Paços de Sousa, S. Pedro de Roriz, Santa Clara (Vila do Conde), Cete (Paredes), S. Pedro (Arganil), S. Pedro (Torres Vedras), S. Pedro de Ferreira, matriz de Coimbra, Santa Maria (Óbidos), Almoester, Santo António (Lagos), do Crato, da Golegã, S. Francisco (Évora), matriz da Lourinhã, Santiago do Cacém, da Graça (Santarém), Universidade de Coimbra; Museu de Machado Castro (Coimbra); Palácio de D. Manuel (Évora); Torre do Salvador (Évora); Aqueduto de Évora e a Capela de S. Jorge (Aljubarrota).

conclusão da galeria da Sé, a tempo do início das comemorações<sup>160</sup>. A resposta da DGEMN não podia ser mais funesta para os intentos da cidade. A falta de verba para a conclusão da obra ditou a sua interrupção a poucos meses do início das festividades<sup>161</sup>.

### 3.6. A Segunda Fase das Obras de Conservação da Sé

Mesmo após o parecer emitido pela DGEMN e por nós anteriormente analisado, pelo qual foi excluída a hipótese de devolver à catedral a sua feição primitiva, as obras prosseguiram o seu curso e, cingiram-se desta vez, a pontuais intervenções no interior do templo, com o objectivo de reparar algumas das patologias referenciadas anteriormente.

De igual modo, que até à década de trinta a DGEMN encontrara no Capitão Almeida Moreira uma voz activa e conhecedora no processo de restauração da catedral, na década de quarenta e seguintes a revista *Beira Alta*, com a publicação de algumas *notas e comentários* à apreciação dos trabalhos dos *Monumentos Nacionais*, encarregar-se-á de ser a voz responsável pelo aconselhamento junto da instituição, embora ela seja conivente com o regime e, nem sempre as suas propostas sejam acatadas, o que em certa medida acabará por ser surpreendente tendo em conta o teor das mesmas.

Portanto as obras levadas a cabo nos primeiros anos da década de quarenta do século XX estão, ainda, directamente relacionadas com a definitiva remoção do telhado do templo e a limpeza das cantarias,



Fig. 16 – Demolição da capela de Santo António para proceder à construção de uma porta de acesso ao claustro. DGEMN

<sup>160</sup> Cfr. DGEMN: DSID; cota: 001/ 018-2362/3; Sé de Viseu; Processo Administrativo, 1940-1948; Ordem de Serviço n.º 01582; 26-02-1940.

<sup>161</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 1104; 29-05-1940.

procedendo-se à reparação do aparelho das rosáceas e ao reboco de determinadas paredes. Para facilitar a acessibilidade à catedral e haver mais uma entrada para além da principal, através do Adro da Sé, procedeu-se à demolição da capela de Santo António e deste modo solucionar a questão da existência de uma única entrada para o templo (fig.16).

Em 1946 estavam a ser preparadas as primeiras propostas de ajuste particular para dar continuidade às obras de restauro, nomeadamente com o rebaixamento do pavimento do baptistério, incluindo o levantamento do lajeado e nova recolocação<sup>162</sup>.

Neste período, para além da conservação da catedral teve início a inusitada reabilitação dos prédios circundantes ao templo. O estado dos edifícios que absorvem o monumento restaurado na malha urbana, tornou-se uma das prioridades para a intervenção na cidade, assim como, objecto de estudo e intervenção, no sentido de conferir uma maior salubridade à envolvência dos monumentos<sup>163</sup>.

Durante a década de quarenta a intervenção no casco antigo da cidade, com o objectivo de o recuperar patrimonialmente tornou-se prioritário, tendo como refúgio legislativo as denominadas zonas de protecção criadas a partir do decreto-lei nº. 21875 de 18 de Novembro de 1932. Em meados da década, a própria DGEMN propunha em determinados casos o estabelecimento das zonas de protecção como complemento das acções de restauro do monumento<sup>164</sup>.

Em Viseu, como já verificámos, a tentativa de formulação de uma zona de protecção da Sé remonta a 1933, quando os *Monumentos Nacionais* solicitaram à Câmara Municipal a delimitação da Zona de Protecção à semelhança da Cava de Viriato, mas a questão ficou somente resolvida três décadas depois, e até esse momento os prédios envolventes à catedral necessitavam de obras, e outros até ruíram, como foi o caso do prédio de João Barreto<sup>165</sup>, sem, contudo, a Câmara apresentar uma proposta de urbanização para o local, nem apresentar soluções tendo em vista a criação da Zona de Protecção da Sé e Museu de Grão Vasco<sup>166</sup>. Todo este trabalho era necessário para a obtenção de um equilíbrio e harmonia com a restante malha urbana no momento de recuperar os prédios devolutos.

---

<sup>162</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Cx. 2982; Pasta 340; Proposta de Ajuste Particular; 8-10-1946.

<sup>163</sup> Cfr. TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*..., p. 159.

<sup>164</sup> *Idem, ibidem*..., p. 162.

<sup>165</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Cx. 2982; Pasta 340; expediente nº. 20411; 21-08-1947.

<sup>166</sup> *Idem, ibidem*..., ofício nº. 299; 10-09-1947.

Paralelamente à discussão da urbanização envolvente da catedral começou-se também a planear o próximo conjunto de obras a executar neste templo. Desta feita as intervenções destinavam-se a recuperar toda a zona sul da catedral com a reparação dos telhados do Museu de Arte Sacra e dos tectos em madeira que constituíam as salas do respectivo museu; no transepto procedeu-se à transformação das janelas e preparou-se a colocação de vitrais. No entanto, a iniciativa mais importante prendeu-se com a mudança do órgão e levantamento do guarda-vento, assim como com o levantamento e reconstrução de parte do lajeado de cantaria, no pavimento das naves e claustro. Para último, reservou-se o restauro da porta de acesso ao actual baptistério. No exterior da Sé planeou-se a recuperação do adro através do levantamento e reconstrução da escadaria da igreja<sup>167</sup>. Estas obras respeitantes ao arranjo da escadaria da catedral, levantamento do lajeado das naves e transepto ficaram concluídas em 1953.



Fig. 17 – Órgão da Sé de Viseu. DGEMN



Fig. 18 – Capela do Espírito Santo antes do seu desmantelamento. DGEMN

<sup>167</sup> *Idem, ibidem...*, expediente [sem número]; 7-11-1947.

Todavia o início da transformação da capela funerária de D. João Vicente, bispo fundador dos Lóios, em baptistério revelou-se a todos os títulos surpreendente. Desde logo a começar pela deslocação dos túmulos deste prelado e do cónego Pedro Gomes de Abreu para o claustro e capela de Tércia, em virtude da necessidade do culto. Por conseguinte, foi



Fig. 19 – Arcos ogivais descobertos após a retirada da Capela do Espírito Santo. DGEMN

necessário estabelecer a comunicação entre o novo baptistério e o braço do transepto o que culminou com o desmantelamento da capela do Santíssimo Sacramento e a descoberta dos primitivos arcos ogivais de acesso à capela fúnebre (fig. 19).

Ao acompanhar o desenrolar das obras, a Junta de Província da Beira Alta solicitou aos *Monumentos Nacionais* a transferência das arcas ferais, jacentes e arcosólio flordelisado na íntegra para a capela de Tércia,



Fig. 20 – Largo de S. Teotónio antes do restauro. DGEMN

contigua ao futuro baptistério. De igual modo, pretenderam ver o portal românico colocado à luz pelas obras da capela funerária, devidamente desentulhado e restaurado. Por último a junta de providência queixou-se do facto de se perder uma oportunidade única de repor a torre sudeste ao seu estilo primitivo, quando se repararam os telhados da mesma. Salientaram que a torre pertencia a uma das quatro torres angulares do



primitivo castelo da Sé e encontrando-se repleta de siglas medievais, porventura contemporâneas do templo, e que durante a vacância do século XVIII foi coberta de telha ao invés de restituírem àquele conjunto o cordão das ameias como seria apanágio do período medieval.

Esta apreciação foi acatada pela Direcção dos serviços dos Monumentos Nacionais, contudo a catedral não foi incluída no plano de obras de 1949 e a proposta apresentada pela Junta de Província da Beira Alta já tinha sido equacionada por aquele organismo, faltando apenas a disponibilidade orçamental<sup>168</sup>.

Na realidade, a envolvimento da Sé continuava a causar dores de cabeça à DGEMN não só por causa da condução do restauro do monumento, mas também pelo incómodo causado à população vizinha. Agora o problema estava relacionado com os penedos que serviam de alicerce à catedral na parte posterior (fig. 21). A demolição do muro que vedada a parte posterior da igreja, com a respectiva eliminação do aterro e jardim, expos os penedos onde assenta o edifício, dando origem a “um local com muito mau aspecto”, onde a higiene e a

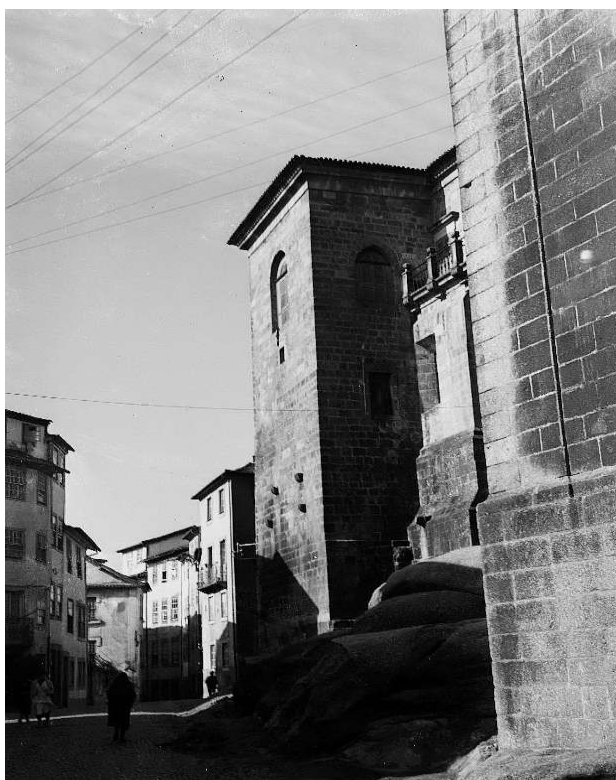


Fig. 21 – Largo de S. Teotónio depois do restauro. DGEMN

conduta social estavam a corromper o local<sup>169</sup>. Em face do sucedido os *Monumentos Nacionais* viram-se comprometidos em solucionar a questão junto do município viseense, mas até à tomada de decisão foi aconselhado o policiamento do local e a instalação de iluminação<sup>170</sup>. Por vontade da câmara os rochedos seriam revestidos de cantaria, pois como se encontravam tornam o local desagradável para os visitantes, argumentando ainda que se o local não fosse urbanizado e se encontrasse no estado natural os rochedos deviam ser conservados, embora devido à presença de moradores

<sup>168</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 119; 7-05-1949.

<sup>169</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 1280; 7-10-1949.

<sup>170</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 325; 7-10-1949.

seria conveniente proceder à sua cobertura<sup>171</sup>. Escusado será dizer quem levou a melhor nesta contenda.

A década de cinquenta começou com um novo desastre climatérico a abater-se sobre a catedral. Um raio atingiu a torre sul e na sequência da derrocada de parte do coruchéu, algumas das pedras danificaram o telhado e porta do claustro superior (fig.22)<sup>172</sup>.



Fig. 22 – Foto das danificações provocadas pelo raio. DGEMN

### 3.6.1. A Recuperação do Claustro Gótico e a Transferência do Órgão da Sé

Durante o decurso da obra de adaptação da capela fúnebre do bispo D. João Vicente (1444-1463) a baptistério foi desencadeado um processo que no seu início jamais se pensaria resultar na descoberta do claustro gótico da catedral viseense. Ao mesmo tempo e como já vinha sendo planeado equacionou-se qual o destino a dar ao órgão setecentista presente no corpo da igreja.



Fig. 23 – Portal de acesso à capela fúnebre de D. João Vicente situado no claustro. DGEMN

<sup>171</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 1794; 5-10-1949.

<sup>172</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 109; 15-04-1950.

As sondagens realizadas pela DGEMN no claustro correspondente à parede exterior da capela revelaram a existência de uma porta com características ogivais. Para os técnicos responsáveis pela sondagem, a confirmar-se a existência da porta o “restauro integral obrigaria a alterações profundas no claustro, porquanto o pavimento teria que ser rebaixado e retirado os azulejos que cobrem as paredes”<sup>173</sup>. No momento de decidir quais as medidas a tomar para efectuar o restauro da porta foi decidida a conservação à vista dos elementos arquitectónicos constituintes do portal, assim como dos colunelos recém descobertos, para proveito dos estudiosos. Mas a porta só seria reconstituída caso fosse provada a necessidade urgente de restauro, ou ainda, o facto de ser uma obra de tarefa fácil e bom remate. Já a tentativa de modificar o pavimento do claustro parecia inviável devido à desproporção causada entre os dois planos e pelo facto de se tornar uma obra dispendiosa para os cofres do Estado<sup>174</sup>.



Fig. 24 – Pormenor do colunelo antes do restauro. DGEMN



Fig. 25 – Descoberta do arcosólio e do respectivo túmulo. DGEMN

<sup>173</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N.º IPA: 021823240002 – Cx. 2982; Pasta 341; anos 1953-1955; expediente (sem número) – 1953.

<sup>174</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 126; 28-03-1953.

O arquitecto Amoroso Lopes numa das suas visitas à obra informa os *Monumentos Nacionais* das características ogivais presentes na porta, passível de pertencer ao século XIV, assim como uma série de aparelhos siglados que no entender do arquitecto pertenceriam ao século XI, e destaca o aparecimento de nervuras na imediação da porta. A partir do momento da descoberta de novos elementos arquitectónicos “estranhos” ao portal, o arquitecto ordena a paragem das obras para procedem a mais uma série de sondagens no sentido de obter resultados mais concretos para dar continuidade ao restauro<sup>175</sup>. Estava dado o primeiro passo para desvendar a constituição do claustro gótico da catedral.

As sondagens realizadas revestiram-se do mais alto interesse para a construção da história da Sé, elas revelaram um arcosólio em perfeito estado de conservação, com

uma arca tumular na qual ainda se encontrava intacto o esqueleto do sepultado (fig. 26). Todo o local fora desentaipado de maneira a arca não ser violada, pois o momento da abertura da mesma contaria com a presença de um responsável do cabido e do



Fig. 26 – Momento de abertura do túmulo. DGEMN



Fig. 27 – Extremo sudeste do claustro junto da capela Tércia. DGEMN

<sup>175</sup> *Idem, ibidem...*, relatório de obras da Sé de Viseu; 18-06-1953.

arquitecto da DGEMN<sup>176</sup>. Aberto o túmulo nada de relevante foi encontrado no seu interior, sendo novamente selado.

Os trabalhos desenvolver-se-iam agora até ao extremo sudeste do claustro para junto da Capela de Tércia onde apareceram vestígios do arranque de um arco (fig. 27). Perante o cenário descoberto, o arquitecto concluiu que o local onde se vinha a realizar as obras de restauração seria o “claustro ogival de proporções grandiosas, possivelmente do século XIV”<sup>177</sup> (fig. 28).

Com todo este entusiasmo em redor da descoberta de novos elementos capazes de reconstruir a história do templo, o cabido da Sé tentou transferir para o Seminário Maior alguns dos cadeirões do coro alto, para permitir a valorização e descoberta por completo dos apoios da abóbada do coro alto<sup>178</sup>.

No final do ano de 1953 o impasse em torno do órgão foi resolvido, a DGEMN aceitou a proposta do organeiro João Sampaio para no, prazo de quinze dias, proceder à desmontagem do órgão e transferi-lo para o Seminário Maior de Viseu, onde ainda hoje se encontra<sup>179</sup> (fig. 30).



Fig. 28 – Restauro do claustro gótico da Sé. DGEMN



Fig. 29 – Momento de desmontagem do órgão. DGEMN

<sup>176</sup> *Idem, ibidem...*, relatório de obras da Sé de Viseu; 30-06-1953.

<sup>177</sup> *Idem, ibidem...*, relatório de obras da Sé de Viseu; 24-7-1953.

<sup>178</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>179</sup> *Idem, ibidem...*, expediente n.º 7478; 23-11-1953.

O órgão em causa era fruto do período de Sé vacante, entre 1720-1738, durante o qual o cabido ficou encarregue dos bens da Mitra, encetando durante esse período um considerável número de obras no templo de modo a fornecer-lhe uma feição mais barroca, adaptada à época. Este seria o segundo que a catedral conheceu, uma vez que o primeiro já não se coadjuvava aos gostos musicais da época e a sua sonoridade já não ser a mais perfeita<sup>180</sup>. Depressa o cabido se esforçou em garantir um novo órgão com uma elevada qualidade técnica e decorativa capaz de suprir as deficiências do anterior e corresponder aos anseios das novas exigências musicais e litúrgicas<sup>181</sup>.



Fig. 30 – Órgão da Sé agora instalado na Igreja do Seminário Maior de Viseu.

Portanto, no seguimento da transformação da capela fúnebre do bispo D. João Vicente a baptistério e, as conseqüentes modificações operadas na parede exterior voltada para o claustro, conduziram ao aparecimento do claustro gótico com as suas estruturas arquitectónicas bem definidas: o portal de acesso ao baptistério com a sua escultura decorativa, as nervuras e os respectivos capitéis, um arcosólio e o seu jacente descobertos numa intervenção meticulosa e cuidada, sempre orientada pelo arquitecto Amoroso Lopes. Durante a conclusão da intervenção de restauro junto da capela de Tércia as sondagens revelaram uns capitéis com características bem diferentes daqueles encontrados até agora na parede do claustro. Estes parecem pertencer a outro tempo

<sup>180</sup> Cfr. EUSÉBIO, Maria de Fátima – “A intervenção na Sé de Viseu durante o período da sede vacante (1720-1741) no quadro do espírito Barroco”. *Máthesis* 9 (2000) 243-263.

<sup>181</sup> *Idem, ibidem*, Maria de Fátima Eusébio na documentação reunida sobre esta matéria refere que o antigo órgão por ser pequeno, antigo e com falhas de registos, de tal forma que eram “as suas vozes mais pervocativas de zombaria que de louvor”, o cabido optou por encomendar um novo instrumento onde “com acrescentamento de registos, pello estillo moderno de 24 com vozes sonoras, e com mais vistoza fábrica, assim no ornato dos canos como da bacia” a catedral ficasse munida de um equipamento capaz de corresponder às exigências litúrgicas impostas pelo espírito barroco.

cronológico talvez da fundação da catedral e quem sabe até ser ainda parte integrante do paço condal outrora ali edificado.

### 3.6.2. As Propostas da Junta de Província da Beira Alta para Restauro da Sé

A fundação da Junta de Província da Beira Alta remonta ao princípio da década de quarenta e como já tivemos a oportunidade de referir, para além da produção científica relacionada com a catedral de Viseu, durante as intervenções da DGEMN, a Junta de Província da Beira Alta teve uma participação activa no aconselhamento do restauro a efectuar no templo e prova



Fig. 31 - Corpo central e braço norte do transepto coroado de ameias. DGEMN

disso, foi uma primeira intromissão, por parte da Junta de Província quando pretenderam que a torre sudeste adquirisse uma feição mais primitiva com a imposição de ameias a coroar a torre, como foi efectuado no corpo da catedral (fig. 31).

Porém, na primavera de 1954 a Junta de Província propôs um conjunto de medidas aos *Monumentos Nacionais* com o objectivo de restituir à catedral de Viseu o carácter primitivo que a muito custo esta vinha ganhando ao longo das intervenções elaboradas pelo organismo estatal.

Na missiva dirigida ao Ministro das Obras Públicas, a Junta de Província na pessoa do seu presidente, Alexandre de Lucena e Vale, começou por invocar a realidade histórica do edifício e a tradição secular da existência da fortificação primitiva com as suas quatro torres nos ângulos, da qual restam duas onde posteriormente se instalou a Sé e as suas dependências.

No entanto, continuou a perseverança por parte da Junta Provincial em libertar a torre sudeste da anacrónica reforma do século XVIII, que escondia a “reliquia medieval, testemunha viva das lutas entre mouros e leoneses da gesta da Fundação”<sup>182</sup>.

No que diz respeito à torre sudoeste onde esteve instalado o arquivo distrital, a Junta de Província faz referência a duas partes distintas da torre: a que esta virada para o adro da Sé e que



Fig. 32 – Torre sudoeste do complexo arquitectónico da Sé.

Alexandre de Lucena e Vale erradamente considerou a face primitiva; e a outra parte, a que está virada para o Largo D. Duarte, como obra pertencente ao século XVIII (fig. 32). Mas como se pode verificar na planta, a espessura das paredes que constituem o bloco respondem por si, e a obra de restauro feita pela DGEMN soube identificar correctamente a parte primitiva, deixando-a sem reboco, ficando esclarecida a distinção em relação ao acréscimo oitocentista (vid. planta 33 em anexo).

Ainda respeitante ao mesmo espaço a Junta de Província da Beira Alta propôs a restituição do pano de muralha compreendido entre as torres sudeste e sudoeste à sua feição primitiva, com a demolição do Passeio dos Cónegos, essa obra incaracterística do século XVIII, e a colocação ao longo de todo o traçado de uma fileira de ameias, que em tempos atribuiu a toponímia à rua sua fronteira. A Junta reivindicou também a reposição do túmulo do bispo D. João Vicente no seu local original, pela sua importância na arte nacional e por ser um dos raros túmulos a ser esculpido no duro granito da Beira.

Em seguida e numa questão não menos importante, surgiu a preocupação com a segurança do público, visto que a demolição da porta do Sol, anexa ao futuro baptistério e a supressão da ligação da sacristia com o Museu de Grão Vasco deixou o templo sem

<sup>182</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2982; Pasta 341; anos 1953-1955; Ordem de Serviço n.º 2711; 19-5-1953.



uma ligação ao exterior. Os únicos acessos eram agora estabelecidos pela porta principal da catedral e pelo claustro, aquando da demolição da capela de Santo António.

Para terminar o rol de propostas apresentadas por Alexandre de Lucena e Vale ao Ministro das Obras Públicas, surgiu a lembrança de um projecto antigo ainda por realizar, e as aspirações para a sua concretização recaíram sobre aquele ministério. O projecto passava pelo desafrontamento da parte posterior da catedral com a demolição do casario, “velho e de pouco preço, existente, na vertente que



Fig. 33 – Pormenor da extinta Porta do Sol sobranceira ao Largo S. Teotónio. DGEMN

desde da eminência em que demora a Sé até à Rua Direita”<sup>183</sup>. Segundo Lucena e Vale a demolição do casario até à Rua Direita, de modo a descongestionar o trânsito daquela estreita rua, só contribuía para o enobrecimento da catedral e para a valorização da cidade. Deste modo, propôs ao ministério a equação e viabilidade deste projecto pretendendo, inclusive, a proibição de obras de melhoramentos nos prédios adjacentes até deliberação daquele organismo.



Fig. 34 – Vista aérea sobre o alçado norte do complexo da Sé e Museu de Grão Vasco. DGEMN

No entanto, o arquitecto chefe da repartição de Coimbra encarregou-se de redigir a resposta à Junta da Província da Beira Alta. Para os *Monumentos Nacionais* as

<sup>183</sup> *Idem, ibidem.*

propostas elaboradas por Lucena e Vale não podiam ser concretizadas de forma precipitada devendo, contudo, ser necessária a elaboração um estudo “atento e pormenorizado”, pois as demolições dos elementos, embora fossem posteriores à construção do castelo revestiam-se de “características bem definidas e próprias de uma época”<sup>184</sup>. Todavia, a posição tomada pela DGEMN em relação às propostas anteriormente apresentadas revelar-se-ia contrária ao pensamento construído pelo engenheiro Henriques Gomes da Silva, como linhas estruturantes daquele organismo aquando da sua formação. No parecer expedido pela 4ª secção de Coimbra, a posição adquirida por aquela instituição “tendo em vista as suas características básicas ou primitivas”, determinou a catedral de Viseu, como um caso particular dentro do restauro, pela dificuldade em encontrar um ponto, onde se possa congregar o espírito da intervenção, dada a diversidade estilística que apresenta. Os *Monumentos Nacionais* reconheceram que, seguir com as propostas apresentadas pela Junta de Província da Beira Alta seria numa solução “desastrosa e merecedora das mais profundas e acertadas críticas”<sup>185</sup>.

Quanto às demolições propostas por aquela Junta, a DGEMN torna clara a sua postura em relação a essa matéria sublinhando a necessidade de reconsiderar e ponderar muito bem essa questão.

Portanto, a acção da DGEMN perante as propostas da Junta de Província foi sintomática de que no seio daquela instituição estava a acontecer um momento de viragem conceptual.

Essa mudança ficou marcada por diversos acontecimentos. As Comemorações Centenárias de 1940 que abriram as portas, não só mas também para a mostra da arte medieval portuguesa, despertou o interesse dos estudiosos internacionais presentes no certame pela arte do pós-renascimento. O interesse por esse período foi o resultado da exaltação de algumas personagens históricas, como a figura de D. João IV e o palácio de Vila Viçosa, espelho da Restauração da Independência e da abertura a novas correntes artísticas, e também da figura incontornável do Rei D. João V e do apogeu do fausto e da riqueza proveniente do ouro e dos diamantes do Brasil que, como sabemos, projectou o barroco português para uma dimensão internacional.

Convém ainda acrescentar, no que diz respeito ao despertar pelo interesse da arte do pós-renascimento, a política colonial do regime e as edificações realizadas pelos

---

<sup>184</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 518; 20-08-1954

<sup>185</sup> *Idem, ibidem.*

portugueses nos territórios ultramarinos durante o tempo de missionação e evangelização das novas terras, assim como no seu exercício de fortificação e defesa<sup>186</sup>.

Todavia, só no final da década de quarenta teve início essa viragem primeiro conceptual e só depois prática, dos *Monumentos Nacionais*, através da realização do XVI Congresso Internacional de História da Arte, que marcou o despertar para a valorização do Maneirismo e do Barroco nacional. Entre nós permanecia a desconsideração do estilo, e disso foi prova as palavras e propostas da Junta de Província, enquanto no estrangeiro se procedia à reabilitação gradual destes movimentos artísticos. Isto trouxe repercussões imediatas no modo de actuação da DGEMN devido às pressões exercidas pela crítica sobre os critérios de intervenção e na sensibilização dos técnicos para a salvaguarda tanto dos elementos barrocos de construções anteriores, como das construções de raiz.

Em seguida outro factor que concorreu para a valorização do Maneirismo e do Barroco aconteceu em 1958, aquando do colóquio Internacional de Arte, realizado em Coimbra, onde se procurou a refutação da opinião depreciativa generalizada entre os investigadores em torno do movimento Barroco, que conseguiu vingar suas características e afirmar a partir deste colóquio a sua singularidade.

Portanto, estes dois momentos permitem desvanecer a ideia até agora construída de que o Barroco foi predominantemente excrescências e enxertos introduzidos posteriormente, daí a necessidade de o eliminar de forma a libertar os edifícios.

Com efeito, na década de 50 começaram a estabelecer-se os primeiros contactos com os conceitos de restauro praticados no estrangeiro. E a participação de Portugal na redacção da Carta de Veneza em 1964, marcou a consolidação de uma nova Era na DGEMN, com o respeito pelas diferentes épocas de cada imóvel e pela envolvência urbanística do monumento, a par do reconhecimento das noções de conjunto e sítios monumentais.

---

<sup>186</sup> Cfr. NETO, Maria João Baptista - *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*..., p. 188-189.

### 3.6.3. Os Trabalhos de Restauro na Capela-mor e a Constituição da Cripta

No Outono do ano de 1954 iniciou-se a restauração da cabeceira da catedral tendo em vista o melhoramento do tecto da capela-mor e o levantamento do cadeiral para a sua consolidação e nova disposição<sup>187</sup>.

Após sondagens nas paredes e no pavimento da capela-mor concluir-se-ia que aquele espaço era composto por um aterro, existindo a possibilidade de construção de uma cripta onde se vislumbrassem os alicerces da primitiva capela-mor<sup>188</sup>. Nas paredes estavam marcados os arcos da primitiva capela-mor, que faziam a comunicação das capelas laterais com a principal. No sentido de tirar o melhor proveito da descoberta, o cabido pretendeu rasgar um par de portas em torno do retábulo com o objectivo de refazer o deambulatório.

A armação de uma placa de betão definia o novo piso da capela-mor, e preparava-se também todo o arranjo espacial com a marcação da posição que o cadeiral ocuparia na cabeceira, assim como o presbitério, avançado sobre o transepto como se verificava nas Sés de Coimbra e Guarda<sup>189</sup>.

No Verão de 1955, a placa de betão já se encontrava terminada, tendo-se procedido à montagem do altar-mor e definido os estudos para a colocação do cadeiral e do revestimento de paredes, assim como para a construção do presbitério<sup>190</sup>. Porém, a colocação do cadeiral só se efectuou no final desse ano<sup>191</sup>.

No decorrer dos trabalhos de construção da cripta foram encontradas lápides sepulcrais transferidas posteriormente para o claustro. Enquanto isso, o piso da nave em frente da capela-mor sofreu um rebaixamento e para isso processa-se ao levantamento e novo assentamento do piso, com a respectiva remoção de terras e a substituição de algumas das pedras do pavimento e, por último, um novo reposicionamento das sepulturas presentes no local.

---

<sup>187</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Cx. 2982; Pasta 341; anos 1953-1955; relatório de obras da Sé de Viseu; 28-10-1954.

<sup>188</sup> Lamentavelmente e por imposição do cabido da Sé de Viseu não foi possível realizar fotografias da cripta, o que seria uma mais-valia para este trabalho, na medida em que poderíamos demonstrar as fundações da cabeceira românica da catedral viseense.

<sup>189</sup> *Idem, ibidem...*, relatório de obras da Sé de Viseu; 16-7-1955.

<sup>190</sup> *Idem, ibidem...*, relatório de obras da Sé de Viseu; 10-8-1955.

<sup>191</sup> *Idem, ibidem...*, relatório de obras da Sé de Viseu; 20-10-1955.

As capelas laterais de S. Pedro e de S. João Baptista conheceram também uma melhoria significativa das suas condições, através do arranjo das abóbadas e algumas reparações para garantir a sua consolidação.

Portanto, as obras efectuadas na capela-mor contribuíram em grande parte para apurar um pouco mais sobre as origens do templo. A escavação da cripta revelou a descoberta das fundações da primitiva capela-mor permitindo desta forma equacionar como seria aquele espaço na sua origem. Novamente a DGEMN, ao invés de proceder ao restauro do espaço primitivo, limitou-se a reordenar o espaço e realizar a respectiva documentação da intervenção para assegurar a preservação dos achados efectuados na cripta.

### 3.7. A Prossecução dos Trabalhos na Catedral

Analisados os casos cirúrgicos de intervenção em determinadas partes do edifício nos inícios da década de cinquenta, retomemos agora o decurso normal das obras, com as respectivas reparações que urgiam realizar-se na catedral durante os meados da mesma década.

A torre sudeste ocupada agora pelo Museu de Arte Sacra revelava fendas na cobertura receando-se, inclusive, o seu desmoronamento, havendo a necessidade de efectuar trabalhos urgentes de travamento nos referidos tectos<sup>192</sup>. A solução encontrada passou pela substituição do pavimento de madeira por um pavimento em betão, de maneira a consolidar as paredes do imóvel, e no sentido de corrigir as debilidades apresentadas ao nível da cobertura optou-se por construir uma cintagem em betão<sup>193</sup>. No plano de obras da torre constava ainda a remoção de todo o lixo que estava abaixo do nível do piso da capela de Tércia e a construção de uma ligação ao fundo do piso.

Os trabalhos de recuperação da torre ficaram concluídos no verão de 1956, estando em plena concordância com o que era pretendido pelo cabido<sup>194</sup>.

---

<sup>192</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2983; Pasta 343; Anos de 1955-1957; ofício n.º 1632; 21-03-1956.

<sup>193</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 261; 19-04-1956.

<sup>194</sup> *Idem, ibidem...*, relatório de obras da Sé de Viseu; 10-07-1956.

No seguimento dos trabalhos elaborados até então no claustro, conducentes à descoberta do claustro primitivo, surgiu agora o momento da capela de Tércia sofrer remodelações para se alargarem os arcos sólios presentes na parede sul da capela, incluindo assentamento de novas



Fig. 35 – Desobstrução do arcosólio para receber o túmulo do Cónego Pedro Gomes de Abreu. DGEMN

pedras nos arcos com aparelho igual ao existente, de modo a acolher o túmulo do cónego Pedro Gomes de Abreu proveniente do futuro baptistério. Naquela capela previu-se a realização de mais algumas demolições de alvenaria e a construção de silhares nos fundos, nos pisos e nos tectos. As obras concluíram-se em Agosto de 1956<sup>195</sup>.

Todavia, as infiltrações provocadas pelas águas das chuvas continuavam a causar problemas na estrutura do edifício, desta feita na sacristia, onde teve que se proceder à reparação geral das paredes, pavimentos e abóbadas do corredor de ligação do absídiolo à sacristia. Aqui, substituíram-se todas as madeiras devido ao mau estado de conservação, dada à elevada quantidade de humidade a que estiveram expostas. O mesmo tecto da sacristia foi sujeito a restauro numa primeira fase, com a consolidação das madeiras e a posterior restauração da pintura de grotescos.

Com toda a atenção dispendida à revalorização e consolidação dos elementos arquitectónicos, em detrimento da pintura, escultura e até mesmo das artes decorativas, surgiu, a terminar o ano de 1956, o alerta para o estado do mobiliário da Sé, que era necessário substituir por este ser “muito mau”<sup>196</sup>. No que diz respeito a esta matéria a resposta da DGEMN acabou por ser um pouco elucidativa em relação ao trabalho realizado no templo. A remoção de elementos artísticos pertencentes a períodos estilísticos que não se coadjuvavam com as linhas gerais do restauro praticado por aquele organismo, como foi o caso do órgão, a reparação do cadeiral do coro alto, assim

<sup>195</sup> *Idem, ibidem...*, relatório de obras da Sé de Viseu; 21-08-1956.

<sup>196</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 6699; 31-10-1956.

como todo o arranjo correspondente à capela-mor, conferiu à catedral “uma austeridade”, na qual o actual mobiliário de tom “avermelhado contrastava desagradavelmente”<sup>197</sup>.

Como também se verificou, houve por parte da DGEMN uma preocupação em uniformizar os restauros, queremos com isto dizer que, as diferentes catedrais intervencionadas pelos *Monumentos Nacionais* adquiram semelhantes modelos, e isso ficou frisado em pormenores expressos na localização e no material constituinte do presbitério do templo que, no caso de Viseu, devia ser semelhante às Sés de Coimbra e Guarda. O mesmo se verificou aquando da remoção do guarda-vento da Sé viseense, havendo logo a preocupação em substituí-lo por um pano como se encontrava na Sé conimbricense.

Ainda no sentido de corrigir os erros inadvertidamente provocados pelo restauro do século XIX, todo o templo foi picado para a remoção do revestimento interior o que deixou as paredes e colunas flageladas. A DGEMN pretendeu aplicar argamassa com uma coloração muito aproximada do granito para debelar os estragos causados pela intervenção oitocentista<sup>198</sup>. Contudo, a solução não revelou os efeitos desejados e a decisão foi abandonada<sup>199</sup>.

Todavia, como se encontrava indefinida a situação em relação à colocação do presbitério, no primeiro trimestre de 1957 foi planeado o levantamento das sepulturas de pedra da nave para serem colocadas na cripta e no local delas refazer-se o pavimento com a construção de degraus para a capela-mor<sup>200</sup>.

Neste período estudava-se os motivos decorativos para colocar nos vitrais da catedral encomendados pela DGEMN ao pintor Guilherme Camarinha a execução dos mesmos. Os motivos decorativos escolhidos foram: a Nossa Senhora da Assunção e S. Teotónio, visto serem os padroeiros da catedral, enquanto para o óculo central o símbolo escolhido foi o da Santíssima Trindade<sup>201</sup>. O cabido pretendeu também adaptar o altar de S. Pedro localizado na abside do lado da epístola em altar do Santíssimo, em

---

<sup>197</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 969; 2-11-1956.

<sup>198</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 68; 5-01-1957.

<sup>199</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 219; 23-03-1957.

<sup>200</sup> *Idem, ibidem...*, plano de obras; 16-04-1957.

<sup>201</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N.º IPA: 021823240002 – Cx. 2983; Pasta 344; Anos de 1958-1966; expediente (sem número); 31-07-1958.

virtude da perda da mesma capela aquando da reformulação da capela funerária do bispo D. João Vicente a baptistério<sup>202</sup>.

### 3.7.1. Reabilitação do Adro da Sé

Como era sido apanágio da DGEMN a envolvência da catedral mereceu especial cuidado, não só para a contribuição da consolidação espacial, mas também para regularização do urbanismo em torno do templo.

Desta feita, a Câmara Municipal de Viseu comunicou a decisão de demolir dois prédios na vertente norte da Sé devido ao seu estado ruinoso, contribuindo estas demolições para o alargamento da visibilidade do adro da Sé e para “a



Fig. 36 – Prédios que se localizavam ao lado da Igreja de Misericórdia. DGEMN

libertação de panos de muralha existentes nesse local”<sup>203</sup>. A Câmara Municipal no intento de desimpedir a visibilidade provocada por aqueles inestéticos prédios, deparou-se com a revelação de parte da antiga muralha da cidade onde estes estavam localizados. Perante isto comunicou aos *Monumentos Nacionais* o sucedido, de modo a providenciar-se uma solução em relação à muralha descoberta<sup>204</sup>.

Dado o primeiro passo pela autarquia viseense no sentido de regularizar a envolvência da Sé, com a demolição dos edifícios devolutos na parte norte do complexo catedralício, a DGEMN, no final da década de cinquenta, pretendeu requalificar o

<sup>202</sup> *Idem, ibidem...*, relatório de obras da Sé de Viseu; 22-01-1959.

<sup>203</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2983; Pasta 343; Anos de 1955-1957;ofício n.º 376; 5-06-1957.

<sup>204</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 218; 15-06-1957.



adro<sup>205</sup>. Essa requalificação passou pela manutenção das faixas lajeadas tendo como centro da composição o cruzeiro presente no largo. Os espaços entre as faixas foram cobertos por calçada à portuguesa em toda a sua extensão<sup>206</sup>.

Ao iniciar a década de sessenta e tendo em vista as comemorações Henriquinas a realizar em Viseu no mês de Setembro do ano 1960, a cidade



Fig. 37 – O mesmo local após a demolição do prédio e recolocação do cruzeiro. DGEMN

pretendeu valorizar o conjunto arquitectónico do adro da Sé, através da iluminação dos edifícios da Misericórdia, do Museu de Grão Vasco e da Catedral<sup>207</sup>. O município apresentou o projecto aos *Monumentos Nacionais* da instalação dos projectores para a iluminação do conjunto, que o Ministério das Obras Públicas considerou ser uma obra “excessivamente cara”, adiando-a para outra oportunidade<sup>208</sup>.

O arranjo exterior da catedral também foi uma das preocupações da DGEMN, sendo esta inclusive obrigada a participar na remodelação urbanística em virtude da descoberta dos vestígios da muralha da cidade culminando este processo, no arranjo definitivo do largo fronteiro à catedral.

Como sabemos a DGEMN esteve encarregue do restauro dos monumentos classificados e de elaborar o estudo de reabilitação da Sé e de determinados arranjos exteriores, assim como da elaboração de um regulamento para licenciamento de construções particulares dentro do centro histórico de Viseu. Por outro lado, a Câmara Municipal de Viseu apoiou diversas iniciativas, de maneira a complementar os serviços da DGEMN com a concretização de restauros em monumentos não classificados e também com a execução dos trabalhos de remodelação dos edifícios.

<sup>205</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2983; Pasta 344; Anos de 1958-1966; ofício n.º 6551; 7-09-1959.

<sup>206</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 908; 24-09-1959.

<sup>207</sup> *Idem, ibidem...*, despacho da CMV; 14-01-1960.

<sup>208</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 3512; 17-05-1960.

Porém, a demolição de conjuntos de edifícios para facilitar a visibilidade dos monumentos encontrava-se na raiz de grande parte dos projectos da década de 40. Mas só na década de 60 a catedral de Viseu conheceu o processo de adaptação da envolvência dos espaços públicos, nomeadamente com a sua pavimentação, que seguia um repertório condicionado, ainda que aplicado às particularidades locais e influenciado por métodos tradicionais.

### 3.7.2. A Continuidade do Bairro da Sé de Viseu

A Junta de Província da Beira Alta através do seu presidente Alexandre de Lucena e Vale propôs, em 1953, ao Ministério das Obras Públicas a remodelação urbana de toda a face posterior da catedral, o que passava pela demolição de todo casario até à Rua Direita. Esta proposta só foi estudada passados sete anos e vamos analisar qual foi a reacção da tutela face à moção apresentada pela Junta de Província.

A autarquia viseense tomou partido favorável à demolição do casario e à implementação de um traçado, capaz de imprimir à envolvência da catedral nova feição urbanística, mais desafogada e regular, deixando a deliberação final à consideração da DGEMN<sup>209</sup>.

Todavia, a resposta dos *Monumentos Nacionais* foi clara e objectiva partindo em defesa do conjunto arquitectónico erigido na colina da Sé. Considerou os edifícios como elementos paradigmáticos da cultura local, e representativos da evolução histórica desde os tempos da Lusitânia, sendo que naquele aglomerado arquitectónico “todas as épocas aí se documentam, em maior ou menor escala de grandeza”<sup>210</sup>. Partindo deste princípio de multiplicidade artística do monumento, a DGEMN defendeu que a envolvência urbanística do mesmo se devia respeitar, por contribuir directamente para a valorização do monumento, sendo esta um reflexo urbanístico, constituindo até um importante pólo de atracção turística.

Os *Monumentos Nacionais* adquiriram como principal objectivo a protecção dos conjuntos arquitectónicos, e também a importância em sanear convenientemente esses conjuntos, com pontuais demolições até para melhorar as condições de trânsito, sem contudo descaracterizar os monumentos, como pretendia este projecto com a introdução

---

<sup>209</sup> *Idem, ibidem...*, informação n.º 45-U; 23-05-1960.

<sup>210</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 444; 1-06-1960.

de alinhamentos regulares. Portanto, segundo os parâmetros evidenciados o projecto tornou-se inviável pois a DGEMN pretendeu manter a ambiência envolvente do templo o que “forçosamente se alterava com a introdução de arruamentos regulares e numa escala que se coaduna mal com as características do seu próprio traçado”<sup>211</sup>. A decisão da DGEMN, embora antagónica, foi o reflexo dos sinais dos tempos que decorriam na época em matéria de urbanismo.

A ideia de demolir o bairro posterior à Sé surgiu da inexistência da definição de uma Zona de Protecção, o que impedia legalmente, dado o perímetro de 50 metros definido em torno do monumento, a constituição de tal acto.

A proposta apresentada pela Junta de Província foi o resultado do pensamento elaborado por R. Baumeister sobre a urbanização das cidades e a envolvência dos monumentos. O estudo de Baumeister, datado de finais do século XIX, propunha o isolamento dos monumentos relativamente à envolvência, critério adoptado por Viollet-le-Duc na elaboração da sua teoria de restauro, que conduziu por sua vez, a demolições massivas de quarteirões nas proximidades de algumas das principais catedrais góticas francesas<sup>212</sup>.

Em território luso não foi usual a realização de intervenções de grande porte no sentido de redefinir o espaço público em torno dos monumentos. Porém, foram claras as propostas para o reordenamento urbano de determinados monumentos, tais como o Mosteiro da Batalha, através da proposta elaborada por Mouzinho de Albuquerque, em 1954, a proposta do desafrontamento da igreja de S. Pedro de Rates, em 1905, e os múltiplos projectos na zona da Sé do Porto realizados desde 1913. Portanto, a formulação da proposta apresentada para a cidade de Viseu vinha no seguimento destes planos.

O reconhecimento por parte das autoridades competentes dos *Monumentos Nacionais* dos aspectos negativos das demolições de espaços urbanos, por descaracterizar historicamente e socialmente uma parte da cidade, ocorreu durante a década de 60, no seguimento da operação levada a efeito na envolvência da *Domus Municipalis* de Bragança<sup>213</sup>. Daí a recusa em concretizar o projecto apresentado pela Junta de Província.

---

<sup>211</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>212</sup> Cfr. TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*..., p. 93.

<sup>213</sup> *Idem, ibidem*..., p. 173.

Esta negação pode ser explicada pela nova noção de monumento histórico emanada da Carta de Veneza redigida em 1964. A partir daqui englobou-se a criação arquitectónica isolada, assim como, o sítio onde ela se integra, desde que fosse capaz de constituir o testemunho particular de uma civilização, de uma evolução significativa ou de um conhecimento histórico. Portanto, a conservação do monumento implicava à primeira vista, a manutenção de uma zona envolvente à sua escala. Quando ainda existisse o enquadramento tradicional, este devia ser conservado não sendo permitidas construções novas, demolições ou quaisquer arranjos susceptíveis de alterar as relações de volume e cor.

### 3.7.3 A Zona de Protecção

A Sé e o Museu de Grão Vasco, enquanto parte integrantes do complexo arquitectónico que define a acrópole da cidade, ainda não se encontravam com uma zona de protecção definida, embora em 1933, a DGEMN tivesse alertado a Câmara Municipal de Viseu para a constituição da zona de protecção à semelhança da Cava de Viriato já classificada.

Só foi em 1962 que a repartição técnica elaborou uma memória histórica sobre o conjunto arquitectónico, no sentido de finalmente se constituir a referida zona de protecção da Sé de Viseu. Nessa memória os *Monumentos Nacionais* destacavam a antiguidade da cidade, onde os primeiros ocupantes constituíram o primeiro núcleo povoado na baixa da cidade. E na consequência das lutas da romanização, o morro da Sé foi palco da instalação dos povos romanos, beneficiando das condições estratégicas da colina para se defenderem.

Durante a Idade Média o morro expandiu-se para nascente, e moldou urbanisticamente toda a cidade adquirindo, a partir do século VI, o estatuto de cidade episcopal. A DGEMN pensava que o primitivo templo já se radicava no morro da Sé e no mesmo local onde hoje se fixa a catedral, dado os vestígios apurados no restauro de 1957 na capela-mor do templo, onde foi descoberta a cabeceira de uma catedral, não a do século VI, mas sim a Românica ampliada e reformada pelos condes.

Das reformas implementadas na catedral o destaque vai para as modificações quinhentistas que conferiram ao templo o “monumental e severo” aspecto actual.

Portanto, as razões históricas enumeradas pela DGEMN concorreram para a definição da Zona de Protecção e a acrescentar a isso, os diversos elementos arquitectónicos de especial relevo que compõem os edifícios circundantes, constituindo uma mais-valia para a história da cidade, sendo obrigatória para a DGEMN a sua preservação. Os *Monumentos Nacionais* não descartaram a possibilidade de efectuar demolições pontuais no sentido de desafogar o perímetro da catedral, mas nunca incorrendo numa situação como a planeada anteriormente, que pretendia demolir todos os edifícios até à Rua Direita. Sublinhe-se que esta rua também foi incluída no plano de Zona de Protecção pelas suas características arquitectónicas e pelo seu traçado<sup>214</sup>.

A definição da Zona de Protecção da catedral viseense, em 1962, coincidiu com a recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios elaborada em igual período<sup>215</sup>. Uma das recomendações consistia na criação de medidas de protecção tendo em vista a adopção e a implantação de disposições especiais nos planos de urbanização e do ordenamento do território. Para tal, foi necessária a classificação por zonas, para garantir a protecção de paisagens e sítios urbanos das ameaças da construção civil e da especulação imobiliária que proliferava pelas cidades.

### **3.8. A Década de 60 e o abrandamento das Obras na Catedral**

A década de 60 avizinhava-se problemática para o país com o começo da Guerra Colonial, todos os esforços financeiros concentraram-se então nos encargos da defesa do território ultramarino.

As obras empreendidas na Sé de Viseu durante este período destinaram-se à conclusão da colocação dos vitrais e de portas nas duas torres da catedral. A memória descritiva elaborada pela DGEMN foi clara ao fazer o ponto de situação do restauro do edifício. Os trabalhos acima referenciados “são os que desagradam a todo o conjunto, bem cuidado, sem dúvida, mercê das obras que lhe foram introduzidas num faseamento

---

<sup>214</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Cx. 2983; Pasta 344; Anos de 1958-1966; memória descritiva; 28-06-1962.

<sup>215</sup> Cfr. LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito – *Património arquitectónico e arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais...*, p. 95-97.

longo, é certo, mas firme, nas suas directrizes gerais”<sup>216</sup>. Quanto a esta precisão das orientações não estamos tão convictos, até pelos factos apresentados anteriormente, principalmente no recuo na altura de restituir o templo à sua pureza primitiva por este se constituir por uma miscelânea de estilos, em que era difícil percepção das suas raízes primitivas.

Outros trabalhos decorreram desta feita na fachada virada para a praça D. Duarte, com a reconstrução de todo o reboco exteriores, trabalhos que se realizaram no sentido de beneficiar a passagem do claustro superior para uma arrecadação junto do Museu de Arte Sacra, onde existiam elementos de elevado relevo arqueológico.

Decorria o ano de 1963 quando foi ordenada a consolidação dos azulejos do claustro da Sé de Viseu. Trabalho que compreendia inicialmente o seu arranque e assentamento para proceder à consolidação dos paramentos<sup>217</sup>. Por aqui podemos verificar a importância dada às artes decorativas pelos *Monumentos Nacionais*, somente em 1963, quando se procedeu à requalificação da azulejaria do edifício.

No entanto, a catedral ainda apresentava alguns casos por resolver que se prolongavam há demasiado tempo. Tal, foi a situação da conclusão do presbitério para o cruzeiro da Sé. Neste período surgiu igualmente um problema relacionado com material depositado no claustro, sendo grande parte dele constituído por elementos de interesse arqueológico não possuía nenhum local onde pudesse ser depositado para ficar resguardado das condições climatéricas. Entretanto novos problemas surgiam desta feita no baptistério, no claustro, nas portadas e nas escadas das torres<sup>218</sup>.

Em meados da década foi reacesa a proposta levantada pela Junta de Província da Beira Alta em modificar as características da torre sudoeste agora destinada a



Fig. 38 – Trabalhos de adaptação da torre a residência paroquial. DGEMN

<sup>216</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2983; Pasta 344; Anos de 1958-1966; memória descritiva; 25-07-1962.

<sup>217</sup> *Idem, ibidem...*, memória descritiva; 2-12-1963.

<sup>218</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 241; 3-04-1965.

residência paroquial. Insistiram na modificação das características adoptadas no século XVIII, no entanto a DGEMN considerou positiva a sua manutenção porque em contrário poderia conduzir à destruição de importantes elementos arqueológicos ainda presentes na torre. No entender deste organismo estatal cair-se-ia numa situação delicada ao restaurar a torre, pois a determinada altura estariam a revelar um aspecto fantasista da solução, pela qual repudiavam<sup>219</sup>.

Em 1966 continuaram os trabalhos de vedação das abóbadas, a limpeza e reparação de telhados e preparou-se a mudança do altar do Santíssimo para o altar de S. Pedro, havendo que contar ainda, com a reposição do baptistério às suas funções litúrgicas<sup>220</sup>. Para o completo restauro da antiga capela fúnebre procedeu-se ao arranjo das paredes e abóbadas e a preparação do pavimento para a posterior mudança e colocação da pia baptismal.

Os restantes trabalhos de conservação a decorrer na Sé durante este período corresponderam à reparação de telhados pertencentes à catedral e ao Museu de Arte Sacra, que apresentavam ainda debilidades na correcção das infiltrações.

Todavia, todos os esforços de restauro estavam nesta altura concentrados na reabertura do baptistério. O pavimento colocado inicialmente não foi o mais correcto daí se ter procedido à sua substituição, assim como a colocação de uma tampa móvel na respectiva pia baptismal em 1967. O antigo baptistério localizado numa exígua sala no lado do Evangelho, logo à entrada da catedral, sofreu trabalhos de recuperação, mais precisamente nas paredes e pavimento, incluindo o remate com azulejos de maneira a reutilizar aquela dependência da Sé. No interior da igreja colocaram-se vitrais simples armados em chumbo, em substituição dos caixilhos incaracterísticos existentes sobre os aros das capelas frontais de remate às respectivas naves do templo<sup>221</sup>.

A DGEMN ao realizar um ponto de situação das obras em 1968 caracterizou em certa medida todos estes anos de intervenções na catedral, explicando a forma como este exemplar da arquitectura religiosa em Portugal, depois de todo o processo de intervenção, se “apresenta liberto das alterações a que foi sujeito no tempos mais modernos e que por completo descaracterizavam as duas grandes reformas arquitectónicas que a partir do século XII lhe foram introduzidas – as de quinhentos e

---

<sup>219</sup> *Idem, ibidem...*, officio n.º 439; 10-08-1966.

<sup>220</sup> *Idem, ibidem...*, memória descritiva; 30-09-1966.

<sup>221</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N.º IPA: 021823240002 – Cx. 2984; Pasta 345; Anos 1967-1983; memória descritiva; 24-07-1967.

do século XVIII, sem contudo lhe quebrar a profunda harmonia do seu conjunto e até o cunho de reduto fortificado, a que também teria servido”<sup>222</sup>.

Ao terminar a década de sessenta a projecção de um Museu Etnográfico para a colina da Sé foi o novo desafio com o qual a DGEMN se deparou. Contudo, três aspectos concorreram para a reprovação da edificação do museu, a saber: em primeiro lugar a sua localização em “zona verde”, definida pelo plano de zona de protecção; em segundo lugar, o elevado custo da obra; e por último, o facto desta construção de cariz modernista, não se encontrar em concordância com o carácter antigo do local e pela constante defesa e valorização da zona antiga da cidade levada a cabo, em conjunto tanto pela Câmara Municipal como pelos *Monumentos Nacionais*.

Portanto, a DGEMN propôs a construção do novo espaço cultural fora do velho burgo tendo em atenção o desenvolvimento crescente da cidade e a presença de novos espaços citadinos que não interferissem com o casco antigo da cidade<sup>223</sup>.

Entrados na década de setenta urgiu resolver o problema da instalação do presbitério no cruzeiro do transepto. A diocese propôs a construção de uma plataforma amovível como solução provisória até decisão final da DGEMN<sup>224</sup>. Para este organismo isto apresentou-se como um problema de difícil resolução sobretudo por a catedral ser um edifício classificado, pois qualquer elemento artístico a introduzir pode muito bem “perturbar a natural ambiência” e ao mesmo tempo “comprometer grandemente as suas próprias características arquitectónicas”<sup>225</sup>.

Enquanto isso foi concretizada mais uma empreitada de obras na catedral, tendo em vista a recuperação dos telhados do claustro que apresentavam evidentes fragilidades<sup>226</sup>.

Contudo, a Junta de Província manifestou a sua visão dos acontecimentos com a incerteza no futuro da catedral viseense através de um dos seus artigos publicados na *Beira Alta*<sup>227</sup>.

Deste modo, a instituição cooperante com os *Monumentos Nacionais* no sentido de reconduzir a catedral ao seu estado primitivo, através as constantes solicitações e propostas de intervenção, lançou duras críticas ao trabalho até então realizado. A Junta

<sup>222</sup> *Idem, ibidem...*, memória descritiva; 21-10-1968.

<sup>223</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 349; 18-06-1969.

<sup>224</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 84; 3-02-1972.

<sup>225</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 640; 13-3-1972.

<sup>226</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 742; 6-2-1974.

<sup>227</sup> Cfr. VALE, A. de Lucena e – “Notas e comentários: Pela Sé”, *Beira Alta*. 22- 1/2, (1963) 142-143.



de Província da Beira Alta criticou desde logo, o demorado processo de restauro pela qual está a passar a Sé, onde a um mês de trabalho correspondiam outros tantos de inacção com as “obras iniciadas há mais de trinta anos” onde o critério arqueológico era incerto<sup>228</sup>.

Das obras até agora efectuadas recaíram críticas especiais para o levantamento do pavimento da capela-mor, onde se removeram as sepulturas e para serem posteriormente depositadas ao abandono nos claustros. E para o claustro foi também transferido o túmulo de D. João Vicente e o sarcófago do cónego Pêro Gomes de Abreu foi depositado na capela de Tércia, transformada em “armazém de pedras soltas”<sup>229</sup>.

As farpas recaíram também sobre a forma como determinados painéis azulejares do claustro se encontravam, e tardiamente a DGEMN dirigiu a sua atenção para o estado de conservação.

Para concluir Lucena e Vale referiu que só quando os prejuízos e as deteriorações se amontoam e assumem contornos desmesurados, depressa aparecem as verbas e as brigadas de operários para realizar um novo mês de serviço e desaparecem por mais alguns anos. No entanto, realça um aspecto referido no início deste sub-ponto, e que diz respeito à situação económica pela qual o país estava a atravessar devido ao esforço despendido com a guerra ultramarina, pois o “dinheiro não nasce espontaneamente nos cofres do Estado, muito menos nesta hora actual em que as despesas imperiosas de defesa nacional justificam plenamente, o adiamento de todo o secundário”<sup>230</sup>.

### **3.9. O Fim do Estado Novo e o Retrocesso na Conservação da Catedral**

Como temos vindo a verificar, a partir da década de sessenta o Estado diminuiu a intensidade das obras realizadas até então na Sé em virtude da canalização financeira estar agora destinada em grande parte para a guerra colonial. Findo o regime e finda a guerra, o país entrara num processo de remodelação estrutural tendo em vista a plena democracia.

---

<sup>228</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>229</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>230</sup> *Idem, ibidem.*

Em virtude da conjuntura política permanecia a incerteza sobre as verbas a atribuir para a continuação das obras e mesmo se porventura havia hipótese de continuar o projecto de remodelação da catedral viseense. Enquanto permanecia o impasse orçamental começou a ser notório o “lamentável estado de abandono e de sujidade em algumas arrecadações da Sé”<sup>231</sup>. Só no verão de 1977 se prosseguiu com o restauro da catedral quando foram atribuídas novas verbas para a reparação dos rebocos das paredes e abóbadas do rés-do-chão do claustro<sup>232</sup>.

Em igual período, a Câmara Municipal de Viseu manifestou a sua preocupação em relação à forma desajustada como estava a ser conduzida a restauração de alguns dos painéis de azulejos do claustro da Sé, por no seu conjunto faltarem elementos que permitam preencher todo o painel<sup>233</sup>. Contudo, a DGEMN contrariou a posição do município ao esclarecer que a recuperação do templo decorria segundo as normas de restauro internacionais, tendo encontrado peças trocadas e avulsas em determinadas partes dos painéis, facto de que não era responsável<sup>234</sup>.

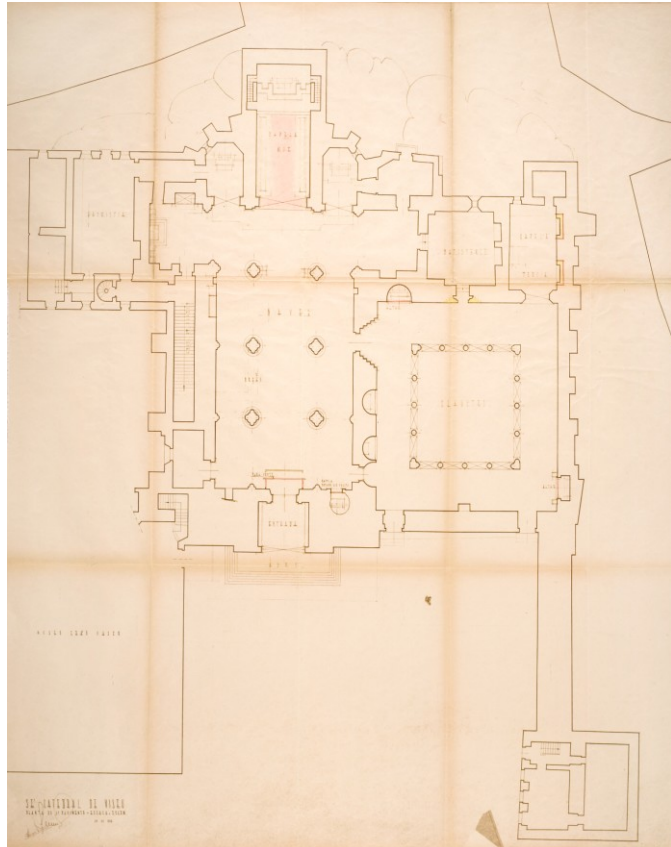


Fig. 39 – Planta da catedral onde é localizada a encarnado a zona a intervir. DGEMN

A catedral voltou a revelar problemas principalmente no escoamento de águas e assumindo então como prioritária a reparação do telhado da capela-mor, pois o mau

<sup>231</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2984; Pasta 345; Anos 1967-1983; ofício n.º 37; 18-01-1977.

<sup>232</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2984; Pasta 346; memória descritiva; 6-06-1977.

<sup>233</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2984; Pasta 345; anos 1967-1983; ofício n.º 7145; 14-09-1977.

<sup>234</sup> *Idem, ibidem...*, ofício n.º 841; 17-10-1977.

estado de conservação permitia a infiltração das chuvas e a conseqüente degradação das pinturas de grotresco que decoram a abóbada<sup>235</sup>.

Os trabalhos efectuados no claustro com o propósito de debelar as manchas de humidade presentes nas abóbadas e paredes, não decorriam da melhor forma, pois ainda não tinham conseguido eliminar a fonte de humidade, causadora dos danos e, portanto, tiveram de proceder novamente ao arranjo dos rebocos das abóbadas até ao tijolo e só depois, verificar qual a solução a adoptar para a resolução do problema<sup>236</sup>. Removido o reboco da abóbada e colocado a descoberto o aparelho que a constituía, achou-se por bem tornar a rebocar e pintar a abóbada devido ao carácter tosco que ela adquiriu. Para evitar ainda mais problemas com a humidade as gárgulas do claustro foram limpas e desentupidas<sup>237</sup>.

Na sequência de uma série de artigos publicados pelos periódicos locais e nacionais, em 1985, que alertaram para a negligência a que estava votada a catedral e o iminente risco de derrocada, o então presidente da Câmara Municipal de Viseu dirigiu, em 1986, uma missiva ao presidente do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) no sentido de alertar aquela instituição para o estado de conservação do templo<sup>238</sup>.

Nesse momento surgiu a sensação de se ter recuado no tempo e regressarmos aos alertas emitidos por Almeida Moreira através das suas cartas para a AGEMN sobre os perigos, devido à incúria e desprezo, pela qual estava a passar a catedral.

A acompanhar a carta da autarquia para o IPPC seguia um excerto do alerta emitido por um artigo publicado na revista *Beira Alta*, designado “*no interior da catedral chove como na rua!*”, onde se condensava toda a preocupação e críticas expressas pela imprensa<sup>239</sup>. O presidente da Junta de Província relatava o facto de os periódicos destacarem o estado em que ficava a catedral em dias de chuva, e de toda a

---

<sup>235</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2984; Pasta 346; memória descritiva; 11-09-1978.

<sup>236</sup> *Idem, ibidem...*, memória descritiva; 20-09-1982.

<sup>237</sup> *Idem, ibidem...*, memória descritiva; 4-05-1983.

<sup>238</sup> Os artigos publicados na imprensa foram os seguintes: “Nave esquerda da catedral cesto roto de infiltrações” – *Comércio do Porto*: 22-01-1985; “É preciso olhar para a Sé” – *Primeiro de Janeiro*: 21-1-1985; “Infiltração de águas ameaça segurança da Sé” – *Diário de Coimbra*: 25-1-1985; “As brechas na Catedral exigem acção imediata” – *Comércio do Porto*: 27-1-1985; “Problemas da nossa catedral” – *Jornal da Beira*: 8-08-1985; “Porque esperam os responsáveis? Abóbada da catedral esburacada põe em perigo o próprio templo” – *Comércio do Porto*: 1-09-1985.

<sup>239</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2985; Pasta 354; Anos 1983-1996; ofício n.º 7733; 3-07-1986.

nave esquerda sofrer quando os “grossos fios de água escorrem pelas paredes”<sup>240</sup>. Não só a nave esquerda apresentava graves danos provocados pela água das chuvas, como também no braço esquerdo do transepto a capela de Nossa Senhora do Rosário começava a revelar alguns danos causados pelas infiltrações.

O mesmo sucedia no corredor de ligação à sacristia onde as manchas de humidade eram o presságio de que algo não estava bem quanto à salvaguarda do monumento face aos factores climatéricos mais adversos de outros invernos. A opinião era clara e não podia ser mais preocupante: “por todos os recantos do templo a ruína alastra à rédea solta, imparavelmente”<sup>241</sup>. Depois de todo o processo de remodelação da catedral num passado recente, tornou-se admirável e, por outro lado chocante, como foi possível o templo regredir no seu estado de conservação, num tão curto espaço de tempo.

Tal como referimos anteriormente, a posição da DGEMN em remover o telhado para a colocação de ameias em torno de todo o perímetro do corpo da catedral, não foi porventura a decisão mais correcta,

pois expôs a abóbada da catedral a perigos agora revelados. A abóbada evidenciava marcas de humidade sendo a situação muito preocupante ameaçando inclusive a ruína. E as críticas à DGEMN pela sua actuação rapidamente se fizeram sentir, quando este organismo em nome da modernidade, talvez para ocultar o método de restauro em curso nos templos portugueses, dispensou a cobertura do templo para utilizar produtos cujas

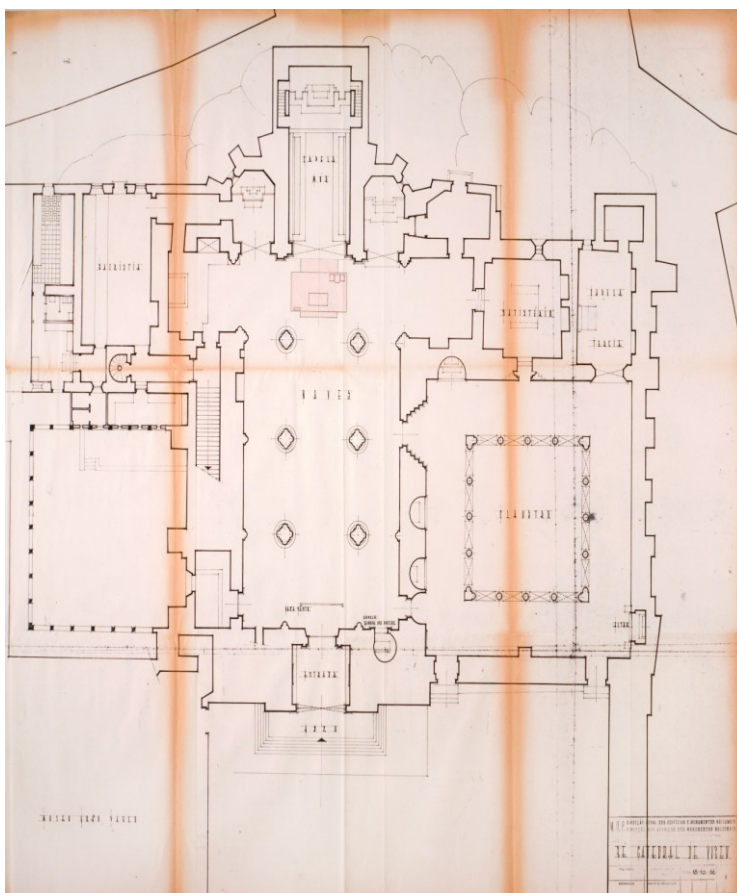


Fig. 40 – Plano de localização do presbitério. DGEMN

<sup>240</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>241</sup> *Idem, ibidem.*

propriedades de aderência e elasticidade permitiam anular eficazmente os efeitos provocados pelas alterações térmicas, e fornecer uma resposta positiva perante os invernos rigorosos da Beira. A resposta era previsível, tudo isso tinha falhado e mais uma vez a catedral corria “risco de vida”.

A findar o ano de 1986 foi preparado um novo orçamento com o objectivo de reparar os problemas emergentes da cobertura do edifício<sup>242</sup>. Através desse plano financeiro conseguiu-se beneficiar as coberturas da capela-mor e das capelas colaterais compreendendo a impermeabilização de caleiras, gárgulas e substituição de telhas e do respectivo ripado.

Segundo os responsáveis dos *Monumentos Nacionais*, os problemas de drenagem da cobertura da nave deviam-se ao facto dos tubos de queda no interior das paredes serem os responsáveis por grande parte das infiltrações. Para concluir estes trabalhos de estanquicidade da cobertura da catedral, todo o pavimento foi revestido de resina acrílica transitável e hidrorrepelente<sup>243</sup>.

O início da década de noventa colocou termo à questão do presbitério, que desviaria as atenções dos técnicos nos últimos anos de questões mais importantes. No momento de projectar este novo “adereço” litúrgico houve a preocupação em conceber um conjunto de elementos capazes de exprimir a sua própria identidade de modo a integrarem-se no conjunto como um contributo positivo no enriquecimento da catedral<sup>244</sup>.

Deste modo o cabido da Sé de Viseu solicitou ao arquitecto Luís Cunha a execução do projecto com a maior celeridade possível. A proposta apresentada foi do inteiro agrado do cabido, porém a DGEMN manifestou-se contra tal programa por considerar os materiais que compunham o presbitério o tornarem inamovível ao contrário das instruções prestadas pelos *Monumentos Nacionais* ao cabido<sup>245</sup>.

Em 1995, aquando da visita do subsecretário de Estado da Cultura, Manuel Joaquim Barata, a Viseu, e após este ter efectuado uma visita ao tesouro de arte sacra pertencente ao Museu da Sé, denunciaram-se uma vez mais as condições precárias em que se encontrava o templo viseense. Manuel Barata deixou bem clara a política a

---

<sup>242</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Cx. 2985; Pasta 357; Ano 1986; memória descritiva; 30-10-1986.

<sup>243</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Cx. 2985; Pasta 358; Ano 1989; memória descritiva; 1-09-1989.

<sup>244</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Cx. 2985; Pasta 354; Anos 1983-1996; memória descritiva; Agosto de 1991.

<sup>245</sup> *Idem, ibidem...*, officio n.º 12; 14-01-1992.

seguir na catedral: “uma rápida e profunda reestruturação, pois a degradação em muitos aspectos, é já preocupante”<sup>246</sup>.

Novamente, e agora pelas palavras do subsecretário de Estado, percebemos o círculo vicioso em que o património estava lançado. À falta de uma política rigorosa de preservação dos sítios e monumentos gasta-se indeterminadamente dinheiro dos cofres do Estado, para obras pontuais e a curto prazo.

Com o advento da década de noventa, viveu-se uma analepse. As enfermidades voltaram a atacar a catedral como se verificou no início do século XX, sendo necessário voltar ao ponto de partida e estabelecer

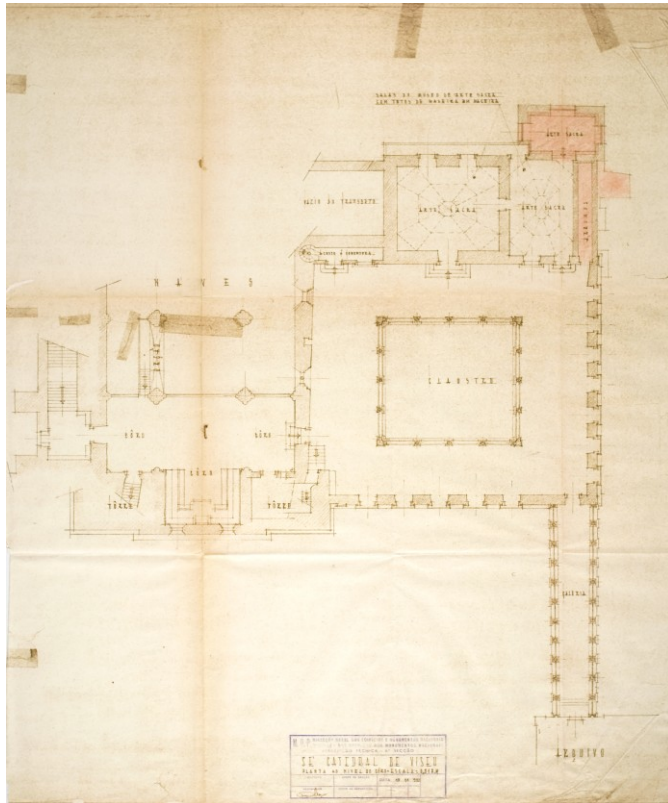


Fig. 41 – Plano de intervenção nas salas do Museu de Arte Sacra. DGEMN

novas estratégias de defesa para o templo. Quando e definitivamente o trabalho fosse concretizado com rigor e eficácia seria altura de projectar o edifício na rota do turismo e da investigação da história da arte.

Os danos começavam a ser visíveis e foi necessário estabelecer prioridades no momento de recomeçar a restaurar a catedral. As áreas prioritárias foram o Museu de Arte Sacra, através da reparação dos telhados, assim como o telhado do claustro e a escadaria de acesso ao coro alto. Os painéis azulejares só então receberam a devida atenção devido ao avançado estado de degradação. E por último, dada a quantidade de visitantes que afluem ao Museu de Arte Sacra, surgiu o momento de restaurar e adaptar as salas de acordo com os novos preceitos da museologia.

Com os telhados do templo restaurados foi tempo de proceder aos devidos arranjos no interior. Com efeito, a capela-mor viu as suas paredes serem novamente caiadas, na sacristia restaurou-se a pintura de grotescos com consolidações pontuais no

<sup>246</sup> Jornal da Beira n.º 3856; 9-03-1995; “Afirmção do subsecretário de Estado: catedral precisa de intervenção rápida”.

respectivo suporte, assim como os azulejos que decoram todo o espaço. No coro, o cadeiral apresentava danificações provocadas pelos insectos, pelo que foi necessário efectuar a respectiva desinfestação das peças afectadas.

Volvidos cinco anos e entrados no novo século, a catedral necessitava de novas remodelações devido às intempéries provocadas pelo inverno de 2000. Os trabalhos incidiram principalmente sobre as coberturas do claustro, Museu de Arte Sacra, corredor de acesso à sacristia e na capela-mor e capelas laterais da Sé<sup>247</sup>.

Em igual período efectuaram-se os trabalhos de conclusão das obras em curso de limpeza e tratamento das cantarias pertencentes ao frontispício da catedral. No decorrer dos trabalhos verificou-se a necessidade de substituição de pequenas peças em cantaria de granito na fachada e nartex, assim como nas estátuas, construídas em calcário vidraço moleano e não em pedra de Ançã como se julgava até então<sup>248</sup>.

Como verificamos, desde 1986, a DGEMN concretizou diversas intervenções na catedral principalmente no sentido de corrigir as debilidades apresentadas pelas coberturas. Uma vez controladas essas patologias foi tempo de intervir no interior do imóvel, mediante as instruções delineadas por Laura Figueirinhas na sua proposta de preservação, conservação, restauro e manutenção da Sé de Santa Maria de Viseu. Todavia, a intempérie que se abateu sobre a catedral em 2000 interrompeu e, em certa medida colocou em causa o trabalho desenvolvido até aquele período.

Concluimos que a queda do Estado Novo e a inoperância de grande parte das estruturas governamentais durante a década de 70 desferiu novamente um duro golpe na política patrimonial portuguesa, que sentia desde os inícios da década anterior sérias dificuldades em gerir e em solucionar todos os problemas apresentados pelos monumentos portugueses. A catedral de Viseu não foi excepção, deparou-se praticamente com os mesmos problemas, sem nunca haver um objectivo preciso a alcançar, desde que perceberam as singularidades artísticas do templo e, a dificuldade em restituí-lo à sua pureza primitiva, daí podermos considerar a Sé de Viseu como um caso atípico dentro da actuação dos *Monumentos Nacionais*.

---

<sup>247</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Cx. 2991, Pasta 374; Sé de Viseu – obras de recuperação de coberturas; 22-02-2001.

<sup>248</sup> Cfr. DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Cx. 3020; Pasta 373; Sé de Viseu – limpeza e tratamento de cantarias (Fachada) – Trabalhos a mais – 1º Adicional; 14-06-2000.

#### 4. Considerações Finais

Terminada a viagem sobre as intervenções da DGEMN na Sé de Viseu chegou a hora de traçar uma breve sinopse desta dissertação, no sentido de percebermos se as intervenções levadas a cabo por aquele organismo estatal podem hoje em dia ser úteis para desvendar as origens da catedral e começar a reescrever um novo rumo historiográfico sobre este edifício.

A historiografia viseense encontra-se toda ela muito fragmentada no tempo, sendo necessário voltar a reunir esforços no sentido de, à luz de novas metodologias e técnicas de investigação e com uma equipa pluridisciplinar, apurar os vestígios físicos do desaparecido castelo viseense, determinar e contextualizar historicamente os fragmentos árabes encontrados na colina da Sé e retirar as devidas ilações. Isto para além de se perceber de facto, qual foi a real importância da igreja de S. Miguel do Fetal no contexto histórico e diocesano de Viseu, de maneira a solucionar todas as equações históricas elaboradas até hoje.

A catedral de Viseu à semelhança das suas congéneres arquitectónicas portuguesas viu o seu estado de conservação agravar-se sobremaneira, mediante dois acontecimentos históricos que se tornaram preponderantes na forma como o património foi gerido em Portugal. O processo de desamortização dos bens da Igreja em 1834, que culminou com o desmantelamento da estrutura do Antigo Regime, a implantação do da República e a consequente contenda entre o Estado e a Igreja, fruto de um revivalismo de algumas medidas tomadas durante a instauração do liberalismo, lançaram o património português no mais profundo abandono e ostracismo, culminando com o agravar do estado de conservação dos edifícios, tornando-se por vezes irreversível a sua recuperação.

Esta instabilidade política reflectiu-se também no ensino, particularmente no ramo da educação artística, devido à incapacidade até então de preparar técnicos habilitados para a conservação dos monumentos portugueses. No entanto, esta tendência só viria a ser contrariada através da criação, em 1863, da *Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, designada, a partir de 1872, de *Real Associação dos Architectos e Archeólogos*.



Esta associação foi a responsável pela criação de uma corrente de opinião pública em favor dos monumentos, assim como pela primeira constituição de um inventário sobre os edifícios destinados a classificar como Monumentos Nacionais.

Todavia, este movimento de consciencialização para defesa do património fora iniciado por Alexandre Herculano décadas atrás. O periódico “Panorama” foi o mote para estabelecer uma rede de contactos a nível nacional sobre a devastação dos bens nacionais. A este juntou-se o Marquês de Sousa Holstein, uma voz activa no que concerne à denúncia do estado calamitoso em que se transformou o património nacional.

A Primeira República depressa se encarregou de criar uma instituição de molde a zelar pelos interesses dos monumentos, foi ela a AGEMN (Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) dotada de meios para proceder a um maior número de intervenções em relação ao realizado no início da centúria.

Mas a verdadeira metamorfose do património português estava para chegar, desta feita, com o Estado Novo. A restauração do país através da instrumentalização patrimonial em benefício da exaltação da pátria e dos seus heróis foi a rampa de lançamento para restaurar arquitectonicamente os imóveis portugueses. Dentro das directrizes estabelecidas pelo Estado Novo, a recuperação da memória patente em determinados monumentos conotados com os feitos históricos fez sobressair os valores nacionalistas.

A invocação da memória durante este período foi premeditada tendo em vista convertê-la em factor de coesão do povo, em busca de uma identidade colectiva, materializada na restauração do país. A principal preocupação dos indivíduos ou classes dominantes nas sociedades históricas passa pelo domínio da memória. E no que diz respeito às lutas das forças sociais pelo poder, a memória colectiva foi colocada em jogo de uma forma muito importante.

A mente humana tem a particularidade de ser maleável e instável, daí os regimes ditatoriais, e neste caso particular o Estado Novo, utilizarem mecanismos específicos para recuperar uma época perdida no tempo.

Um dos mecanismos para reabilitar essa memória traduziu-se na escrita. E o seu reflexo foi a criação da Academia Portuguesa da História com objectivos claros de uma reconstituição crítica do passado e a sua transferência para uma esfera da mecanização do ensino ministrado nas escolas primárias de então. Ainda hoje somos confrontados

com essa geração de estudantes que na sua educação aprenderam através de fáceis mnemónicas, os castelos, os rios e as linhas ferroviárias do país.

Por outro lado, a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável, contribuiu também em grande medida para a consolidação da memória colectiva, desejada pelos regimes ditatoriais. No caso português, a comemoração do Duplo Centenário de 1140 e 1640, na década de 40 do século XX, foi o coroar da tão pretendida recuperação da identidade portuguesa onde cada cidadão se revia na Fundação da Nacionalidade e na Restauração da Independência, através dos cenários (re)criados pelo Estado Novo.

Para tal foi necessário escolher uma panóplia de elementos arquitectónicos capazes de ilustrar da melhor forma esses dois momentos da história portuguesa que ao abrigo do espírito de então era importante enaltecer.

No entanto, para esta máquina poder entrar em pleno funcionamento foi importante a criação da DGEMN, em 1929, com ideias e objectivos bem definidos no destino a atribuir ao património português.

Dentro do vasto leque de edificios intervencionados devido à sua importância histórica e simbólica podemos considerar a Sé de Viseu como um edificio invulgar no panorama arquitectónico nacional. A forte componente histórica gravada na dispersa bibliografia sobre a cidade fez questão de acentuar o anacronismo arquitectónico que compõe a catedral viseense.

Em todo este processo de restauração do templo devemos destacar em primeiro lugar o capitão Francisco de Almeida Moreira que, até 1939, acompanhou sempre com o seu característico espírito crítico e eloquente as obras da Sé e do Museu de Grão Vasco. A qualidade de vogal correspondente do Conselho de Arte e Arqueologia também permitiu, a Almeida Moreira a sua escolha por parte dos *Monumentos Nacionais* para ser o supervisor das obras. Por esta altura começava-se a revelar pela mão do capitão, as principais características medievais do templo: em primeiro, a remoção do reboco que escondia o portal sul da Sé, depois a referida porta da muralha que unia a torre sudoeste ao edificio da igreja e, em seguida os modilhões no braço norte do transepto. Elementos de interesse para os desígnios apresentados pela DGEMN no momento das restaurações, mas nada mais do que isso fora descoberto até então.

Entretanto a DGEMN encetava a sua metodologia de intervenção na catedral e boicotava as acções de urbanização nas imediações do templo, assim como colocou

termo ao vandalismo perpetrado no imóvel quando se procedeu à colocação das antenas telegráficas nas torres.

Dentro do padrão arquitectónico dos monumentos intervencionados evidenciando todos eles claros elementos conotados como o período românico ou gótico, os padrões artísticos evidenciados pela Sé de Viseu, considerados anacrónicos pelos investigadores, colocaram o edifício um pouco à margem em relação aos seus congéneres por ser difícil perceber a verdadeira pureza do templo viseense.

Por isso, em 1937 a DGEMN recua no intento de proporcionar à catedral a sua pureza primitiva, porque em determinados conjuntos nem as fundações eram as primitivas, e para devolver a catedral ao seu “estado puro”, seria necessário proceder a uma reconstrução ou a uma nova realização arquitectónica segundo os preceitos medievais. Para concretizar esse projecto seria necessário demolir toda a construção actual e, deste modo, inflacionar um orçamento já de si elevado num edifício que não correspondia ao padrão arquitectónico pretendido pelo regime.

Podemos considerar este momento como o mais importante no desenvolvimento do restauro arquitectónico levado a cabo na Sé. No entanto, o interior da catedral foi privado dos elementos artísticos de épocas posteriores, como o órgão e a capela do Espírito Santo, entretanto desmantelada para dar lugar à entrada do novo baptistério começando-se a vislumbrar a partir desse momento parte do que seria o templo durante o período gótico. Uma vez descobertos estes vestígios foi tempo de proceder com precisão e uma cuidada reflexão, para continuar com a restauração daquele espaço que culminou com a descoberta do claustro Trecentista.

A intransigência e a rigidez da DGEMN verificou-se no momento em que negou à Junta de Província da Beira Alta uma série de medidas tendo em vista a recuperação primitiva do templo, que passava sobretudo pela demolição do passeio dos cónegos, e a consequente reposição das ameias ao longo do pano de muralha, a colocação de ameias na torre sudeste do conjunto arquitectónico, assim como a demolição do casario compreendido entre a face posterior da Sé e a rua Direita, no sentido de desafogar arquitectonicamente o templo e este ganhar uma nova dimensão na paisagem urbana.

Todas estas medidas partiram, portanto, ao encontro do método de trabalho proposto inicialmente pela DGEMN, mas uma viragem conceptual durante a segunda metade do século XX, proporcionada em primeiro lugar, pelo Colóquio Internacional de História da Arte em 1958 e depois pelo Congresso Internacional de História da Arte, em

que, até então, os considerados acrescentos, por artisticamente não se identificarem com o princípio restaurador, vão ser valorizados e mantidos no seu devido lugar, fazendo com que as propostas da Junta de Província da Beira Alta sejam consideradas impraticáveis.

A Zona de Protecção da Sé foi somente delimitada em 1962, até esta data diversas obras de reordenamento urbanístico tiveram lugar em torno da Sé, com a demolição do casario velho e inestético proporcionando a ampliação de vistas da Sé.

A entrada na década de 60 marca um abrandamento das obras fruto da conjuntura política internacional que Portugal agora vivia graças à guerra colonial. Os esforços financeiros dispensados com a guerra colonial tiveram consequências na prossecução dos trabalhos, dando origem a uma clivagem no processo de restauração do imóvel, reflectido nas décadas posteriores, voltando desta forma quase ao ponto de partida registado no início da década de 30.

Concluimos, portanto, que as interferências políticas foram determinantes para a conservação do património português e a Sé de Viseu não foi excepção, onde a intervenção da DGEMN, fruto da maré de restauros que assolou todo o património lusitano, revelou no imóvel viseense algumas das suas características medievais expressas principalmente no claustro e capela-mor, mas estas não chegam para descortinar a verdadeira história de um edifício com 900 anos de vida.

## Anexos

### *Documento 1*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx: 2981; Pasta 335; ofício n.º 305; 24-03-1927.

Exmo. Senhor Director-geral da 3ª Repartição das Belas-Artes

Para conhecimento da sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro devo informar V. Ex.<sup>a</sup> que o chefe dos serviços radiotelegráficos militares (1ª Secção Norte) pretende mudar o posto de telegrafia sem fios existente nesta cidade, do local aonde actualmente está, para o primeiro pavimento do edificio do “Colégio” - classificado Monumento Nacional pelo D. n.º 9953 de 31 de Julho de 1924 – (D. do decreto n.º 171 – 1ª série) justamente por baixo das salas da biblioteca e de umas salas do museu de Grão Vasco, ficando as respectivas espias das antenas nas torres da Catedral, que lhe fica contigua, edificio esse, também, de há muito classificado Monumento Nacional (D. de 16 de Junho de 1910).

Na minha qualidade de vogal correspondente do Conselho de Arte e Arqueologia, não posso deixar de vir perante V. Ex.<sup>a</sup> manifestar-lhe o meu mais profundo desgosto em face de tão estranha pretensão que redundaria num vandalismo artístico sem nome, sendo, ao mesmo tempo, absolutamente ilegal que para se tratar ou rebocar edificios classificados monumentos nacionais se tomem tais resoluções, sem que o conselho de Arte e Arqueologia seja ouvido!

Devo ainda informar V. Ex.<sup>a</sup> que tendo-se gasto para cima de 60 contos numa edificação feita expressamente para instalação desse posto, em terreno que pelo ministério da guerra foi adquirido ao da instrução, no alto chamado da “Via-Sacra”.

Agora, depois de concluída aquela construção, querem pô-la de parte e utilizar os edificios da “Catedral de Viseu” e do “Colégio” para tal feira!

Não pode ser!

Estou certo que V. Ex.<sup>a</sup> como devotado defensor da integridade dos monumentos nacionais e do nosso património artístico esitará, facilmente, semelhante vandalismo!

Saúde e Fraternidade

Viseu – 22 – Março – 1927.

Francisco de Almeida Moreira

Director do Museu de Grão Vasco e vogal correspondente do Conselho de Arte e Arqueologia.

### ***Documento 2***

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx: 2981; Pasta 335; [s.n] 1-04-1927

A exploração particular das indústrias eléctricas de iluminação e telefones e os serviços oficiais da telegrafia e rádio-telegrafia, dos Ministérios do Comércio e da Guerra, estão causando graves prejuízos nos Monumentos Nacionais, que somente poderão ser evitados pela intervenção das entidades que superintendem nesses serviços.

A pretexto dessas instalações os telhados dos monumentos classificados são convertidos em logradouro público, onde se passeia livremente; ao longo das cimalthas cresce uma estranha floresta de pontaletes carregados de fios que convergem de todos os lados para enlevar desagradavelmente o edifício; as torres são transformadas em pilónes suportando as antenas da T.S.F. que, açoitadas pelo vento, imprimem à construção uma vibração permanente que desagrega os materiais.

Por vezes essas antenas são derrubadas arruinando os telhados.

São aproveitamentos cómodos e baratos, mas indecorosos, que em parte alguma se consentiriam, porque prejudicam a beleza e segurança dos monumentos e deturpam o seu carácter e significado histórico.

Esta repartição está estudando a forma prática de tornar efectiva a protecção da lei aos monumentos classificados, mas enquanto isso se não consegue, atendendo às reclamações juntas, tem a honra de solicitar a intervenção directa de V. Ex.<sup>a</sup> para reprimir os desacatos que estão cometendo na Sé-Catedral de Viseu para onde o chefe dos Serviços Radio-Telegráficos Militares (1<sup>a</sup> Secção Norte), pretende transferir a respectiva Estação da T.S.F e para a Sé-Catedral do Funchal que os chefes dos Serviços dos Correios, telégrafos e Telefones do distrito transformou em poste central da rede telefónica com perigo da estabilidade do monumento, que, segundo informações recebidas, se encontra em precárias condições de segurança.

Lisboa, 3<sup>a</sup> Repartição da Direcção-Geral de Belas-Artes, em 1 de Abril de 1927

O Architecto Director  
A. R. Adães Bermudez

### ***Documento 3***

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N<sup>o</sup> IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx: 2981; Pasta 335; expediente n<sup>o</sup>. 497; 26-06-1930.

Exm.<sup>o</sup> Senhor Director dos Monumentos Nacionaes do Norte

- Porto-

Para os devidos efeitos venho comunicar a V.<sup>a</sup> Exc.<sup>a</sup> que descobri na muralha, que liga a antiga torre que serviu de cadeia eclesiástica e hoje é cadeia civil (por pouco mais de um mês, felizmente, visto o edificio da nova cadeia estar já quasi concluído) com o edificio da Sé, um portal que presumivelmente dava entrada para uma galeria comunicando a Praça Velha (hoje Praça de Camões) com o Adro da Sé

Fiz uma ligeira pesquisa desobstruindo uma pequena parte do portal, obra que não continuei, por ter verificado que a abobada tinha sido destruída, restando apenas as

paredes laterais de pedra aparelhada que limitavam a referida galeria, mas em altura desigual.

Parece-me, no entanto, que seria do mais alto interesse que esta comunicação se restabelecesse.

Muito desejaria que V. Exc.<sup>a</sup> se determinasse a vir a Viseu, não só por este caso, que é de urgente solução, mas ainda para tomar conhecimento de várias deficiências existentes na Catedral que urge remediar, tanto mais que o vetusto Monumento tem estado ultimamente votado ao mais desolador ostracismo, chovendo nele como na rua.

Saúde e Fraternidade

Viseu, 20 de Junho de 1930

O Director do Museu de Grão Vasco:  
Francisco de Almeida Moreira  
Vogal correspondente do Conselho de Arte e Arqueologia

#### ***Documento 4***

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx: 2981; Pasta 335; expediente n.º 1363; 13- Julho-1931.

Exm.º Senhor Director dos Monumentos Nacionais do Norte

Porto

Venho solicitar a V. Exc.<sup>a</sup> que não sabe do esquecimento as obras da Sé de Viseu, que tanto carecem delas, as do Museu de Grão-Vasco, as da portagem abertas da muralha da galeria da Sé (a esta obra se refere o officio n.º 509 de 26 de Junho de 1930!) e bem assim as de adaptação do antigo edificio de cadeia a arquivo distrital.

Por ocasião da sua recente visita a esta cidade, do Senhor Ministro do Comércio declarou que tinha destinado uma larga verba para obras da Sé e do Museu de Viseu.



Aguardo pois que V. Exc.<sup>a</sup> dê a sua atenção às obras de Viseu, como é de justiça.

Saúde e Fraternidade

Viseu – 11- Julho – 1931

Francisco de Almeida Moreira  
Director do Museu de Grão-Vasco e vogal correspondente do Conselho de Arte e  
Arqueologia

### ***Documento 5***

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N<sup>o</sup> IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx: 2981; Pasta 335; officio n.º 516; 1-09-1933.

Exm.º Snr. Architecto Director dos Monumentos Nacionais do Norte  
- Porto-

A propósito das obras que se vêem realizando no antigo edificio da cadeia comarcã, na sua adaptação a arquivo, cumpro o dever de informar V.<sup>a</sup> Exc.<sup>a</sup> do seguinte:

1º- Que os Artistas que lá trabalham continuam a utilizar para “retrete” uma excavação que fizeram no pavimento térreo do mesmo edificio.

O cheiro é pestilencial e lá ficará misturado... ao pó dos arquivos.

Pretenderam os mesmos artistas fazer uma retrete de cimento armado (!) arrumada à fachada primitiva da Sé, ao lado direito da entrada (!!)

Claro que me opuz a semelhante... porcaria.

2º- Os mesmos artistas fizeram a sua cosinha arrumada à muralha que suporta a galeria superior que dá para a Praça. As pedras estão denegridas, umas, e outras amarelcidas já pelo fumo.

3º- A reintegração do portal que dá para a galeria vai, a meu ver, mal.

Estão a fazê-lo de volta inteira, quando é certo que a pedra que lá existia como fecho da parte superior do portal, e que não foi destruída, é em ogiva, tendo as arestas chanfradas

como mostra – embora imperfeitamente, visto que foi feito por mim, - o “croquis” que junto.

A BEM DA NAÇÃO

Viseu e Museu Regional de Grão-Vasco,

1 de Setembro de 1933

O Director do Museu; delegado dos Monumentos Nacionais;

Francisco de Almeida Moreira

*Documento 6*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx: 2981; Pasta 335; expediente n.º 3730; 06-09-1933.

Exm.º Snr. Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais do Norte

-Porto-

Persistem os meus colegas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal desta cidade, contrariamente às disposições da Lei e da determinação expressa pelo Exm.º Snr. Director Geral dos Monumentos Nacionais em seu officio dirigido ao Presidente da mesma Comissão Administrativa, em construir a Estação de Bombeiros junto do Adro da Sé, ao lado da Misericórdia e em frente da Catedral (Monumento Nacional).

Rogo pois a V.ª Exc.ª o favor de promover que seja indicado urgentemente à mesma Comissão que a zona de protecção para os Monumentos classificados desta cidade, tal como já se fez para a Cava de Viriato.

A BEM DA NAÇÃO

Viseu, 5 de Setembro de 1933

O delegado do Conselho Superior das Belas-Artes; e vogal  
correspondente da Academia Nacional de Belas-Artes:

Francisco de Almeida Moreira

**Documento 7**

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx: 2981; Pasta 335; expediente n.º 420; 18-05-1935.

Exm.º Senhor Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais do Norte  
-Porto-

A tempestade de ontem quebrou os vidros e parte da caixilharia do óculo da parede do transepto correspondente à nave central da Catedral de Viseu.

Chove nalguns sítios do interior da Catedral e o tecto do claustro superior está cada vez mais abatido, correndo o risco de desabar.

A Bem da Nação.

Viseu, 15 de Maio de 1935.

O director do Museu de Grão-Vasco, vogal  
correspondente do Conselho superior de Belas-Artes:  
Francisco de Almeida Moreira.

**Documento 8**

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1936-1944; Cx: 2981; Pasta 338; expediente n.º 265; 14-03-1936.

12 - Março – 1936

Meu muito presado amigo

Mando-lhe hoje um telegrama a pedir a sua presença aqui porque ao retirar-se hoje a armação do telhado que o nosso amigo Baltazar quando aqui esteve pela última vez

comigo tinha recomendado que se desmanchasse para se faz mais baixo – apareceu uma serie de modilhões românicos, parte dos quais ficaram encobertos pelo telhado mesmo rebaixado. E ele rebaixava-se para que os modilhões fiquem à vista (foi o que disse o Baltazar). Como essa parte do edificio em que agora se está mexendo não é mais do que uma série de emendas, com paredes feitas de taipa, tenho eu a impressão – que pode ser errada – de que a porta para cima do pavimento da varanda que corre do outro lado, haveria ter sido demolida, fazendo-se uma sala que seria posta e destinada ao museu.

Claro que isto é bastante difícil de explicar do por carta. E por isso se o meu presado amigo tiver hipótese e tempo para cá vir, seria excelente. Não sei se poderá vir amanhã. Mas não vindo amanhã pedia-lhe que viesse nunca nos primeiros dias da próxima semana, pois que eu no Sábado e no Domingo, não estou em Viseu.

... com toda a estima e atenção seu muito grato amigo

Francisco de Almeida Moreira.

### ***Documento 9***

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1936-1944; Cx: 2981; Pasta 338; memorial; 22-05-1936

Apoz 1910, procedeu-se na Sé de Viseu a obras de restauro, em que foram feitas diversas demolições, com prejuízo dos serviços e culto, sem qualquer entendimento com a autoridade eclesiástica, antes até contra a sua vontade, expressamente manifestada no caso da demolição da Sacristia dos pontificais, que tanto prejudicou as cerimónias de culto.

Demoliram-se também as duas W.C., existentes aquela data, sem que, até hoje, e haverá uns vinte anos, fossem substituídas por outras, apesar dos pedidos instantes, chegando o cabido a oferecer meios para as respectivas despesas.

Deve lembrar-se que na Sé funcionam duas Paróquias e o Cabido, e ali se realizam os grandes Pontificais e as demoradas solenidades da Semana Santa e outras.

- Presentemente anuncia-se a demolição do Vestiário do Cabido

O que fica dito mostra infelizmente a injustificada falta de consideração que tem havido com as entidades religiosas que na Sé exercem as suas funções.

Mas outros factos provam que nem os interesses da arte, que se alegam para tais demolições, tem merecido a devida atenção, como prova o seguinte.

Demolui-se, não há menos de 10 anos, um alpendre que cobria um terraço, donde resultou a invasão das chuvas nas paredes, abobada e no altar, de preciosa talha, de Nossa Senhora do Rosário, assim expostos, há mais de 10 anos, à danificação das chuvas.

Há anos que as chuvas invadem o estuque da sala que fica sobre a Sacristia, inutilizando-o, apodrecendo o soalho e passando para o tecto da mesma Sacristia, mandada fazer pelo Bispo Dom Jorge de Athayde, e cujas preciosas pinturas estão já em parte danificadas.

Chove noutros pontos, há anos, danificando as paredes, abobadas e tectos daquele precioso Monumento Nacional.

Sabemos que ultimamente foram dadas ordens para que se acudisse aquele monumento, procedendo-se às necessárias obras. Mas não deixa de ser instrutivo, para se avaliar do que ali se tem feito ou deixado fazer, expor estes factos.

Desejava o cabido que o governo avocasse a si a apreciação de quaisquer demolições que porventura se projectem, e ouvisse sobre elas a auctoridade eclesiástica, quando viessem dificultar o exercício do culto.

Pede-se também que sejam concluídas com brevidade possível as obras de adaptação das salas deixadas pela Junta Geral de Distrito no edificio do Museu Grão Vasco, a fim de ser dado cumprimento ao decreto de Janeiro de 1932 que criou o Tesouro de Arte Sacra a cargo do Cabido, para se libertar o coro alto e as salas do Claustro ocupadas pelo dito Museu. Neste sentido foi entregue uma representação ao Senhor Ministro de Instrução.

*Documento 10*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1936-1944; Cx: 2981; Pasta 338; ofício n.º 735; 16-11-1937.

Porto, 16 de Novembro de 1937

Exm.º Snr. Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais

Lisboa

Em cumprimento da O. S. de V. Ex.ª. n.º 1597 de 14 de Setembro último, e que só agora teve oportunidade, junto envio a essa Exm.ª Direcção, em triplicado, a presente estimativa de algumas obras de transformação e limpeza a realizar na Sé Catedral de Viseu – Monumento Nacional – na importância de 83.600\$00 esc. – indicando as verbas a aplicar em jornais e materiais.

Devo todavia aproveitar esta oportunidade para, ao tomar a liberdade de expor algumas considerações acerca das obras, pôr em evidência certos inconvenientes que fatalmente delas resultarão.

Assim a uma delas, à construção do terraço, obra cheia de espinhs embora tecnicamente realizavel, me parece que a fixação de um longínquo motivo de paisagem, o único e insignificante benefício colhido, não compensa a larguesa do estipêndio.

Mesmo que o visitante, alheado do recheio do Museu, queira instantaneamente sorver “In natura” um quadro de paisagem local, não terá mais que andar dois passos, subir ao terraço da Sé, estender o olhar em todas as direcções da rosa dos ventos que a paisagem livre e rica sem restricções, sem o confinamento de paredes de empena, péssima moldura que a deprime e constrange lhe entrará generosamente pelos olhos dentro.

O seu custo, computado apenas na execução da placa de betão armado, não abrange os prejuízos de desmontagem e montagem do tecto que lhe fica inferior, no qual é difícil ainda prever-se quanta madeira se deteriora ao perfura-lo para escoramento do moldagens, ou até que ponto a pintura se inutilisa com as escorrencias provenientes da água necessária à feitura do betão.

Por último temos a altura a que fica o pavimento do terraço em relação ao do Museu; a altura das vigas de betão somada à altura das linhas de estuque com a placa e revestimentos atiram-nos a altura para 1.20 acima do pavimento do Museu!

Daqui resulta que se por um lado a supressão do cume do telhado apresenta de entrada a discutível vantagem de nos pôr em evidência mais superfície de parede no topo do transepto da Sé, tende por outro lado, na mesma razão directa, a aumentar a empena do lado do Museu em desabono do bom gosto que deve presidir não só no interior como também no exterior dum edificio destes.

No vão do telhado actual tem o cabido da Sé uma sala-arquivo, cujo acesso é feito por uma escada do século XVII. Suprimido o telhado é “ipso-facto” suprimida a sala e a escada sem benefícios equitativamente distribuidos, com a agravante do terraço ser duma entidade e a sacristia-capela que lhe fica inferior ser doutra. As infiltrações que se possam vir a dar não beneficiam o cabido, mas... podem não prejudicar o – Museu.

É a demolição da escada outra obra que aparentemente simples, é de tomo; é mesmo inconveniente e perigosa.

Vejamos: pelo que pude observar mais atentamente, esta escada que está apoiada do lado da Sé numa parede que por sua vez encosta à parede mestra do templo, não foi construída para uma função exclusiva, a de pôr em comunicação a sacristia e o coro, não. Esta função deve ter vindo por acrescentamento e muito veladamente a encobrir a necessidade de reforçar as paredes para que ficassem em condições de poderem aguentar os impulsos das abóbadas então acabadas de construir. Infere-se assim que a escada serve de equilíbrio aquele impulso e foi construída pouco tempo depois das abóbadas. Todavia nem a escada nem a parede de encosto obstaram a que os tais impulsos da abóbada abrissem largas fendas em busca dum final equilíbrio ao seu trabalho. Daí o acrescentamento dos grossos e atormentados gigantes encostados à parede externa da escada que, ainda assim, não foram bastante porquanto se notam fendas na silharia, demonstrativas de não se haver chegado ainda ao equilíbrio necessário que sopeasse definitivamente o impulso produzido pelo peso das cantarias da cobertura mandada fazer pelo Bispo D. Diogo Ortiz.

Por este trabalho excessivo que faz “gemer” as pedras, se nos afigura “in mente” o desproporcional volume de gigantes que há-de necessariamente substituir aquele outro volume de cantaria que é a escada e o seu envolucro, muito bem dissimulado dentro da

sua função útil que aqueles secos, nus e hirtos francamente não têm. Então a beleza da silharia, que supúnhamos fosse aparecer magestosa em panos altos, quadriculados pelas juntas de pedra, é cortada bruscamente por estrias que lhe darão um ar de parede a ruir à qual se encostaram amparos a prolongar-lhe a vida, nuns atribulados anos mais.

Resumindo e salvo melhor opinião:

1º. – O terraço é embaraço futuro e causa de desavenças entre os usufrutuários da parte superior e da parte inferior, sacristia da Sé esta.

2º. – As infiltrações que venham a dar-se provenientes do desgaste do impermeabilizador, do terraço vão ser “casus belli” anteposto às boas relações das entidades usufrutuárias do terraço e sacristia.

3º.- O terraço não compensa em efeito ou utilidade prática remota ou imediata a grande despesa a que dá causa.

4º.- A escada é um elemento imprescindível ao conjunto da fachada aonde encosta porque

5º. – Construída na mesma época das abóbadas delas tirou justificação da sua traça.

6º. – Que a restituição do Templo à sua essência primitiva implicaria o arrasamento das abóbadas, a transformação da fachada, apeamento das torres, etc., etc., pois que nalgumas partes nem as fundações devem ser as primitivas.

7º. – Que a substituição de um mal por outro peor é cair duas vezes num erro e daí ser de bom conselho escolher-se o mal menor.

8º. – Que a substituição da escada por gigantes é obra difusa, isto é vai mudar-se um elemento activo nas suas várias funções num elemento passivo, sem outra função que não seja aguentar.

9º. – Que a desobstrução da escada da torre nada resolve por ser de difícil arranjo e de acesso perigoso.

Para terminar devo declarar que dentro das funções que me cabem tomei o ousio da exposição que faço na certeza de que procedia bem; V. Ex<sup>a</sup>. porém fará o melhor.

A BEM DA NAÇÃO

O ARQUITECTO CHEFE DA SECÇÃO

Rogério Azevedo



*Documento 11*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N.º IPA: 021823240002 – Anos de 1945-1952; Cx: 2982; Pasta: 340; ofício n.º 78; 6-05-1949

Exm.º Senhor Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Lisboa.

A Junta de Província da Beira Alta, no desempenho das suas funções de velar pela manutenção e valorização dos valores monumentais da província, permite-se com a devida vénia chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para dois aspectos ou casos das obras de restauração que a digna Direcção dos Monumentos Nacionais vem realizando na catedral desta cidade.

Um respeito à jacente e túmulo do bispo D. João Vicente, desviados da respectiva capela, por necessidade cultural de adaptação dessa quadra, a capela do baptistério, e há quasi dois anos arrumados ao acaso num canto do claustro. Afigura-se-nos que a colocação do conjunto, arco sólio, jacente e arca sepulcral na capela contígua, chamada de Tércia se impunha sem demora.

O outro caso respeita à torre sudeste do bloco ou conjunto da Sé e adjacências, uma das quatro torres angulares do primitivo castelo da Sé, torre medieval siglada de alto a baixo, e coetânea senão anterior ao templo românico propriamente dito.

Na obra recente de renovação do telhado do claustro, não se reparou o anacronismo dos cónegos da vacância do século XVIII, e manteve-se e renovou-se a cobertura de telha, em vez de restituir-se à torre o cordão das ameias que todavia e muito bem se impuzeram há anos no corpo do templo.

De um e outro dos casos referidos se ocupou oportunamente o signatário deste ofício. Do primeiro em comunicação feita ao Congresso de História de Arte a realizar brevemente em Lisboa; do segundo em pequena nota do ultimo número da revista provincial local BEIRA-AITA.

Ao mesmo tempo que solicitamos para um e outro caso, a alta atenção de V. Ex.<sup>a</sup> permitimo-nos juntar cópia da parte que mais interessa na comunicação e local referidas, confiados em que o subido interesse, alto critério e comprovada proficiência de V. Ex.<sup>a</sup> por tudo que respeita a assuntos desta natureza, não deixarão de os

recomendar à digna atenção dos subordinados dessa direcção que no caso superintendem.

A comemoração em Outubro próximo do 1º centenário do liceu de Vizeu, ocasionando a concentração nesta cidade de algumas centenas de antigos alunos, alguns dos quais altas individualidades políticas e sociais da Nação, justifica a oportunidade da nossa solicitação.

Apresentando a V. Ex.<sup>a</sup> os mais respeitosos cumprimentos

A Bem da Nação

Coimbra, 4ª Secção da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 6 de Maio de 1949.

### *Documento 12*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1945-1952; Cx: 2982; Pasta: 340; memória descritiva; 21-11-1950

A Sé de Viseu, incluindo a galeria de acesso ao arquivo, apresentava-se em estado precário de conservação à data do início do trabalhos de restauro.

Essas foram iniciadas, aproveitando-se durante os trabalhos de construção e consolidação, todas as oportunidades para estudo e investigação, libertando-se o monumento de todos os enxertos incaracterísticos que de forma flagrante alteravam o imóvel, e criando ou transformando por outro lado, algumas dependências absolutamente indispensáveis para o exercício do culto.

Assim, verifica-se nos respectivos processos da obra, que as dotações a partir de 1936 foram aplicadas em trabalhos dessa natureza, dos quais destaco:

- Demolições interiores e exteriores, incluindo dependências e coberturas;
- Demolição total de todas as coberturas e suas reconstruções, incluindo anel em beta para travessão de paredes e assentamento das peças de madeira;
- Restauro e reintegração de ameados e parapeitos;
- Vedação das abóbadas, incluindo reconstrução de parte de pavimentos em lajedo de granito sobre betão armado;

- Reconstrução completa da cobertura dos absidiolos incluindo lajeamento, parapeito ameado;
- Conclusão e reconstrução da escada de cantaria e degraus moldurados;
- Construção e reparação de portas, caixilhos, portadas e vitrais armados em chumbo;
- Picagem de rebocos interiores e exteriores, e sua reconstrução, sendo no exterior feito o indispensável isolamento;
- Reconstrução e consolidação de tetos em madeira de castanho;
- Reconstrução de pavimentos em tejo;
- Reconstrução de pavimentos em cantaria;
- Restauro de altares de cantaria moldurada;
- Restauro da rosácea;
- Rebaixamento e lajeamento do batistério em cantaria de granito;
- Aplicação de azulejo decorativo em lambris e reparação de outros painéis;
- Regularização de parte de paredes e colunas interiores, em cantaria, que à data de início dos trabalhos se apresentavam picados, indício claro de terem sido rebocados, como ainda se pode verificar em grande parte da nave.

etc. etc.

Os trabalhos que agora se procedem podem considerar-se como conclusão, de um tão vasto plano.

O total da estimativa importa em 1.029.250\$00, convindo no entanto e na devida oportunidade, fazer uma revisão a cada um dos trabalhos indicados, alguns dos quais pela sua natureza especial necessitam de estudo e investigação o que nos pode obrigar a encarar a sua realização sobre um outro aspecto, com maior ou menor dispêndio na verba que se indica na presente estimativa.

Coimbra, 21 de Novembro de 1950

O Arquitecto de 3ª classe, contratado

(Assinatura)

Luiz Amoroso Valgode Lopes

*Documento 13*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1953-1955; Cx: 2982; Pasta: 341; ofício n.º 126; 23-03-1953

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.

Exmº Sr. Director-Geral dos Edifício e Monumentos Nacionais

Em referência ao ofício n.º 2459, de 13 do corrente, tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que foi homologado por despacho Ministerial de 21 também deste mês o seguinte parecer da 1ª Subsecção da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação:

“A quando da inovação dos órgãos que se adaptarem em antigos templos, procurou-se tanto quanto possível aproximarlos dos coros construídos na mesma igreja, como parte integrante dum conjunto de utilidades nos cultos, que convém respeitar e conservar. Ainda que o uso de uns ou doutros, por motivos que podem desaparecer esteja suspenso, é de aconselhar a sua conservação, quando não haja razão de essencial exigência que os mande mudar de lugar.

Os argumentos apresentados em favor da deslocação do da Sé de Viseu para o lado direito do transepto, não são suficientes nem razoáveis, tanto mais que se ele fosse incomodativo no sitio em que foi arguido, igualmente seria naquele transepto sem explicação lógica ou estética, e para mais podendo esturvar a vizinhança dos altares que lá se encontram.

É nosso parecer, portanto, que não se proceda a essa inútil e injustificada transferência. Quanto à reconstituição da porta do Baptistério, para o claustro, descoberta durante as sondagens feitas, desde que não se veja qualquer imperiosa conveniência, que a aconselhe e atendendo à diferença de nível que porventura haja entre os dois lugares, que causaria, pelo menos num deles desproporção ou obras dispendiosas nos pavimentos, é nosso parecer que se conserve à vista o sinal dela, assim como dos colunelos agora encontrados, para proveito de estudiosos mas que só seja reconstituída em caso de provada precisão ou de tarefa fácil e bom remate”.

A Bem da Nação

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 23 de Março de 1953.

O Director Geral

J. Almeida

### *Documento 14*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1953-1955; Cx: 2982; Pasta: 341; relatório de visita às obras na Sé de Viseu; 30-06-1053

#### Relatório

Visita às obras na Sé de Viseu

Feita em 30/06/1953, pelo Arquitecto de 2ª classe – Luiz Amoroso Valgode Lopes

Os trabalhos decorrem normalmente estando concluídos os que constam dos artigos 8º e 18º e em andamento os trabalhos dos artigos 1º, 4º, e 7º.

As sondagens realizadas junto à porta desentaipada de acesso ao recinto baptismal, rodeiam-se do mais alto interesse. Surge agora um arco sólio que me parece completo, com arca tumular e na qual se encontra um esqueleto, aparentemente intacto.

Ordenei o desentaipamento total mas de uma forma que a arca não possa ser violada. Nessa parte o trabalho só será executado na minha presença e do Sr. Cônego da Sé, se V. Ex.<sup>a</sup> não determinar nada em contrário.

Julgo do maior interesse a presença de V. Ex.<sup>a</sup> naquele imóvel, a fim de se orientarem os trabalhos naquela parte do edificio.

(Assinaturas)

O chefe da Secção

O Arquitecto de 2ª classe

*Documento 15*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Anos de 1953-1955; Cx: 2982; Pasta: 341; [s.n]; 19-05-1954

Junta de Província da Beira Alta

Senhor Ministro das Obras Públicas

Excelência:

Está hoje documentalmente comprovada a tradição secular do que no mesmo local ou eminência em que demora a Sé, existiu primitivamente um vasto castelo românico de quatro faces em cujos ângulos se erguiam outras tantas torres. Destas restam duas: uma, ainda intacta, a do ângulo sudeste; outra, modificada por reformas e readaptações sucessivas, a de sudoeste, onde de presente se acha instalado o Arquivo Distrital.

O muro que corre duma a outra, em parte encimado pela varanda alpendrada do primeiro quartel do século XVIII, noutra parte pelo corpo das sacadas da parte superior do claustro, é precisamente, ainda que sucessivamente renovado ou refeito, um pano no primitivo castelo quadrangular que envolvia a catedral e Paços anexos primitivos.

Quanto à torre de sudeste, monumento venerando, completamente siglado de alto a baixo e levantado sobre a penedia rude e bárbara que se vê de presente aflorando do solo na parte posterior da Sé, foi quando na grande reforma de 1720-1739, desameada, telhada e integrada no corpo das casas capitulares, hoje Museu de Arte Sacra.

A obra de reintegração que a Direcção dos Monumentos Nacionais vem realizando na catedral e seus anexos, restituiu, e com todo o acerto, à parte que constitui o templo românico primitivo, os merlões medievais que lhe pertenciam, libertando-o do anacrónico telhado que as obras da reforma do século XVII (1630-1671) lhe haviam imposto.

Todavia, sem atender à natureza especial dessa parte do corpo da construção capitular que é a referida torre, coetânea do templo românica senão anterior, inadvertidamente restaurou-lhe a armação do telhado, retelhou-a de novo, deixando no anonimato da construção setecentista, essa relíquia medieval, testemunha viva das lutas com os mouros e os leonezes da gesta da fundação.

Afigura-se a esta Junta de Província que antes de se dar por finda a obra de restauração da Catedral, a reintegração dessa torre na sua feição primitiva pelo desaparecimento do

anacrónico telhado e restituição dos merlões medievais iguais aos impostos nas paredes mestras do templo, se impõe sem discussão.

Quanto ao edifício do actual Arquivo Distrital (Aljube eclesiástico desde o século XVI e cadeia comarcã desde o século XIX e primeiras décadas do actual) há nele duas partes distintas: uma é a que olha ao norte sobre o Adro da Sé e é em parte a face da torre primitiva; a outra é a do lado oposto que se debruça sobre a Praça Camões e é muito posterior, pois vem da reforma dos princípios do século XVIII.

Todavia esta, com a sua estrutura de alvenaria mais rude e rústica, induziu na falsa suposição de ser a mais antiga, porventura a primitiva torre medieval. Os serviços dos Monumentos Nacionais inadvertidamente também assim supuseram, caindo no erro de deixar esta sem reboco, e revestir a parte oposta que, com as janelas de cantaria aparelhada e linhas actuais, aparenta de moderna.

Não basta, afigurar-se-nos desfazer o engano. Entendemos que deveria estudar-se a reintegração perfeita dessa torre. A face sul primitiva deve ser a parede que se encontra dentro, quase a meio desse corpo actual como inculca o portal que nela existe ainda, igual ao da torre sudeste, e a parte exterior que se alça acima do telhado ou alpendre da varanda de colunas.

Também o pano de muralha compreendida entre as torres referidas deveria ser restituído à sua feição primitiva, despojando-o da incharacterística, inestética e anacrónica varanda alpendrada do século XVIII, para impor-lhe a fiada de merlões que, com ser mais nobre e evocativa, é o coroamento próprio desse muro venerando que de todos tempos deu nome à pequena rua que o ladeia: Rua das Ameias.

Quanto às obras actuais de reintegração dos restos do primitivo claustro românico recentemente revelados, também esta junta de província se permite emitir o desejo de ver reconstruído o portal denunciado sob o arco da actual capela Tércia (antiga capela de S. Sebastião) capela esta onde o jacente do bispo azul, do João Vicente, infelizmente retirado da sua capela própria, agora destinada a baptistério, deveria ser colocado sob novo arco-sólio flordelizado como que em magnifico docel e emoldurava no seu local primitivo.

Este jacente, lavrado no duro granito regional, e único no seu género em toda a Beira, merece bem, como já se acentuou em publicação desta Junta de Província, o melhor interesse da arte nacional.

Ainda no que respeita ao templo da Sé, deixando por agora outros aspectos de menor relevo, entendemos dever pôr á consideração superior, a circunstancia de, com o desaparecimento, talvez precipitado e infeliz da antiga Porta do Sol na referida capela de D. João Vicente (futuro baptistério) e da nobre escadaria que daí descia para a ruela das escadinhas da Sé, e com a supressão da ligação entre a sacristia e o museu de Grão Vasco – o templo ficar exclusivamente, fora da porta principal, com duas únicas saídas na mesma nave da epistola e ambas abrindo para o claustro e não directamente para o exterior.

Não será no que respeita á segurança do publico em caso de emergência (já não falamos da mera comodidade) um problema a considerar? Por fim, e no aspecto da maior valorização do conjunto da Sé e seus anexos, há que lembrar um projecto antigo e justa aspiração da cidade: o desafrontamento da parte posterior pela demolição do casario, alias velho e de pouco preço, existente na vertente que desce da eminência em que demora a Sé, até à Rua Direita.

Não será necessário encarecer o que isto representaria para o enobrecimento da mole architectónica da cathedral, assim libertados os prédios parasitários que a diminuem, e para a própria valorização da cidade. A Rua Direita, que tem aí precisamente o seu troço mais estreito, simples quatro metros, que lhe estrangulam o transitio aliás intenso, encontraria meio de se alargar á vontade; a impressão que ofereceria ao transeunte aí chegado, a visão inesperada de conjunto grandioso da Sé e anexos, no alto desse morro, sobre a vertente devidamente ajardinada, seria sem dúvida, pelo que teria de evocador, de efeitos inesquecíveis.

Impõe-se por isso, afigura-se-nos, o estudo dum tal projecto, do seu custo, das suas possibilidades, e desde já a proibição de quaisquer obras de melhoramentos na primeira oportunidade.

Viseu 11 de Maio de 1954

A Bem da Nação

O Presidente da Junta de Província;

Alexandre de Lucena e Vale.



*Documento 16*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N.º IPA: 021823240002 – Anos de 1953-1955; Cx: 2982; Pasta: 341; ofício n.º 518; 20-08-1954

Exm.º Senhor  
Arquitecto Chefe da Repartição Técnica

Lisboa

Sé de Viseu

Em cumprimento da Ordem de Serviço n.º 2711 de 19 de Maio do corrente ano, junto tenho a honra de devolver a V. Exc.<sup>a</sup> o ofício n.º K/3/10 do Governo Civil de Viseu, informando;

Pelo conhecimento da exposição que a Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas enviou à Junta de Província da Beira Alta, reconhece-se que aos assuntos que se ligam com a Sé e a sua correlação com o antigo Castelo à mesma tem dedicado o seu maior interesse.

Parece-me no entanto, que as reintegrações que e apontam como absolutamente indispensáveis, carecem de um estudo atento e pormenorizado pelo que obrigam a demolições de elementos, que embora posteriores à construção do castelo, nem por isso deixam de nos merecer a melhor atenção pelas suas características bem definidas e próprias de uma época.

Se tomássemos como único principio conduzir o restauro dos imóveis tendo apenas em vista as suas características básicas ou primitivas, neste caso da Sé de Viseu, amalgama de estilos e épocas diferentes, que se notam flagrantemente desde a sua fachada principal até ao mais pequeno recanto do seu conjunto, cairíamos certamente numa solução desastrosa e merecedora das mais profundas e acertadas críticas.

A galeria que se foca na exposição e se sobrepõe ao pano de muralha, como claramente se vê e todos sabem certamente, é bem formosa e esbelta nas suas linhas gerais, bem proporcionada pelo que constitui um precioso conjunto da sua época – o século XVIII.

Considero que a sua demolição pura e simples para reconduzir aquele corpo de muralha à sua feição primitiva, carece sem dúvida da melhor ponderação.

Outrotanto se poderia dizer quanto à torre de sudeste, de tal forma integrada no conjunto daquela fachada, alterada no século XVIII, que com ela forma inteira ligação que ainda se mantém sobre a rua Nova das Ameias.

Dos casos focados no ofício da Junta, merece ainda referência especial as dependências do arquivo distrital, antiga torre do sudoeste, e cujas características definem uma outra época e como tal tem sido conservada.

Por outro lado a sua ocupação não tem permitido um estudo mais profundo que conduzisse a outra solução que não fosse de a conservar também como chegou aos nossos dias.

Quanto às demolições que se apontam o assunto requer realmente um estudo atento e cuidadoso o qual a seu devido tempo se poderá levar a efeito.

Concluindo, devo informar V. Ex.<sup>a</sup>, de que, terminadas as obras em curso, de grande valorização para todo o conjunto, se poderá estudar, “in loco”, o melhor critério a seguir futuramente quanto à conclusão do restauro.

Parece-me todavia que melhor será averiguar-se então alguma coisa haverá ainda para executar, do que lamentarem-se destruições irremediáveis.

É esta sem dúvida e duma maneira geral, a nossa preocupação, o lema fixado e que se procura seguir, embora lentamente e com arrelias dos que pelo muito interesse que votam a determinados imóveis, desejariam que os trabalhos decorressem em ritmo mais acelerado e que nem sempre é possível por variados motivos e para contradição do nosso próprio interesse.

A Bem da Nação

Coimbra, 4<sup>a</sup> secção, em 20 de Agosto de 1954

O Architecto chefe da Secção  
(Assinatura)

*Documento 17*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1953-1955; Cx: 2982; Pasta: 341; relatório de visita às obras da Sé; 28-10-1954

## Relatório

Os trabalhos decorrem em ritmo normal.

Das obras previstas no concurso em execução, deu-se início ao restauro do tecto da capela-mor, levantando-se o cadeiral para sua consolidação e nova disposição, de acordo com as instruções verbais do Exm.º Arquitecto Chefe da Repartição Técnica. Ainda em conformidade com as suas instruções iniciaram-se as sondagens no pavimento e paredes da capela-mor, as quais se revestem já de um especial interesse. No pavimento, que tudo nos faz crer ser constituído por aterro, e desse modo permitir a construção duma cripta, aparecem os alicerces das paredes o que certamente nos permitirá identificar rigorosamente o limite da capela primitiva. Nas paredes desenharam-se claramente os arcos, fazendo comunicar as capelas laterais com a principal, assim como uma outra abertura de relativo interesse e cuja finalidade por enquanto não se consegue definir. Em local um pouco mais elevado notam-se claramente os rebaixes onde se fixavam tábuas pintadas que se incluem no património do Museu de Grão Vasco.

De visita ao Paço, obteve-se absoluta concordância de Sua Excelência Reverendíssima quanto aos desenhos de lustres e lanternas, assim como das tapeçarias e colocar na porta principal.

Por S. Ex.<sup>a</sup> Reverendíssima foram apontadas algumas sugestões do que constitui seu desejo, pela maior facilidade de culto e que em devido tempo esta Secção fará em esquema para consideração da Exm.<sup>a</sup> Repartição Técnica. Teve ainda S. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de manifestar o seu agradecimento pela maneira como os trabalhos têm decorrido e durante os quais se tem dispensado a melhor atenção aos Exm.º Prelados, e um não menor respeito pelas cerimónias religiosas que se procura sempre prejudicar no mínimo das possibilidades.

O Chefe da Secção  
(Assinatura)

O Arquitecto de 2ª Classe  
(Assinatura)

**Documento 18**

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1955-1957; Cx: 2983; Pasta: 343; ofício n.º 376; 5-06-1957

Exm.<sup>a</sup> Senhor  
Arquitecto Chefe da Repartição Técnica  
Lisboa

Tendo a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> de que junto ao Largo da Sé, a Câmara de Viseu tem em execução m plano de demolições de edificios em estado ruinoso e de cuja efectivação resultam dois benefícios:

- a) Alargamento do ponto de vista tomado do adro da Sé;
- b) Libertação de panos de muralha existentes nesse local.

Quanto a estes cumpre-me ainda informar V. Ex.<sup>a</sup> de que o seu estado é bastante precário, tornando-se necessário proceder a consolidações urgentes, depois de executadas algumas sondagens.

Julgo que a retribuição de uma verba da ordem de 20 contos, nos permitiria realizar esse trabalho.

Na planta anexa, indico a encarnado a zona onde se procede às demolições referidas.

Ainda na mesma planta indico a amarelo, um muro que constitue propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Porto o qual convinha ser substituído por grade simples de ferro. Com essa realização e panorâmica tomada do adro da Sé teria sem dúvida em maior interesse alargando-se consideravelmente a sua profundidade.

V. Ex.<sup>a</sup> no entanto resolverá como julgar mais conveniente.

A Bem da Nação

Coimbra, 4<sup>a</sup> Secção, em 5 de Junho de 1957

O Architecto Chefe da Secção.

(Assinatura)

*Documento 19*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; Nº IPA: 021823240002 – Anos de 1955-1957; Cx: 2983; Pasta: 343; ofício n.º 218; 7-06-1957

Câmara Municipal de Viseu

Exm.º Sr. Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Esta Câmara ao proceder à demolição de uns prédios que existem no topo norte do Adro da Sé (Largo Dr. António José Pereira), pertencentes ao Exm.º Senhor Dr. Francisco Ribas de Sousa, com o fim de ampliar a visibilidade do panorama que daquele Largo se disfruta e continuar a sanear a parte antiga da cidade do inestético casario e em ruínas, deparou com um troço da antiga muralha sobre a qual se apoiam os prédios em referência.

Nestas circunstâncias, haveria toda a vantagem que V. Ex.<sup>a</sup> se digne reenviar a esta cidade um técnico desses Serviços para tomar conhecimento directo do facto e essa Exm.<sup>a</sup> Direcção-Geral tomar a seu cargo o estudo e orientação de tal assunto.

A Bem da Nação

Viseu, 7 de Junho de 1957

O Presidente da Câmara

António S. Simões

*Documento 20*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1958-1966; Cx: 2983; Pasta: 344; ofício n.º 444

Exm.º Senhor

Arquitecto Chefe da Repartição Técnica

Lisboa

Em cumprimento da O.S. n.º 3706, de 23 de Maio último, junto tenho a honra de devolver o processo relativo ao arranjo do Bairro da Sé de Viseu, informando V. Ex.ª:

O conjunto arquitectónico dos edificios da Sé e Museu de Grão Vasco, são sem dúvida dos mais imponentes existentes na belíssima cidade de Viseu, onde tantos outros elementos de maior valor subsistiram desde os remotos tempos da Lusitânia, quase se podendo afirmar que todas as épocas aí se documentam, em maior ou menor escala de grandeza, como mudo testemunho do seu próprio desenvolvimento ao longo de tão vasta história.

Se os monumentos arquitectónicos nos servem como documento artístico, traduzindo igualmente como que uma página da nossa história, o aspecto da sua envolvência urbanística deve merecer, por igual, a nossa atenção, já que contribui tão directamente à própria valorização dos Monumentos à sombra dos quais se foi desenvolvendo, constituindo hoje um forte motivo de atracção de turistas e estudiosos.

Em conjunto, é na irregularidade urbanística desses traçados que encontramos as notas de mais característico interesse e que não raro se ligam à história ou tradições dos próprios aglomerados.

Julgamos pois, ser dever nosso proteger esses conjuntos, saneando-os convenientemente, providenciando até na sua ventilação, mas de forma que, a solução não obrigue a alterações profundas das suas próprias características.

É com base neste critério pessoal que contrario a urbanização projectada para o bairro da Sé, cujo ambiente próprio se deve manter e o qual forçosamente se alterava com a introdução de arruamentos regulares e numa escala que se coaduna mal com as características do seu próprio traçado.

Ao embasamento rochoso do conjunto arquitectónico da Sé e Museu, alicerces aparentes dessa enorme massa granítica, bem ficam, sem dúvida, as suas turtuosas e irregulares, ruas empedradas, sobre as quais se debruça um casario, sem grande valor arquitectónico, talvez, mas com um encanto de particular beleza que torna esse Bairro o de maior curiosidade que a cidade se orgulha de mostrar aos seus visitantes.

Concluindo, esta Secção é de parecer que se deve contrariar a urbanização projectada para o Bairro da Sé, a qual se deverá conduzir de forma a manterem-se todas as suas características, procurando, no entanto, ventilá-lo convenientemente com uma ou outra demolição, aproveitando até essa oportunidade para melhorar as condições de trânsito, mas sem se introduzirem alinhamentos regulares ou pavimentações que contrastem com o ambiente desse Bairro.

Quanto aos elementos solicitados, esta Secção não os possui, porquanto as fotografias existentes nos nossos arquivos focam os imóveis que se encontram classificados nessa zona da cidade, não mostrando, por consequência, a beleza desse Bairro, no seu conjunto ou pormenor.

A Bem da Nação

Coimbra, 4ª Secção, em 1 de Junho de 1960

O Arquitecto Chefe da Secção

(Assinatura)

### *Documento 21*

DGEMN-DREMCentro: Processo Geral da Sé de Viseu; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1955-1957; Cx: 2983; Pasta: 343; ofício n.º 439; 10-09-1966

Exm.º Senhor Arquitecto Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais do Centro

Lisboa

Em cumprimento do despacho de V. Ex.ª de 8 do corrente, aposto sobre o recorte do jornal “O Comércio do Porto” de 24-7-66, tenho a honra de informar:

O assunto, por ser do inteiro conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> e já tão amplamente referido em recortes de jornais, críticas pessoais e em informação desta Secção e até do Norte (quando ainda não existia uma Secção no centro do País) quasi evitaria uma nova informação desta Secção, a qual e no entanto a seguir irei referir:

Tudo nos leva a crer que o local onde hoje existem as instalações Paroquiais da Sé de Viseu, tivesse constituído uma das torres da cidadela de Viseu, ligada à muralha que lhe fica junta, que então teria os seus passadiços e ameados, etc.

Tudo foi porém alterado em tempos já recuados, possivelmente no século XVIII, e assim, surgiu a nova feição exterior do claustro; a elegante galeria a coroar o pano de muralha e no topo a construção que hoje se vê e é objecto da atenção do “Comércio do Porto”.

Nesta construção, que também nós lamentamos tenha substituído uma das torres da cidadela, são evidentes as características, que impõe o tratamento que lhe demos, na obra recentemente aí efectuada, em decalque de igual exemplo já existente anteriormente, e que na realidade se deve manter, muito embora isso conduza a uma solução na realidade pouco agradável mas impossível, a meu ver, de ser modificada.

Essa modificação conduzir-nos-ia a duas soluções, qualquer delas carcedoras de atenta ponderação.

1º - Remodelar todo o torreão por forma a manter-se o aspecto geral do século XVIII, solução que se contraria pelo facto de ela nos conduzir à destruição dum testemunho arqueológico de inegável valor que, como tal, se deve manter.

2º - Eliminar as características do século XVIII, dessa metade do torreão numa tentativa de reconstituição da antiga torre, cairíamos, infalivelmente, numa situação ainda mais melindrosa, puramente inventiva e como tal repudiável. Isto para apenas referir o aspecto fantasista da solução, porquanto estou certo que, todo o conjunto, Sé-Museu, seria totalmente modificado e talvez nos passasse a oferecer contrastes bem mais desagradáveis do que hoje se verifica, muito embora me confesse desagradado do aspecto que ostenta o torreão em causa.

V. Ex.<sup>a</sup> no entanto, determinará como julgar mais conveniente.

A Bem da Nação

Coimbra, Secção do Centro, em 10 de Agosto de 1966

O Arquitecto Chefe da Secção,

(Assinatura)



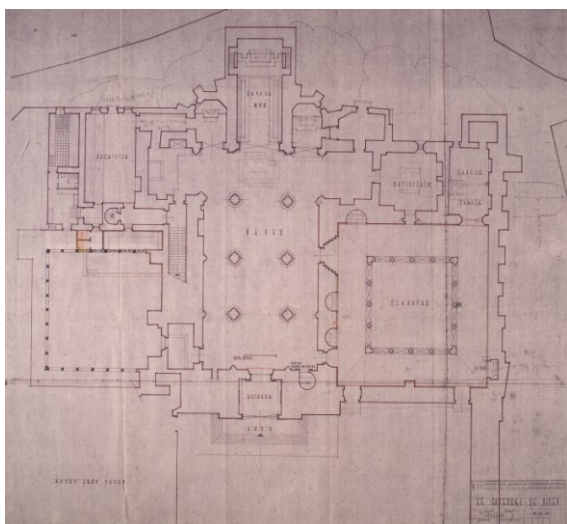


Fig. 1 – Planta da catedral onde a encarnado está assinalada a intervenção no espaço delimitado entre o Museu de Grão Vasco e a Sé. DGEMN

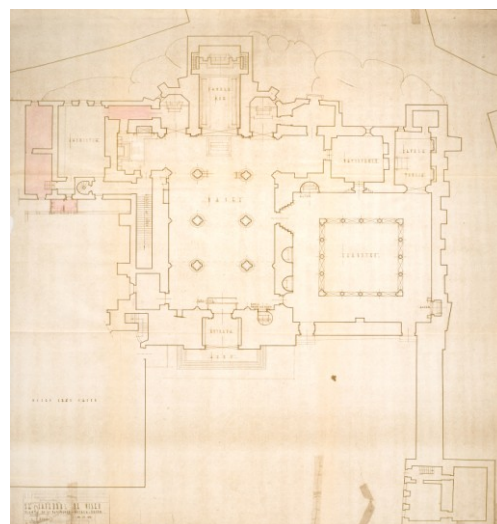


Fig. 2 – Intervenção no corredor de acesso à sacristia e dependências. DGEMN



Fig. 3 – Aspecto da cobertura e a colocação das ameias no corpo central da Sé. DGEMN



Fig. 4 – Cobertura da Sé após a remoção do telhado. DGEMN



Fig. 5– Colocação das ameias no corpo da Igreja. DGEMN

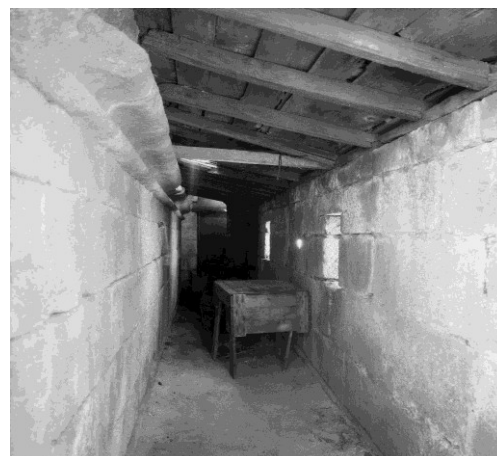


Fig. 6 – Caminho de ronda da fortificação viseense antes do restauro. DGEMN



Fig. 7 – O mesmo espaço após o restauro. DGEMN



Fig. 8 – Capela do Santíssimo Sacramento. DGEMN



Fig. 9 – Braço sul do transepto após o desmantelamento da Capela do Santíssimo Sacramento. DGEMN

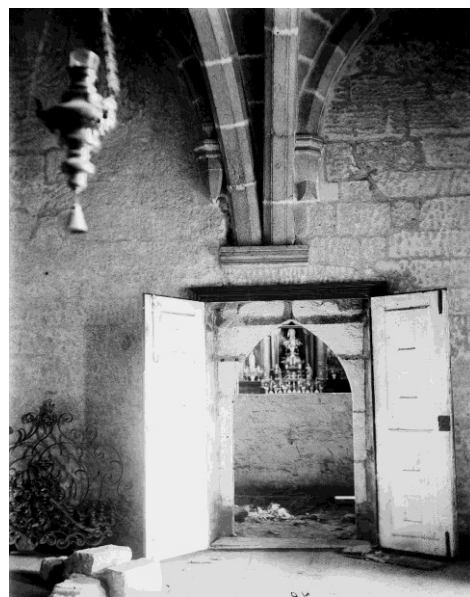


Fig. 10 – Vista do interior da capela fúnebre de D. João Vicente (1444-1463) antes do restauro. DGEMN



Fig. 11 – Braço sul do transepto depois do restauro. DGEMN

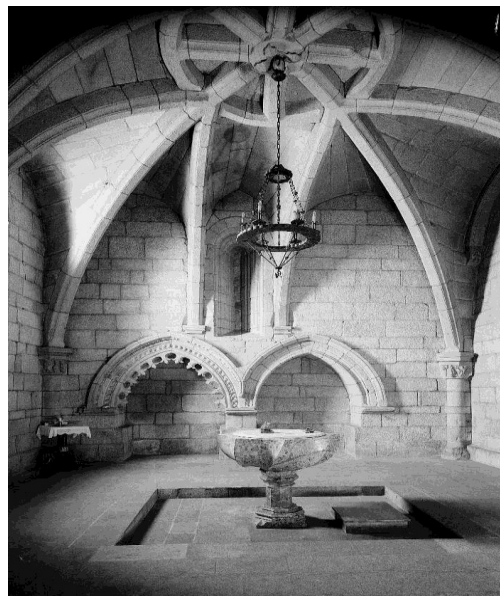


Fig. 12 – Capela fúnebre de D. João Vicente convertida em baptistério. DGEMN



Fig. 13 – Portal da capela fúnebre durante o restauro. DGEMN



Fig. 14 – Escavações efectuadas junto do portal. DGEMN



Fig. 15 – Continuação da desobstrução da parede nascente do claustro. DGEMN



Fig. 16 – Descoberta do arcossólio e túmulo. DGEMN

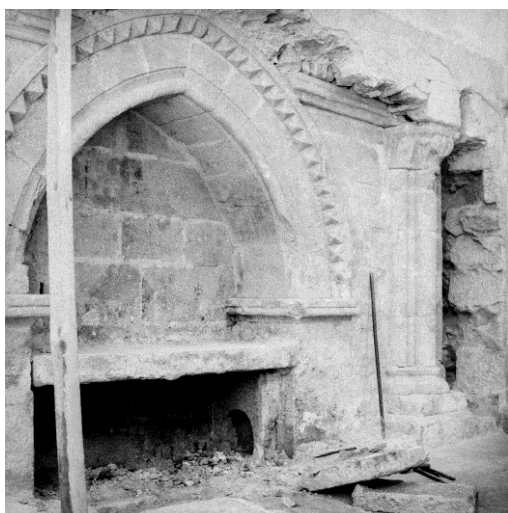


Fig. 17 – Abertura do túmulo. DGEMN

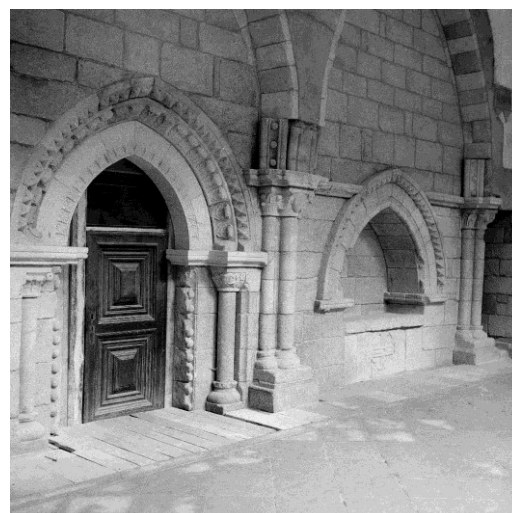


Fig. 18 – Porta e túmulo depois do restauro. DGEMN

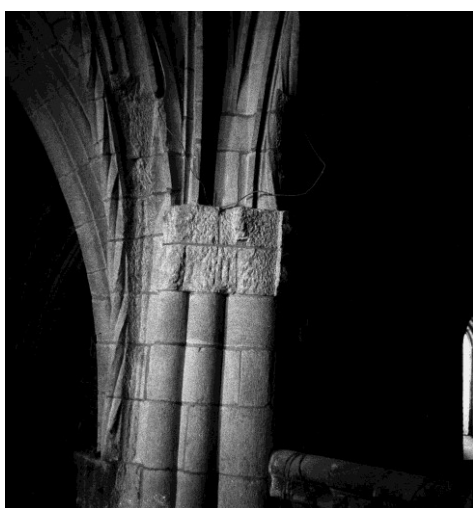


Fig. 19 – Mutilação dos capitéis no coro alto. DGEMN



Fig. 20 – Reconstituição do capitel mutilado. DGEMN

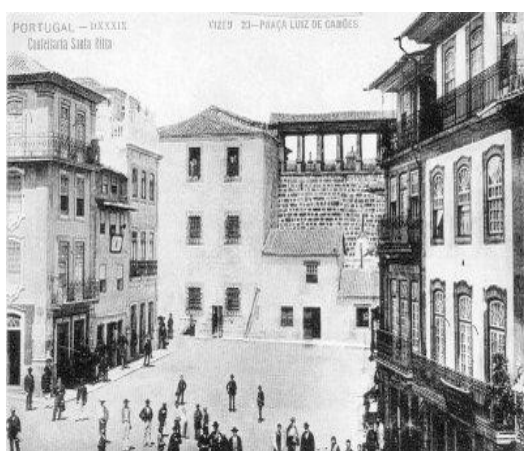


Fig. 21 – Largo de Camões antes do restauro. DGEMN

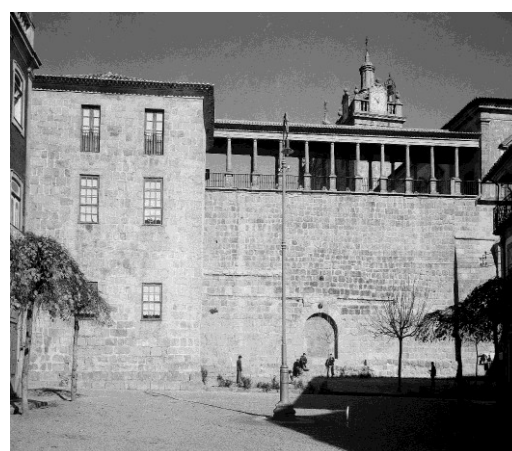


Fig. 22 – Largo de Camões depois do restauro. DGEMN

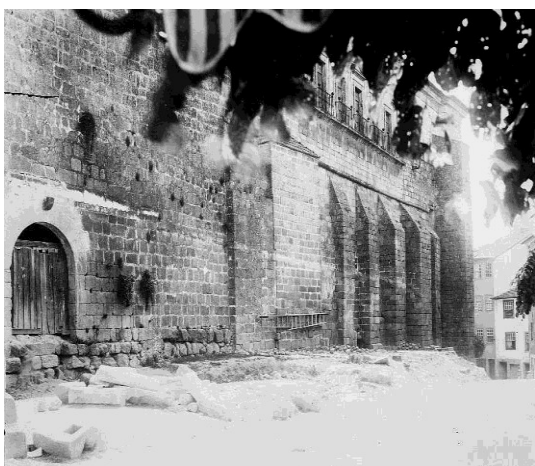


Fig. 23 – Rua das Ameias antes do restauro. DGEMN



Fig. 24- Largo de S. Teotónio depois do restauro.



Fig. 25 – Descoberta do arco do claustro gótico no piso superior do claustro. DGEMN



Fig. 26 – Aspecto do arco após o restauro. DGEMN



Fig. 27 – Arranjo da envolvência do largo fronteiro à igreja da Misericórdia. DGEMN



Fig. 28 – Colocação da pavimentação no largo fronteiro à igreja da Misericórdia. DGEMN

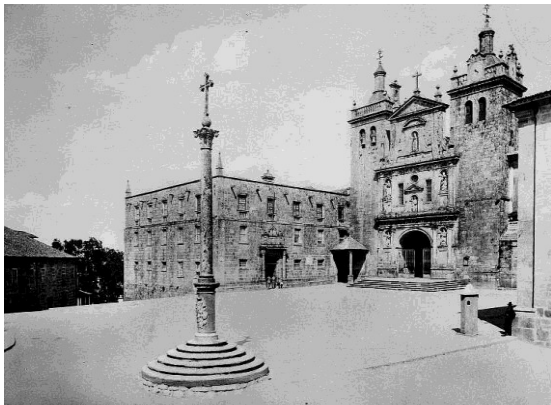


Fig. 28 – Adro da Sé antes da requalificação. DGEMN



Fig. 29 – Adro da Sé depois da requalificação. DGEMN

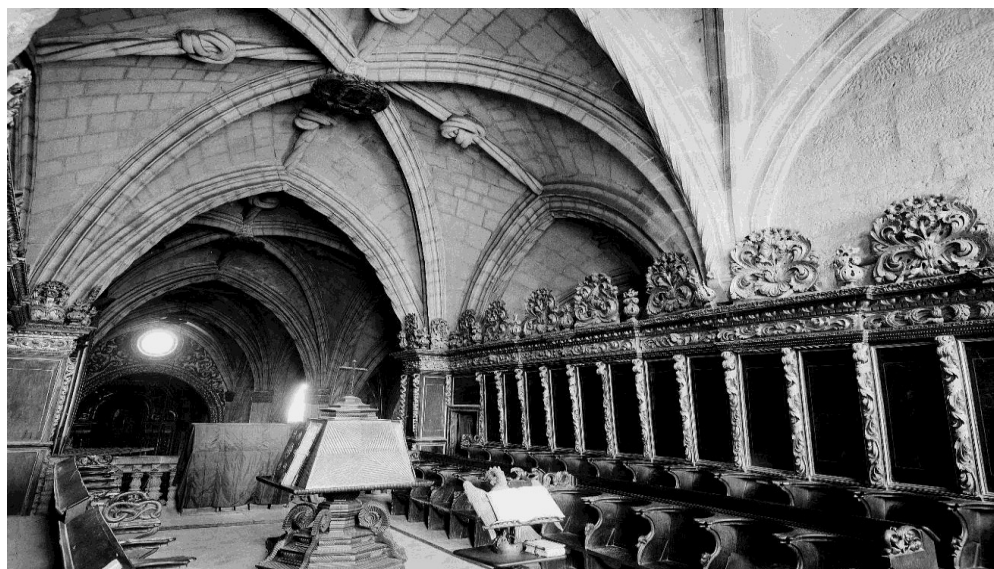


Fig. 30 – O cadeiral de D. Miguel da Silva (1526-1547). DGEMN



Fig. 31 – O cadeiral depois do restauro. DGEMN

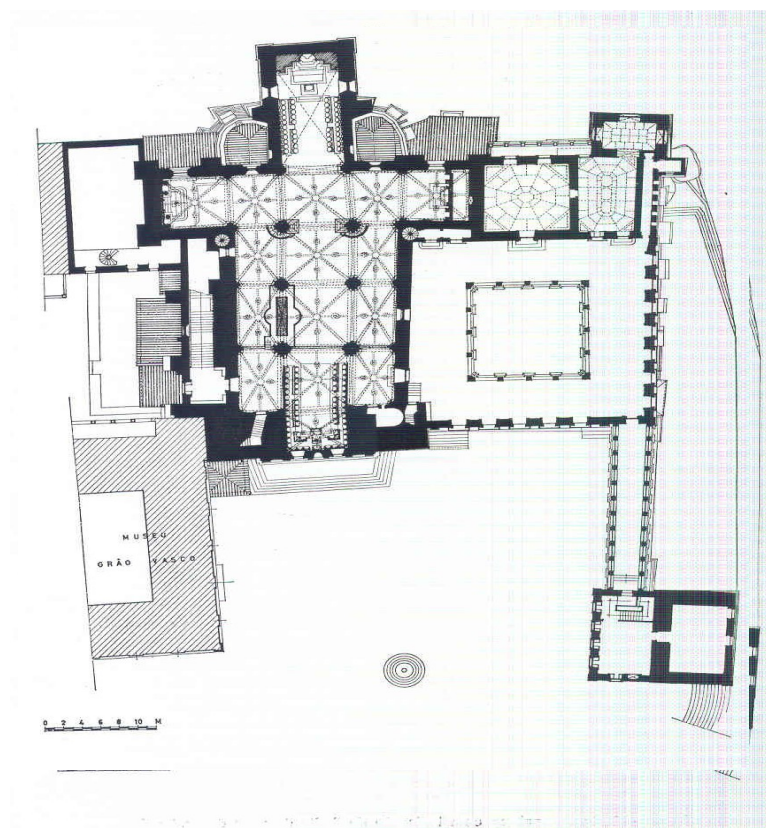


Fig. 32 – Planta da catedral ao nível da entrada antes das obras. DGEMN

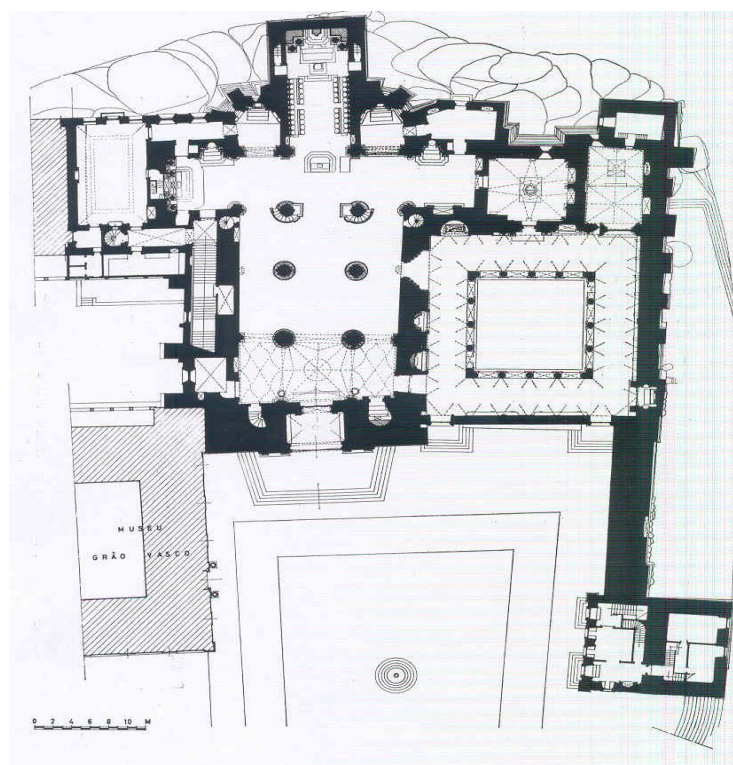


Fig. 33 – Planta da catedral ao nível da entrada depois das obras. DGEMN

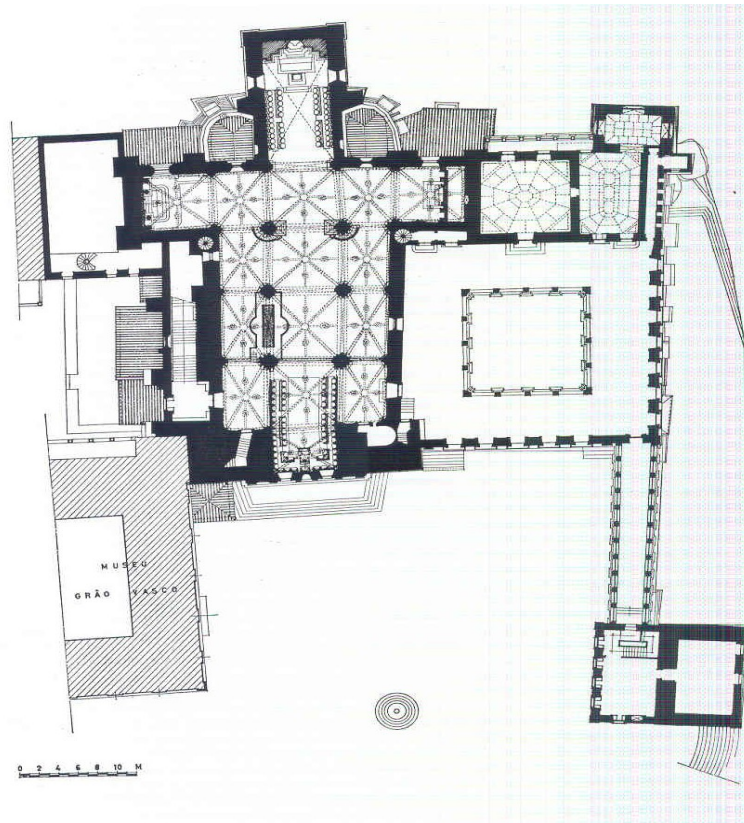


Fig. 34 – Planta ao nível do coro antes das obras. DGEMN

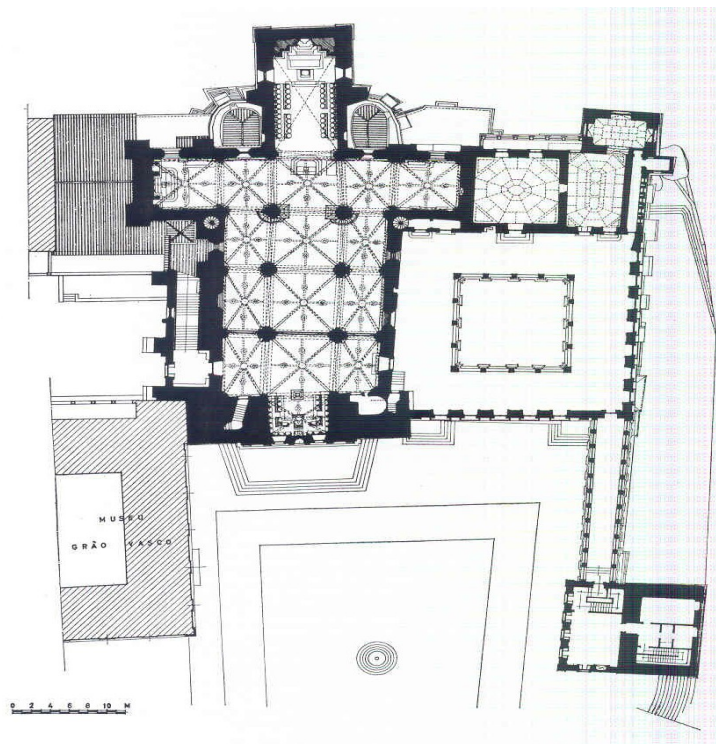


Fig. 35 – Planta ao nível do coro depois das obras. DGEMN



## BIBLIOGRAFIA

### Fontes

#### *Fontes Documentais*

DGEMN- DREMCentro: Processo geral da Sé de Viseu; N.º IPA: 021823240002:

- Cx. 2981; 335; Anos de 1921-1936;

- Cx. 2981; 336; Ano de 1931;

- Cx. 2981; 338; Anos de 1936-1944;

- Cx. 2982; 340; Anos de 1945-1952;

- Cx. 2982; 341; Anos de 1953-1955;

- Cx. 2982; 342; Anos de 1952-1955;

- Cx. 2983; 343; Anos de 1955-1957;

- Cx. 2983; 344; Anos de 1958-1966;

- Cx. 2984; 345; Anos de 1967-1983;

- Cx. 2985; 354; Anos de 1983-1996;

- Cx. 3020; 373; Ano de 2000;

- Cx. 2931; 374; Ano de 2001;

DGEMN- DREMCentro: Processo de Adaptação da Cadeia Civil a Arquivo; N.º IPA 021823240002;

- Cx. 3019; 468; Ano de 1930;

DGEMN- DREMCentro: Processo de Adaptação a Residência Paroquial; N.º IPA 020823240002;

- Cx. 3020; 492; Ano de 1962;

#### *Fontes Iconográficas*

INVENTÁRIO do Património Arquitectónico: [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

## BIBLIOGRAFIA GERAL

ALVELOS, Manuel - “Monumentos antigos de Viseu I – As muralhas da Sé e o Convento de Jesus”. *Beira Alta*. 7-4 (1948).

ALVES, Alexandre - “Elementos para um inventário artístico da diocese de Viseu”. *Beira Alta*. 20-1 (1961).

ALVES, Carlos Filipe Pereira – “A evolução arquitectónica de um espaço de múltiplas funções: O Alcácer e o Castelo de Viseu (século XII-XIV)”. In *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. Coimbra: SPEM, 2009 (no prelo).

ARAGÃO, Maximiano Pereira da Fonseca e – *Vizeu: apontamentos históricos*. Tomo I. Viseu: Tipografia Popular, 1894.

ARAGÃO, Maximiano Pereira da Fonseca e – *Vizeu: apontamentos históricos*. Tomo II. Viseu: Tipografia Popular, 1894.

ARAGÃO, Maximiano Pereira da Fonseca e – *Vizeu: Instituições Religiosas*. Porto: Tipografia Sequeira, 1928.

BARROCA, Mário Jorge - “Arquitectura militar”. In *Nova história militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol 1, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

BARROCA, Mário Jorge - *Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séculos XI e XII)*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1991.

BOTELHO, Maria Leonor - *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

Boletim da DGEMN – *Igreja de Leça do Bailio*, nº 1, Setembro de 1935.

BRITES, Joana Rita da Costa - “Uma nova memória para um Estado Novo: restauro de monumentos e ensino da História no Salazarismo”. *Biblos* 3 (2005).

CATARINO, Helena - *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados*. 3 vols. Coimbra: Faculdade de Letras, 1997.

CATARINO, Helena - “Notas sobre o período islâmico na marca inferior (Tagr al-Gharbí) e as suas escavações na Universidade de Coimbra”. In *Muçulmanos e cristãos entre Tejo e o Douro (séculos VII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal, 2005.

CHOAY, Françoise - *Alegoria do Património*. Lisboa: Ed. 70, 2006.

Comércio do Porto - “Nave esquerda da catedral cesto roto de infiltrações”, 22-01-1985.

Comércio do Porto - “As brechas na Catedral exigem acção imediata”, 27-1-1985.

Comércio do Porto - “Porque esperam os responsáveis? Abóbada da catedral esburacada põe em perigo o próprio templo”, 1-09-1985.

COSTA, Lucília Verdelho da - *Ernesto Korrodi – 1889 – 1944 arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

CRUZ, António de Carvalho da - “Em torno das origens de Viseu (notas arqueológicas)”. *Beira Alta*. 45-1/2 (1986).

CUSTÓDIO, Jorge - *Salvaguarda do Património: antecedentes históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)*, Catálogo da exposição “Dar futuro ao Passado”. Lisboa: IPPAR, 1993.

Diário de Coimbra - “Infiltração de águas ameaça segurança da Sé”, 25-1-1985.

EUSÉBIO, Maria de Fátima – “A intervenção na Sé de Viseu durante o período da sede vacante (1720-1741) no quadro do espírito Barroco”. *Máthesis* 9 (2000).

EUSÉBIO, Maria de Fátima – *A talha Barroca na diocese de Viseu*. 3 vols. Porto: Edição de Autor, 2005.

EUSÉBIO, Maria de Fátima – *Retábulos joaninos no concelho de Viseu*. 3 vols. Porto: Faculdade de Letras, 1998.

FERNANDES, Maria; FIGUEIRINHAS, Laura; CARVALHO, José Maria Lobo de - “Intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”, *Monumentos*. 13 (2000) 103-117.

GIRÃO, A. de Amorim - *Viseu: estudo de uma aglomeração urbana*. Coimbra: Coimbra Editora, 1925.

HERCULANO, Alexandre - “Monumentos Pátrios”. In *Opúsculos*, organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Porto: Presença, 1982.

Jornal da Beira - “Problemas da nossa catedral”, 8-08-1985.

Jornal da Beira - “Afirmção do subsecretário de Estado: catedral precisa de intervenção rápida”, n.º 3856, 9-03-1995.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito – *Património arquitectónico e arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

MARTINS, Miguel Gomes - «*Para Bellum*», *organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*. Coimbra: FLUC, 2007.

MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2007.

MOREIRA, Francisco de Almeida - *Imagens de Viseu*. Viseu: [s.n], 1937.

National Geographic - “O nome de Viseu”. Maio de 2009.

NETO, Maria João Baptista - *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001.

PEREIRA, Manuel Botelho Ribeiro - *Diálogos Morais e Políticos*. Viseu: Junta Distrital, 1955.

PIMENTEL, António Filipe - *A Morada da Sabedoria*, Coimbra: Almedina, 2005.

Primeiro de Janeiro - “É preciso olhar para a Sé”, 21-1-1985.

RAPOSO, Luís e VAZ, João L. Inês - *Por terras de Viriato. Arqueologia da região de Viseu*. Viseu: Governo Civil – MNA, 2000.

RIBEIRO, Orlando - “Ainda em torno das origens de Viseu”. *Beira Alta*. 30-4 (1971).

RODRIGUES, Jorge – “O Primeiro Românico”. In, *O mundo Românico (séculos XI-XIII)*, História da Arte Portuguesa, vol. 2, dir. Paulo Pereira. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1997.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa - “Viseu no rasto da guerra: dos conflitos Fernandinos à paz definitiva com Castela”. In *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Coimbra: SPEM, 2009 (no prelo).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - “A primeira República (1910-1926)”. In *História de Portugal*, vol. XII. Lisboa: Verbo, 1989.

TOMÉ, Miguel - *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP, 2002.

VALE, A. de Lucena e - *A catedral de Viseu*. Viseu. [s.n], 1945.

VALE, A. de Lucena e - “A menção de Viseu nos documentos medievais”. *Beira Alta*. 15-2/3 (1956).

VALE, A. de Lucena e – “Notas e comentários: Pela Sé”. *Beira Alta*. 22- 1/2 (1963).

VALE, A. de Lucena e - “O castelo Romano de Viseu”. *Beira Alta*. 30-2 (1971).

VALE, A. de Lucena e – “O manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia”. *Beira Alta*. 32-1 (1973).

VALE, A. de Lucena e - “Viseu Antigo”. *Beira Alta*. 8-1/2 (1949).

## Agradecimentos

A elaboração de um trabalho com estas características, onde empregamos todos os nossos esforços para superar todas as limitações por mais duras que sejam, carece não só de um suporte científico fundamental na construção de toda a sua estrutura e fundamentação, mas também de um sustentáculo humano sem o qual a realização desta dissertação não faria sentido. E foi aqui que encontrei grande parte da motivação, para nos momentos mais difíceis destes dois últimos anos poder continuar a caminhar livremente, graças à força e determinação imposta por vós. Entendo ter chegado o momento de agradecer toda a vossa participação.

Quero agradecer ao meu orientador, o senhor Professor Doutor António Filipe Pimentel, por ter acreditado neste projecto e me ter transmitido a confiança necessária através da sua inteligência e perspicácia, importante para encontrar o rumo dentro dos meandros da investigação.

Ao meu amigo Anísio Miguel de Sousa Saraiva, por me apurar ao longo destes dois anos o gosto por um edifício, pelo qual já nutria especial simpatia desde sempre. Um muito obrigado pela amizade e presença no caminho que tenho vindo a trilhar, onde o espírito crítico e o rigor, teu apanágio, permitiram-me adquirir a maturidade por vezes inexistente quando iniciamos um trabalho como este.

À minha mãe, por toda a dedicação, carinho e preocupação que sempre teve nos momentos mais difíceis, pelas suas palavras de conforto nas quais encontrei a força necessária para enfrentar mais um dia com a esperança de alcançar os meus objectivos.

A todos os meus amigos que me acompanham desde sempre, quero agradecer o facto de caminharem a meu lado e por todos os incentivos que me deram eu nunca os esquecerei, e agradecer a vossa compreensão pela minha ausência em determinados momentos.

Por último, um agradecimento particular ao Dr. João Paulo Machado do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana pela sua disponibilidade e preciosa ajuda no acesso à documentação guardada no Arquivo do Forte de Sacavém, preponderante para a realização da dissertação.